

Princípios

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E INFORMAÇÃO

II FSM
OS EUA E O
PERIGO DA DITADURA
MILITAR PLANETÁRIA
Miguel Urbano Rodrigues



80 ANOS

1922 - 2002

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

No dia 25 de março deste ano o Partido Comunista do Brasil completa oito décadas de luta em defesa do Brasil, da liberdade, da democracia, dos direitos do povo e dos trabalhadores; e pela conquista do socialismo em nossa pátria



Lançamento

livro do 10º Congresso do PCdoB



Um novo rumo para o Brasil é o título do livro que reúne os documentos e resoluções do 10º Congresso do Partido Comunista do Brasil o maior da história do Partido realizado de 9 a 12 de dezembro de 2001 no Rio de Janeiro.

O livro *Um novo rumo para o Brasil* apresenta as resoluções e os principais documentos aprovados: o "Informe político"; a "Resolução política"; o "Estatuto do PCdoB"; as intervenções especiais; as intervenções finais de João Amazonas e Renato Rabelo, o novo presidente eleito do Partido; as saudações das delegações internacionais e as mensagens enviadas por partidos comunistas de outros países. Apresenta ainda dados do Congresso, o novo Comitê Central eleito e imagens dos trabalhos.

Este livro é imprescindível aos que lutam por um Brasil e um mundo melhores.
Peça já o seu à Editora Anita Garibaldi.

Um novo rumo para o Brasil
— documentos e resoluções do 10º Congresso do Partido Comunista do Brasil
São Paulo, Editora Anita Garibaldi, 2002, 360 páginas (15,5 x 23)
Preço: R\$ 25,00 (desconto especial para pedidos acima de 5 exemplares)

Pedidos para



Editora Anita Garibaldi
R. Monsenhor Passalacqua, 158 Bela Vista CEP 01323-010 São Paulo/SP
Telefax: (11) 3266-4312
Endereço eletrônico: anita.garibaldi@uol.com.br
Página: www.anitaagaribaldi.com.br

Um outro mundo, socialista, é possível

EM SEU discurso ao Congresso norte-americano no final de janeiro o presidente George W. Bush derrubou o que restava da máscara da globalização, rosnou para o mundo com o maior orçamento militar dos EUA após a guerra fria e ameaçou vários países, arrolados como futuros alvos de ataques do império.

O discurso de Bush foi pronunciado no mesmo momento em que se abria, em Nova York, o Fórum Econômico com o objetivo de, em meio a diagnósticos díspares sobre os desdobramentos da crise norte-americana, buscar mecanismos para manter a acumulação capitalista – sem conseguir esconder os malefícios que a globalização neoliberal provoca, e que leva muitos luminares do capitalismo a reconhecer que é urgente combater a pobreza.

Os ricos, em Nova York, defrontam-se com esses fantasmas. Em Porto Alegre, cerca de 60 mil pessoas de 131 países se reuniram para discutir e protestar contra a guerra imperialista, a Alca, os efeitos nefastos do capitalismo liberal sobre os povos e propor um novo caminho de paz e progresso para o mundo. Partidos, entidades, movimentos, uma vasta variedade de formas de luta e personalidades se encontraram no 2º Fórum Social Mundial. Em meio a diferenças, uma certeza: a humanidade necessita dar um basta ao modelo concentrador e excludente em curso no planeta.

Em Porto Alegre, há quem pense que a busca desse caminho alternativo passe longe da política, sem entender que não há – nem pode haver – incompatibilidade entre a atuação dos partidos políticos de esquerda e a atuação das organizações populares. “Não entender isso é não corresponder às aspirações comuns do povo”, disse Renato Rabelo, presidente do PCdoB, no encontro lá promovido pelo Fórum de São Paulo, que congrega partidos progressistas. O neoliberalismo provoca o estrago social, a crescente desigualdade, a desnacionalização. São problemas que o povo enfrenta em todos os países, e a sua luta deve ser unida, para ser mais eficaz, devendo buscar plataformas comuns de enfrentamento, em que os partidos e o movimento popular respeitem as formas próprias de organização de cada setor.

Num contexto de feroz batalha contra a brutal ofensiva capitalista-imperialista, a existência de um partido revolucionário organizado e atuante no cenário político é imprescindível. Em nosso país o Partido Comunista do Brasil, fundado em 1922, completa seus 80 anos de existência, com a marca da luta pelo progresso e visceralmente associado às conquistas progressistas de nosso povo, em especial dos trabalhadores – hoje, ameaçadas. O Partido se encontra num período de expansão e florescimento e tem um papel fundamental para a construção da saída almejada pelo povo brasileiro. O 10º Congresso do PCdoB aprofundou a luta por um governo de reconstrução nacional, constituído por amplas forças democráticas e populares, produto de um movimento de oposição ao neoliberalismo. Esta proposta de governo se insere precisamente na perspectiva antiimperialista, democrática e popular, cuja perspectiva é a transição ao socialismo.

Em face do quadro de crise econômica sistêmica, do fracasso do modelo de globalização neoliberal e da agudização sem paralelo da contradição entre barbárie e civilização, a possibilidade de alcançar um novo rumo sob o capitalismo é cada vez menor – verdade que pouco a pouco os povos e os trabalhadores vão tomando consciência. A experiência revolucionária do século XX, com sua trajetória de êxitos e reveses, deixou lições para a retomada em patamar mais elevado da luta pelo socialismo. À globalização capitalista de feição imperial e colonial contrapõe-se a construção de um mundo distinto, solidário, de paz e desenvolvimento econômico e social.

Um outro mundo, socialista, é possível!

Comissão Editorial

Brasil

A conjuntura brasileira e a tática dos comunistas

Só a mais ampla unidade do povo pode derrotar o projeto neoliberal e iniciar a reconstrução do Brasil.

Renato Rabelo

pág. 6



10º Congresso do PC do Brasil.

internacional

O terrorismo de Estado norte-americano e o perigo da ditadura militar planetária

A ofensiva imperialista após o 11 de setembro ameaça toda a humanidade.

Miguel Urbano Rodrigues

pág. 11

A Argentina, o Brasil e o futuro do Mercosul

A grave crise do país vizinho deixa lições para o fortalecimento de todo o Cone Sul.

Samuel Pinheiro Guimarães

pág. 19

capa especial

80 anos do Partido Comunista do Brasil

Partido Comunista do Brasil – 80 anos: as quatro primeiras décadas

Fundado em 1922, o Partido herdou as lutas democráticas e progressistas da classe operária e da pequena burguesia, abrigando em seus quadros, durante as décadas iniciais, linhas políticas

que correspondiam a elas e chegavam a ser divergentes. A superação dessa dualidade, em 1962, permitiu seu fortalecimento, o domínio conseqüente da teoria marxista, e sua afirmação como a autêntica vanguarda do prolétariado brasileiro.

José Carlos Ruy

pág. 22



1º Congresso do PC do Brasil.

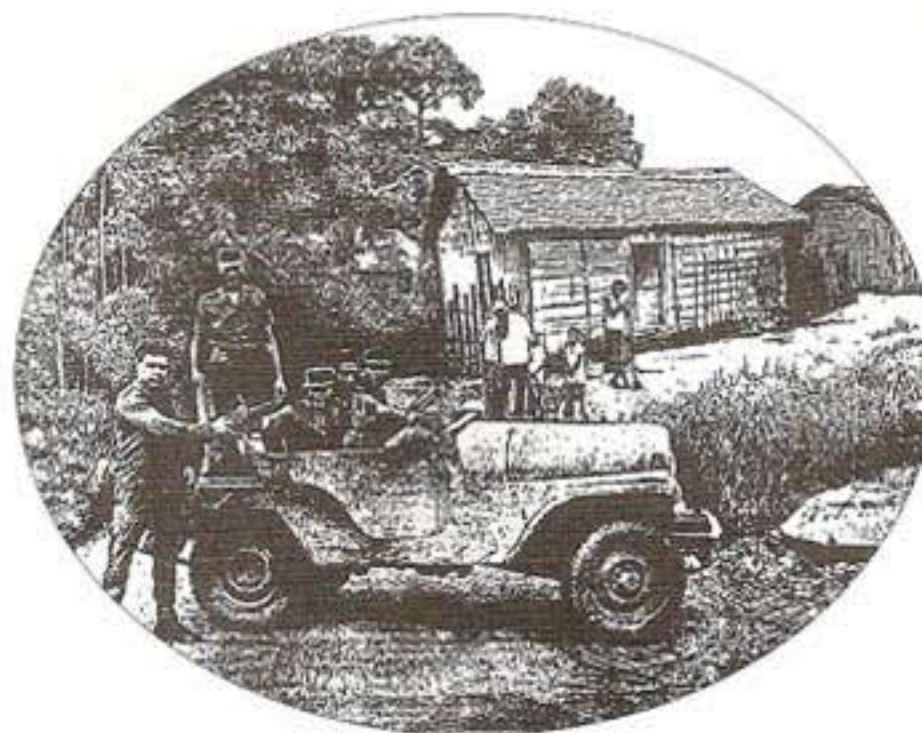
capa especial

Araguaia: presente!

A Guerrilha do Araguaia completa três décadas em abril deste ano – um marco da história da luta do povo. Pregou a democracia e o fim do regime militar e ainda hoje seu brado de liberdade ecoa na alma do povo da região.

Luiz Carlos Antero

pág. 40



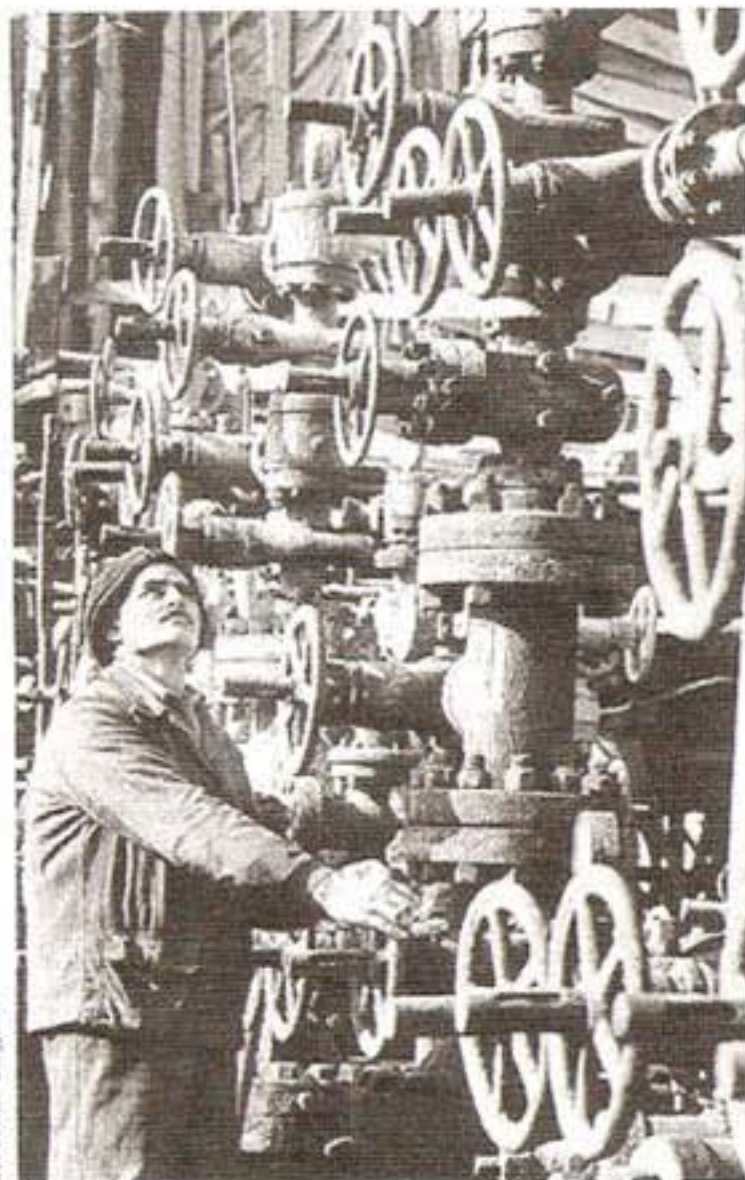
debate proletariado

Assalariados urbanos: proletariado ou nova classe média?

O debate sobre o conceito de proletariado não é recente e, da mesma forma como nas outras classes sociais, também no proletariado existem frações de classe.

Augusto César Buonicore

pág. 48



A classe operária e seus signos: as mudanças hoje (parte I)

A deterioração das condições de vida e trabalho da maioria dos assalariados aproxima-os das condições de vida dos proletários vinculados às operações manuais mais simples.

Sérgio Barroso

pág. 54

Apontamentos sobre o proletariado brasileiro (final)

Ele é uma força em ascensão, numérica e politicamente, não uma força declinante; e isso é um fator objetivo de aproximação do socialismo.

Dilermando Toni

pág. 62

O proletariado do século XXI

Em meio às vicissitudes deste começo de século, podemos distinguir uma espécie de proletariado expandido, cujos contornos ainda não estão inteiramente dados.

Bernardo Joffily

pág. 66

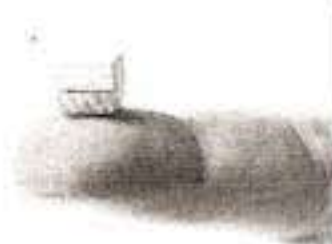
cultura

Malhas da liberdade

Entrevista com Cildo Meireles

Por Priscila Arantes

pág. 70



resenhas pág. 75

cartas pág. 82

Capa: Flávio Nigro



O 10º Congresso do PCdoB se pronunciou por um rumo para Brasil e pela unidade da oposição em 2002.

A conjuntura brasileira e a tática dos comunistas

Renato Rabelo

Ou nos colocamos à altura de derrotar o pacto dominante e abrir um novo rumo para o Brasil, ou a situação do povo se agravará mais – sob o risco de uma neocolonização do país

Num amplo contexto histórico, considerando-se este último século, as décadas de 1980 e 90 foram as de menor crescimento econômico anual médio do Brasil. Foram décadas de estagnação, sendo que a de 90 teve crescimento ainda mais estancado que a de 80 – 1,6 e 2,2 respectivamente.

O PAÍS entrou numa quadra de vulnerabilidade externa sem precedentes se considerarmos o período desde 1930. Na década de 90, com a adoção das políticas liberalizantes e com o desenvolvimento dependente do fluxo do capital de fora, acentuou-se o desequilíbrio estrutural do país. As dívidas se agigantaram, o déficit externo tornou-se explosivo e, pior, sem expansão produtiva; a infraestrutura se deteriorou; instalou-se um elevado desemprego crônico; retrocedeu a renda média dos assalariados, concomitante à perda progressiva de direitos trabalhistas e recentes mudanças da Consolidação das Leis do Trabalho; os juros entraram num patamar de prolongada alta, sem mais sair desse círculo vicioso; a economia brasileira atingiu um nível de desnacionalização como nunca visto antes.

Esse cenário estrutural não se modificou com a desvalorização cambial realizada no início de 1999 nem através dos aportes do FMI, porque os fundamentos econômicos continuaram os mesmos.

A dinâmica capitalista periódica no Brasil, de acumulação com endividamento externo, atingiu um nível extremo em nossos dias – e nisso reside o centro do impasse brasileiro.

Por isso, a nossa conclusão é que esse processo de extenuação prolongada, produzindo gigantescos passivos externos e internos, condiciona uma crise estrutural que vai assinalando o fim de um ciclo econômico que se expressa – no plano social e político – na forma de uma crise crônica, com manifestação aguda intermitente.

Esse processo, liberal e desnacionalizante, tem como base um sistema de poder. Sobretudo se considerarmos que a partir do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso formou-se um pacto político dominante, que realizou grande intervenção política,

respaldada em uma componente ideológica – de que não existiria mais viabilidade para um projeto de desenvolvimento nacional, baseado na poupança e em investimento interno, e que o conceito de soberania econômica seria peça de museu.

A pretensão de um projeto nacional foi desqualificada e o anseio do desenvolvimento nacional autônomo e sustentado foi barrado. A governabilidade prescindiu da função e dos objetivos nacionais e foi sendo formado um tipo de governo compartilhado entre uma parte interna, constituída pelo presidente da República, seus tecno-burocratas monetaristas, representantes dos grandes interesses financeiros, e, uma externa, pelo FMI e o Tesouro norte-americano. A partir de 1999 esse governo não age mais sem o aval político do FMI; sendo que não somente os aportes financeiros são necessários, mas também o atestado de cumprimento do dever de casa para tranquilizar os grandes credores e investidores estrangeiros.

Essa situação política e econômica, em evolução, provocou um verdadeiro desmonte nacional, levando à perda da autonomia na condução econômica e financeira, tornando o país refém da hegemonia do capital financeiro internacional e das crescentes pressões do hegemonismo norte-americano. O país se tornou mais dependente e vulnerável.

Recentemente o presidente da República passou a encenar dois tipos de discurso. Um, interno, que justifica sua submissão à hegemonia do capital financeiro; outro, externo, que critica a assimetria dos resultados da globalização – assim vai ficando conhecido como o presidente “dois em um”.

Mas o discurso que vale é o interno, porque aqui, por um lado, os superávits fiscais são mantidos rigidamente,

os pagamentos dos juros e amortizações das dívidas seguem calendário rigoroso, sem nenhuma flexibilidade, os reajustes das tarifas de bens de uso universal das empresas privatizadas não se atrasam em um dia sequer, os juros sempre se mantêm em elevado patamar; e, por outro, o salário médio real cai, (a inflação nesses sete anos de Fernando Henrique vai a 100%, enquanto que os salários em média não se elevaram nem em 50%), o trabalho informal suplanta o formal, o desemprego persiste em alto patamar, os direitos trabalhistas vêm sendo liquidados, e nem a correção da tabela do imposto de renda segundo a inflação nesses sete anos é atualizada.

A quem serve a orientação governamental?

O desgaste da política dominante é evidente. Crescem as contradições no seio das forças governistas.

A história se repete. O governo foi derrotado nas últimas eleições municipais, sua credibilidade descambou. Ele prometia a retomada de crescimento para 2001, que não se consumou. Continuou aprofundando o impasse estrutural e, mais, levou o país a uma crise energética de grandes proporções.

E tudo, como numa virada cinematográfica, se inverteu: estaríamos “em porto seguro”, pois “a situação poderia ter sido pior”. Prevalece mais uma vez a filosofia cínica do mal necessário, ou da justificativa ideológica do pensamento único: “não existe outro caminho”.

O Brasil tornou-se um dos campeões mundiais em processo de desregulamentação do trabalho. O estágio atual consiste na flexibilização dos direitos trabalhistas através da alteração do artigo 618 da Consolidação das Leis do Trabalho, revogando na prática a legislação trabalhista, ao estabelecer que os

acordos e as convenções coletivas se sobrepõem à lei. Isto como expediente que visa a atender o ritmo da concorrência altamente concentradora imposta pelo capitalismo atual. No mesmo caminho do endurecimento das relações do trabalho, por meio de atos de força, arbitrários e antidemocráticos, são efetuadas medidas que visam a restringir o poder de mobilização dos trabalhadores, especialmente dos servidores públicos, cujo direito de greve está ameaçado. Além disso, procura-se golpear a resistência dos trabalhadores negando a unicidade sindical por meio de mais uma emenda constitucional.

O atual arranjo político e econômico produz um estrago social ainda pior que os anteriores. Às questões estruturais do subemprego e da pobreza se agregaram o desemprego aberto, a precarização nas relações de trabalho e a exclusão social de camadas antes participantes do processo de desenvolvimento. A taxa de desemprego praticamente dobrou (mesmo considerando os índices do IBGE), saltando de 4,3% em 1990

para 7,1% no ano de 2001. Hoje, 54% da população economicamente ativa (EA) integram o mercado de trabalho informal.

O perfil social que vem sendo plasmado é expresso em segmentos compostos por uma camada minoritária na sociedade, efetivamente incorporada ao padrão de desenvolvimento vigente: por uma camada maior intermediária, ameaçada, que vive a agonia permanente de manter seu nível na escala social e de preservar certos direitos, atualmente em perigo; e pela maioria da população – da qual fazem parte os que vivem com menos de três salários mínimos (de US\$ 80), os desempregados, subempregados, os abaixo da linha da pobreza e os marginalizados – deserdada do processo liberalizante.

Do ponto de vista de classe social, com a abertura liberal, a conseqüente sucessão de medidas desnacionalizantes e as mudanças na superestrutura, cresceu o poder da oligarquia financeira internacional no país, acentuando a estratificação interna da burguesia brasileira – a “financeira” e a “produtiva” –, resultando na formação, nesta classe, de uma camada associada (de formas diversas) à oligarquia estrangeira; e de camadas que foram perdendo espaços, ameaçadas ou absorvidas. Nesses últimos anos está em curso um processo de volumosa transferência de renda para uma camada de burgueses rentistas, que se beneficiam do regime de persistente e elevadíssima taxa de juros. Trata-se de um processo em desenvolvimento, carecendo ainda de melhor definição. Por outro lado, esse movimento do capital vem produzindo a progressiva depauperação do proletariado e do campesinato em geral e a marginalização de parcelas maiores da população. As diferenças regionais se

acentuaram, concentrando a produção de bens e serviços de maior valor agregado no Sudeste-Sul do país. Diante desse quadro em formação é inevitável o agravamento das contradições sociais e nacionais, provocando, como conseqüência, a resistência e a luta dos trabalhadores e do povo em geral.

No período mais recente, as lutas populares alcançaram o nível da mobilização política com o expressivo ato de metalúrgicos, funcionários públicos, estudantes e sem-terra, em abril de 1997 em Brasília, e com grande manifestação da marcha dos 100 mil, em agosto 1999. Nesse mesmo ano, ocorreram grandes ações de massa de caminhoneiros e de pequenos e médios agricultores. Em 2000 a campanha exigindo um plebiscito sobre dívida externa mobilizou 7 milhões de votantes em quase todos os estados. O Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre no início de 2001, tornou-se um grande evento de repercussão mundial, contando com a presença de 15 mil participantes de 120 países integrados na luta contra o neoliberalismo. O 2º Fórum, em 2002, reuniu cerca de 60 mil pessoas de 131 países. A luta pela reforma agrária se ampliou com ocupações de terra e importantes marchas nas cidades. As greves econômicas, mesmo diante da pesada adversidade para os trabalhadores, não deixaram de eclodir. Estes têm empunhado bandeiras em defesa dos seus direitos ameaçados, das condições de trabalho que se precarizam, pela diminuição da jornada de trabalho para 40 horas e aumento do salário mínimo. As mobilizações estudantis promovidas pela UNE e pela Ubes cresceram nos últimos anos, pautando a defesa da educação pública e colocando no alvo o governo FHC. O Fórum Nacional de Lutas, organizado desde 1997 – que congrega mais de 80 organizações sindicais e populares de caráter nacional –,

*A dinâmica
capitalista
periódica no
Brasil, de
acumulação com
endividamento
externo, atingiu
um nível extremo
em nossos dias*

tem cumprido importante papel aglutinador e na mobilização de grandes ações de massas no país.

A atual política de alianças do Partido Comunista do Brasil

A atual política de alianças do PCdoB decorre: do caráter da crise do capitalismo dependente brasileiro; da predominância no Brasil de um pacto político dominante que realiza uma reestruturação econômica ultraliberal-desnacionalizante e desmonta o Estado nacional; do nível da força política e influência entre as massas populares das correntes de esquerda e da oposição em geral; e do grau de consciência política e de organização do movimento dos trabalhadores e do povo brasileiro.

Nesse contexto o 10º Congresso do Partido, realizado em dezembro último, teve como centro do debate a natureza da crise e do impasse brasileiro – e qual a saída –, tendo presente o rumo de reconquista da soberania, da ampliação democrática e da promoção da justiça social.

No início de 1990 as elites dominantes brasileiras começaram a ajustar com a oligarquia financeira transnacional os destinos da nação, atrelando o país ao sistema de poder centrado em Washington e Nova York. Este rumo seguido foi a resposta dessas elites às crises do capitalismo dependente dos anos 80, e tem suas raízes nos interesses colaboracionistas de setores dominantes financistas e rentistas que sempre pregaram a associação com o capital estrangeiro e a estabilidade monetária a qualquer custo. Para o pacto dominante tornou-se essencial para governar o Brasil a constância do fluxo do capital de fora, o visto de baixo risco concedido pelo mercado financeiro internacional, os aportes financeiros do Tesouro norte-americano e do FMI e, sobretudo, o aval deste último para proteger

os grandes credores e investidores nas crises cambiais sucessivas. Desse modo, o governo transformou-se tacitamente num condomínio de participantes internos e externos. A elite dominante brasileira se comprometeu com os círculos dominantes do Estados Unidos, transferindo para estes, em última instância, o poder de decisão sobre a economia do país.

O caráter da crise brasileira

Do ponto de vista da evolução histórica, a dinâmica capitalista periódica no Brasil, de acumulação com endividamento externo, atingiu um nível extremo em nossos dias. Nesse contexto, os passivos externos e internos, por seu enorme volume, tornaram-se problemas estruturais recorrentes. Como já assinalamos esse desequilíbrio estrutural não se alterou e o tratamento aplicado resume-se aos efeitos, não às causas. Trata-se, pois, de um quadro extremo que se prolongou, agravando-se o impasse brasileiro. Essa exaustão de ciclos continuados de dependência cada vez mais profunda, desnacionalização econômica, com forte crise estrutural, agora agravada com longo período de estagnação, vai assinalando o esgotamento de um ciclo econômico. Esta extenuação se expressa no plano social e político na forma de uma crise crônica, com manifestação aguda intermitente.

Tal fenômeno se reproduz na crise que atravessa o Brasil atual e se manifesta pela contradição entre duas tendências: uma definida pelo anseio de um projeto nacional autônomo, articulado com as aspirações democráticas e populares; e, outra, definida pelo sistema de poder vigente, liberal-desnacionalizante, acentuatadamente assimétrico, que levou o país a ocupar um papel subordinado ao sistema hegemônico.

No plano político, comprovando esse fim de linha econômico e social e seus efeitos, as próprias forças governistas falam em “mudança” ou que a “era fernando-malanismo acabou”. A estagnação econômica, a desigualdade e a pobreza falam mais alto, já não podem ser escamoteadas. Mas isso não quer dizer que o modelo neoliberal se esgotou. Para os países dependentes ele é regamente aplicado, passando, porém, por fases de ajustes ou reciclagem. Por outro lado, nos países capitalistas desenvolvidos, diante da atual recessão, crescem as medidas intervencionistas e protecionistas – tal procedimento vale para os países ricos, não para os pobres.

O Consenso de Washington, plataforma das políticas neoliberais para o nosso continente, prossegue, já em outras condições, no “consenso da Alca”. Este é produto da contínua imposição estratégica dos Estados Unidos, visando à consolidação do seu domínio sobre as Américas. Recentemente, o presidente Fernando Henrique, comprometido com sua política de profunda dependência aos círculos de poder norte-americanos por um lado e, por outro, à pressão crescente interna por uma posição de não alinhamento do Brasil, tem assumido uma posição ambígua diante dos novos acontecimentos no mundo. E apenas no plano externo ensaia um discurso crítico aos resultados da globalização, ao passo que atrela mais ainda o país à hegemonia do capital financeiro.

Programa de reconstrução nacional

O Brasil precisa de um novo rumo, de uma ruptura com a atual orientação dominante, de um projeto de mudanças que seja capaz de promover a reconstrução nacional, a transformação social e a mais ampla liber-

dade política, tendo em vista a aproximação com o objetivo da transição ao socialismo. Somos um imenso país, uma grande nação, dotada de imensos recursos espirituais, materiais e humanos. O Brasil reúne condições objetivas para um caminho de desenvolvimento autônomo, sustentado e democrático. Faltaria dar impulso às condições subjetivas – a reunião das forças políticas e sociais – capazes de abrir e construir um novo caminho.

O nosso Partido almeja e se empenha na luta pela vitória dos ideais socialistas em nossa época. Neste momento, em nosso país, devemos considerar que a mais importante batalha que se conforma diante de nós resulta, primeiro, do caráter da contradição – projeto nacional autônomo e democrático contra o projeto hegemônico subordinado – produzida pela crise que vive o Brasil; e, segundo, esse embate se realiza de imediato no contexto institucional vigente, o qual define as condições concretas da disputa eleitoral de 2002.

Em função desse conteúdo da luta e no terreno em que ela se realiza é que podemos definir as nossas premissas, quais sejam: formar amplo pacto político das forças patrióticas, democráticas e populares, baseado num programa com novos fundamentos – defesa do Brasil, recomposição do Estado nacional, democracia ampliada, retomada do desenvolvimento com distribuição de renda e defesa do trabalho; e derrotar o pacto de poder das forças que impuseram a reestruturação liberal-desnacionalizante. Afirmamos que essas duas premissas, por sua natureza política e programática, definem o caráter de ruptura do projeto de mudança.

Estimamos que nas condições atuais o êxito desse projeto mudancista está estreitamente dependente da capacidade de unidade das forças de

esquerda para serem núcleo de uma aliança ampliada com as forças oposicionistas interessadas na reconstrução nacional, ampliação democrática e defesa dos direitos populares. Não subestimamos a dimensão do poder concentrado nas mãos das correntes governistas e a sua capacidade de manobras políticas diversionistas.


Por isso, sozinho, nenhum partido de esquerda poderá derrotá-las. Ao mesmo tempo a frente oposicionista tem seu poder no apoio popular e, se este for realmente manifestado na sua forma mais elevada, no nível de extenso movimento cívico de massas contra o governo FHC. O novo governo democrático, de reconstrução nacional, somente poderá ser conquistado e tornar realidade o programa de mudança se for expressão dessa unidade de forças contrárias ao projeto neoliberal e contar com o respaldo desse amplo movimento político popular.

Diante do impasse brasileiro, da crise e do descrédito popular no governo FHC, das suas derrotas no último pleito nos grandes municípios e do crescimento da rejeição à política neoliberal, a oposição reúne condições históricas excepcionais para alcançar uma vitória nas eleições gerais de 2002. Esta situação antecipou o debate acerca da sucessão presidencial. Os partidos e os diversos pré-candidatos já na cena política adiantam a apresentação de argumentos e plataformas na busca de uma saída para o país. A continuidade da reestruturação em curso defendida pelas forças situacionistas vai agravar a incessante agonia em que vive a maioria do povo. O país não agüentará mais uma metade de década de crescimento estancado e pode tornar-se neocolonizado. Não se pode subestimar tamanho risco ao destino de nossa pátria. Agora, o governo de Fernando

Henrique Cardoso e seus cúmplices, apoiados em vastos recursos, sustentados por grandes interesses internos e externos, compram a cumplicidade e o apoio político, visando a manter sua base de sustentação, retomar a iniciativa e encurralar a oposição.

A responsabilidade de nosso Partido e da oposição perante o povo tem conseqüências históricas: ou nos colocamos à altura dessa tarefa decisiva de barrar a evolução neoliberal e abriremos um novo rumo para o Brasil, ou continuaremos numa resistência cada vez mais dramática para nosso povo.

Por isso é que reafirmamos a nossa convicção unitária, imbuída da qual o PCdoB tem sido uma voz na defesa constante da coesão das forças de esquerda em torno de um programa de mudanças da ordem ultraliberalizante e estendendo essa frente a amplos setores políticos e sociais que comunguem dos mesmos propósitos. Também consideramos que cabe ao Partido dos Trabalhadores – por constituir-se no maior partido de oposição –, destacada parcela de responsabilidade na realização desse movimento de grande dimensão para o futuro da nação.

Hoje, continuaremos empregando o melhor do nosso esforço insistindo na busca da concretização da unidade das forças oposicionistas no plano nacional e nos estados da Federação desde o primeiro turno das próximas eleições. Esse objetivo não sendo alcançado, contribuiremos para estabelecer condições viáveis para unir com base num programa comum democrático, de reconstrução nacional, todas as forças possíveis de serem unidas no segundo turno, a fim de abrir um novo rumo para o Brasil. 

Renato Rabelo é presidente do Partido Comunista do Brasil, PCdoB. Este texto reproduz parcialmente sua intervenção no encontro de partidos comunistas denominado Seminário de Montevideu (Uruguai), ocorrido de 26 a 30 de janeiro de 2002.

O terrorismo de Estado norte-americano e o perigo da ditadura militar planetária

Miguel Urbano Rodrigues



A agressividade de Bush assume proporções assustadoras e ameaça toda a humanidade

No limiar do século XXI estão a acontecer coisas nunca antes vistas, sequer imaginadas. O país mais rico e poderoso da Terra, invocando a necessidade de combater e eliminar o terrorismo faz da prática do terrorismo de Estado o instrumento de uma estratégia supostamente concebida para salvar a humanidade. Pela primeira vez na história, um império, os EUA, iniciou uma guerra apontando como seu inimigo principal não um povo ou um governo, mas um homem, cujo nome, semanas antes, era quase desconhecido. O território escolhido para cenário dessa guerra apresenta a peculiaridade contraditória de nele terem florescido, ou deixado, marcas indeléveis de grandes civilizações, mas de ser hoje habitado

por povos que praticam uma agricultura de subsistência e se mostram infensos à idéia do Estado moderno, preferindo viver sob formas de organização tribais. Daí outro paradoxo: esse país, onde a vida transcorria totalmente à margem da economia mundial, uma terra sem indústrias, situada fora dos circuitos comerciais – ignorada pelas transnacionais e pelo capital financeiro –, tornou-se, de repente, cenário da primeira guerra do novo milênio. As mais mortíferas e sofisticadas armas do arsenal norte-americano foram durante meses utilizadas contra cidades e aldeias que continuavam a viver no ritmo do século XV. O alvo era o terrorismo – personificado por Bin Laden, a Al Qaeda e os Talibãs, seus aliados –, a vítima foi coletiva, o povo do Afeganistão, o mais pobre e atrasado da Ásia.

É IMPOSSÍVEL quantificar o genocídio afegão. Mas, as bombas e os mísseis norte-americanos mataram ali muito mais gente – um número de pessoas muito maior do que o de desaparecidos com os atentados terroristas do 11 de setembro. O castigo imposto pela destruição das torres de Manhattan à população civil de um remoto país asiático – totalmente alheia ao acontecimento – é por si só um demonstrativo da irracionalidade de uma estratégia política que configura hoje perigosa ameaça ao conjunto da humanidade.

Pelos seus múltiplos e ambiciosos objetivos, pela confusão que gera em setores da esquerda, e pelas consequências de campanhas de desinformação que apresentam os crimes dos EUA como ações de defesa da civilização – essa estratégia exige daqueles que a denunciam e condenam uma resposta, ao nível da reflexão e da prática, que permita combatê-la com eficácia. O esclarecimento e a mobilização das consciências é uma etapa indispensável na luta, de âmbito mundial, que os povos da Terra são chamados a travar contra o mais perigoso e abrangente projeto

de dominação ecumênica concebido até hoje por qualquer outro império.

Fatos indesmentíveis provam que uma guerra sem quartel contra o terrorismo internacional, a Cruzada de Bush, foi desencadeada por um governo que, como afirma Chossudovsky, “protege o terrorismo internacional como parte da sua agenda de política exterior”.

Parece absurdo, mas é bem real. Os motivos invocados pelos EUA para iniciar uma guerra de agressão contra o Afeganistão foram totalmente fabricados. A Cruzada afegã de Bush foi planejada e executada com uma frieza que fez dela um “crime científico”. Mais do que os bombardeios de saturação das cidades, a chacina dos prisioneiros em Mazar-i-Charif e o quadro em que se desenvolveu o assalto e o saque de Kandahar configura crimes contra a humanidade que somente encontram precedente em matanças promovidas pelo III Reich alemão.

O que aconteceu naquelas cidades justifica uma reflexão profunda, até porque assume contornos de prelúdio de uma estratégia neofascista com efeitos planetários.

É esse o tema central desta comunicação ao nosso Fórum.

Esses massacres mereceram uma atenção discreta da mídia. A maioria dos jornalistas ocidentais que cobriram a guerra contra o povo do Afeganistão comportou-se como cúmplices do alto comando norte-americano, evitando o relato de fatos e situações que iluminam bem uma faceta nova da política de dominação perpétua sobre a humanidade e do sistema de poder imperial dos EUA.

Recordemos primeiro, brevemente, o que aconteceu em Mazar. O comando militar norte-americano, cumprindo instruções do Pentágono, dirigiu ali uma gigantesca matança de prisioneiros. O episódio principiou com o levante de 600 prisioneiros na fortaleza de Qala-i-Jangi, provocado pela tortura e pelo assassinio de companheiros por agentes da CIA.

Chamados a intervir, aparelhos da Força Aérea dos EUA vindos do Uzbequistão, bombardearam o recinto da fortaleza secular, matando centenas de prisioneiros.

Tropas da Aliança do Norte inter-

vieram posteriormente. Sob a direção de um coronel norte-americano (o assessor era britânico) esses mercenários afegãos completaram o massacre. Ao deporem as armas, os prisioneiros – muitos eram paquistaneses e alguns árabes, tártaros, azeris e bachkires – tinham recebido garantias de vida. Foram desrespeitadas. Não houve sobreviventes. No final, a cidadela oferecia o panorama de um açougue humano. Escaparam da matança 20 prisioneiros que, ao chegar, a Cruz Vermelha encontrou num contentor onde se haviam escondido.

Barbárie e civilização

Em Kandahar, num cenário étnico e cultural muito diferente, a fria decisão de matar emerge também como objetivo básico. A cidade foi exaustivamente bombardeada. Depois entrevistaram os mercenários locais (pachtunes) da Moderna Cartago, ou seja, dos EUA. A rendição, negociada pelos representantes do governo fantoche (que ainda não se instalara) criado por Washington, incluía garantias de vida para os defensores da praça. Mas o comando norte-americano informou secamente aos seus aliados que considerava inexistente o acordo. Houve uma orgia de crimes. O saque da cidade foi assinalado por cenas de apocalipse. No dia seguinte mais de um milhar de cadáveres em decomposição acumulavam-se nas ruas.

Os talibãs e os homens da Al Qaeda integram obviamente aquela categoria de fanáticos que inspiram horror. Mas o Estado norte-americano, na preparação quase científica da chacina dessa gente, desceu ao seu nível de amoralismo. A CIA continua a submeter à tortura os prisioneiros da Al Qaeda que lhe foram entregues pelos aliados afegãos que os capturaram em Tora Bora e noutros lugares.

Ao contemplar imagens da fortaleza de Mazar, onde os prisioneiros foram abatidos com requintes de barbárie, sob a tutela vigilante do exército dos EUA, recordei o que senti na Polónia ao visitar Aushwitz, o mais monstruoso dos campos de extermínio do III Reich nazista. Quando a selvageria humana ultrapassa certos limites a hierarquia dos crimes perde significado. Em Mazar e Kandahar, o Estado norte-americano, ali representado pelas suas forças armadas, atravessou essa linha divisória.

O governo de Washington já informou que rejeita liminarmente a hipótese de qualquer inquérito sobre os massacres de Mazar e Kandahar, sob supervisão da ONU.

O genocídio afegão teve como complemento o cultoricídio. O território do Afeganistão é um dos mais fabulosos museus arqueológicos naturais da humanidade. Talvez não haja outro país onde – ainda soterradas – existam tantas e tão belas ruínas de antigas civilizações. Citarei alguns exemplos pouco conhecidos.

Foi das cidades greco-bactrianas do nordeste afegão que saíram os mestres dos escultores que no início da Nossa Era, no território do Império Kuchano, criaram a chamada Arte de Gandhara que fundiu o rigor formal e a perfeição técnica dos antigos helenos com a espiritualidade budista. Mas, para os estrategos do Pentágono esses tesouros artísticos nada significam. Reagiram como os talibãs. Segundo vimos na televisão, Bagram, onde se localiza um campo arqueológico Kuchano mundialmente famoso, foi repetidamente bombardeada. Uma chuva de metralha caiu também sobre as ruínas das stupas budistas

de Jalalabad, monumentos funerários únicos no planeta.

Outro exemplo de barbárie foi o bombardeamento de Ghazni. Recordarei que a islamização da Índia nos séculos XI e XII não foi empreendida pelos árabes, mas por duas dinastias de raiz afegã: a dos Ghaznidas (turcos) e a dos Ghoridas (iranianos). Ghazni foi durante dois séculos uma das mais civilizadas cidades do mundo. Aquele sultanato foi o berço de alguns dos mais notáveis escritores, cientistas e artistas do Islã. Entre eles Firdusi, poeta genial e um dos criadores do persa moderno; Al Biruni, humanista, historiador, filósofo, matemático de prestígio universal; Sanaí, o poeta místico cuja obra a crítica coloca ao nível da de Dante Alighieri; e Ibn Sina, o celeberrimo Avicena, o maior médico da Idade Média. Que terá acontecido ao campo arqueológico de Ghazni? Permanecerão ainda de pé os seus minaretes quase milenares?

Herat, no Noroeste, foi outra cidade insistentemente bombardeada. Por quê? A antiga capital de Sha Rukh, o filho de Tamerlão, era a cidade-museu do país. Segundo escreveu o príncipe Babur – o fundador do Império do Grão Mogol na Índia – não havia no final do século XV em todo o mundo Islâmico cida-

Aos EUA convinha inventar um responsável pelos crimes do 11 de setembro – a qualquer custo

de tão bela e civilizada como era Herat, quando a visitou. Que terá acontecido à famosa cidadela, às suas grandes mesquitas, obras primas da arte do Renascimento Timúrida? ⁽¹⁾

Obviamente, George Bush nunca ouviu falar do Sultanato de Ghazni, da Civilização Kuchana – intermediária no comércio entre Roma e China – dos Timúridas de Herat. Não o censuro pela sua comprovada ignorância, mas ela não lhe confere o direito de fazer explodir mísseis sobre o que sobrou de grandes culturas.

Quando ele pronunciava com orgulho a palavra Kandahar para anunciar um novo bombardeio não fazia a menor idéia de que nessa cidade – a antiga Alexandria Aracósia, fundada por Alexandre da Macedônia –, os habitantes falavam ainda grego e aramaico dois séculos depois. Foi um edito do rei indiano Achoka, da dinastia Maurya, gravado numa estrela de pedra encontrada ali por acaso numa ruína, que nos trouxe há poucos anos essa revelação. O presidente dos EUA, a cujos olhos os crimes dos Cruzados aparecem como atos de bravura, não ouviu sequer mencionar a existência desse monarca que reinou sobre Kandahar e outras terras afegãs. Admito que nunca virá a saber que Achoka se tornou credor do respeito universal ao proibir por edito real a guerra na área do seu império por considerá-la um fenômeno bárbaro incompatível com a vocação e o destino dos homens.

O presidente Bush não tem consciência da sua condição de moderno bárbaro que faz do terrorismo de Estado um pilar da estratégia imperial.

Uma estratégia agressiva e ambiciosa

Os atentados terroristas do 11 de setembro demonstraram a vulnerabili-



Miguel Urbano Rodrigues.

dade do império, mas, paradoxalmente, criaram condições muito favoráveis ao desenvolvimento da estratégia de dominação planetária e perpétua adotada pelo sistema de poder norte-americano a partir da Administração Reagan.

A decisão de levar a guerra punitiva a um país longínquo, e a necessidade de inventar “um inimigo número 1”, resultou em parte de uma exigência política: impedir a todo custo que o povo dos EUA compreendesse que o essencial da máquina terrorista que montou os atentados está enraizado no próprio território norte-americano. O conhecimento da verdade poderia gerar uma situação de paranóia coletiva.

Mas a escolha do mau da fita obedeceu a um objetivo estratégico inconfessável: a penetração política e econômica maciça dos EUA na Ásia Central.

Entretanto, o massacre midiático que satanizou Bin Laden e a Al Qaeda é pouco inteligente. No Afeganistão os computadores eram peças raras. Seria impossível comandar a partir daquele país a logística ultra-sofisticada da operação do 11 de setembro. O sistema de espionagem do sistema Echelon, aliás, estava vigilante.

Em Washington omite-se que Bin Laden e a sua organização atingiram um auge de popularidade na Arábia Saudita após a explosão das Torres de Manhattan. Não apenas entre o povo. São “muito numerosos os membros da alta classe saudita que simpatizam com Bin Laden e alguns

enviam-lhe fundo”. Segundo o escritor Tariq Ali, “a Arábia Saudita, o mais querido aliado da América, é a fonte ideológica e de recursos do atual inimigo mortal dos EUA que aparece como um anjo” a muitos islamitas. ⁽²⁾

Aos EUA convinha inventar um responsável pelos crimes monstruosos do 11 de setembro. O fato de Bin Laden se encontrar então no Afeganistão facilitou o desenvolvimento de uma estratégia complexa cujos meandros estão ainda mal iluminados.

Para George Bush é, aliás, muito embaraçoso que o “inimigo número 1”, Bin Laden e o seu aliado, o Mullah Omar, chefe dos Talibã, tenham, aparentemente sobrevivido à guerra alegadamente desencadeada para os eliminar. Até o momento em que escrevo ignora-se o paradeiro de ambos.

Existe hoje uma documentação oficial importante sobre a política que visa garantir o domínio dos EUA sobre o petróleo e o gás natural da Ásia Central ex-soviética. Brezezinski define a região como “o novo eixo geopolítico”. Em março de 2000, eminentes acadêmicos russos revelaram na Conferência Internacional de Solidariedade à Iugoslávia, realizada em Belgrado, pormenores do projeto de desmembramento do Estado russo. Essa estratégia prevê o afastamento da Rússia do Cáucaso e da Região caspiana na seqüência de conflitos que os EUA estimulariam (Chechênia, Daguestão, Calmuquia etc). O motivo principal para a escolha do Afeganistão como primeiro alvo da retaliação teria sido a localização estratégica do país como porta de acesso às fabulosas riquezas em petróleo, gás e diferentes minérios do Turquemenistão, do Casaquistão e do Tajiquistão. A súbita virada de Putin – já definida por alguns observadores como a maior capitulação da história da Rússia – veio facilitar muito o desenvolvimento do ambicioso projeto norte-americano. A presença de forças militares dos EUA em algumas dessas repúblicas aperta o cerco à Rússia, previsto no plano de desmembramento da atual Federação.

Significativamente, o jornal *The New York Times* (8/1/2002) salientou em editorial que o Pentágono decidiu que as forças militares norte-americanas permaneçam sem limite de tempo na Ásia Central ex-soviética. No Kirguistão começou já a ser construída uma gigantesca base aérea.

A militarização do planeta e o perigo do fascismo

A ofensiva contra os direitos civis intensificou-se muito após o 11 de

setembro. Era inevitável pela lógica do sistema de poder.

A Administração Bush reagiu imediatamente e com satisfação às campanhas das forças políticas da extrema direita que reclamavam restrições às liberdades públicas alegando que eram indispensáveis a um combate eficaz contra o terrorismo. O Congresso, correspondendo ao apelo do Presidente, aprovou logo um primeiro pacote de medidas que fere direitos e garantias constitucionais, embora não tenha concedido a Bush tudo o que ele pedia.

Influente colunista se alinham com a extrema direita. Thomas Friedman, ex-assessor de Madeleine Albright, escreveu no *The New York Times*: “Temos de lutar com os terroristas como se não existissem normas de conduta”. Richard Lowry foi mais longe na *National Review*: “Se destruímos parte de Damasco ou de Teerã, ou o que for necessário, isso será parte da solução”. Steve Dunleavy lançou no *New York Post* um apelo que re-atualiza os de Goebels: “A resposta deve ser tão rápida como fácil – matar os bastardos. Um tiro entre os olhos; fazê-los voar em pedaços; envenená-los se necessário. Quanto às cidades e países que hospedam esses vermes, devemos bombardeá-las até as converter em quadras de basquetebol”.⁽³⁾

O temor da fórmula bushiana “os que não estão conosco estão contra nós” é identificável na mídia

Em 13 de novembro, o Presidente, na sua condição de comandante supremo das Forças Armadas dos EUA, assinou o famoso diploma que autorizou a criação de tribunais militares para julgar estrangeiros residentes nos EUA suspeitos de participação em atos terroristas. A iniciativa de Bush, além de inconstitucional, apresenta contornos fascizantes. Escancarou a porta a toda espécie de arbitrariedades contra cidadãos estrangeiros. A detenção por simples denúncia de milhares de pessoas originárias de países muçulmanos e os interrogatórios e torturas a que muitas foram submetidas desenvolveu-se numa atmosfera de caça às bruxas que alarmou inclusive setores liberais que, até então, haviam apoiado incondicionalmente, a escalada militar na Ásia. Pela primeira vez, embora timidamente, jornais como *The New York Times* e *Washington Post* manifestaram apreensões pela orientação imprimida ao combate contra o terrorismo.

Alguns Estados, onde a implantação da extrema direita é mais forte, já se haviam, entretanto, antecipado a Bush, promulgando legislação inconstitucional que atinge, sobretudo os estrangeiros. Uma onda de xenofobia continua a varrer os EUA, invadindo inclusive as universidades. Em escolas privadas a censura de livros e autores tornou-se rotineira, como na época do macartismo. O absurdo atinge tais extremos que a famosa canção de John Lennon que faz a apologia da paz foi proibida em muitos estabelecimentos de ensino por ser considerada subversiva.

O temor provocado pela fórmula bushiana “os que não estão conosco estão contra nós” é particularmente identificável na mídia. Tal como Bin Laden, Bush proclama que

Deus está com ele... Cresce a tendência para a autocensura em canais de televisão, rádios e jornais tidos por independentes.

Circunstâncias pouco comuns permitiram ao sistema de poder levar adiante a sua política em condições favoráveis. Em primeiro lugar os atentados do 11 de setembro produziram um efeito imediato de choque com características inéditas. Nunca havia acontecido algo similar. O horror generalizado pelo ato terrorista abriu a porta a solidariedades imediatas e diversificadas. Os EUA estavam em recessão e o seu isolamento aumentava. De repente emergem como nação agredida e pólo de uma coligação contra o terrorismo. A imagem de fanatismo e barbárie dos Talibã ajudou. O intenso bombardeio midiático foi um fator decisivo para a formação da vaga inicial de solidariedade ao povo dos EUA. As imagens daquelas torres a desmoronarem-se após o impacto dos aviões suicidas ficaram para sempre gravadas na memória de centenas de milhões de pessoas.

Transcorreu algum tempo antes que uma parcela importante da humanidade tomasse consciência de que a resposta dos EUA assentava numa política de retaliação cujos contornos se apresentaram inicialmente como nevoentos. Mas quando, quatro semanas depois, a 7 de outubro, os primeiros mísseis explodiram em Cabul, o panorama tornou-se menos confuso. O genocídio afegão provocou um repúdio cada vez mais amplo.

Milhares de pessoas principiaram a sair às ruas em todos os continentes, condenando uma guerra irracional que atingia um povo inteiro afetado pela fome e por duas décadas de conflitos fratricidas.

Esse movimento de repulsa, é verdade, não assumiu as proporções que a monstruosidade da agressão justificava. Para a maioria dos telespectadores de qualquer país ocidental a idéia do Afeganistão aparece, sobretudo, associada à de uma sociedade tribal primitiva na qual as mulheres são tratadas como animais e a vida não vale nada. É demasiado remoto e brumoso para provocar interesse e compaixão suficientes para a mobilização das solidariedades.

Identifico, porém, como negativa e até perigosa a posição daqueles que atribuem a passividade com que a maioria da humanidade aceitaria a dominação política, econômica e tecnológica norte-americana ao fascínio que a cultura e o sistema de vida dos EUA exerceriam sobre a quase totalidade da Terra. Essa é, por exemplo, a posição sustentada por Ignacio Ramonet no *Le Monde Diplomatique* e por ele exposta em Havana durante o Festival do Cinema Latino-Americano. ⁽⁴⁾ Segundo o diretor

*Milhares de pessoas
saíram às ruas
em todos os
continentes,
condenando uma
guerra irracional
que atingia um
povo afetado
pela fome e
décadas de
conflitos fratricidas*

daquele jornal, a hegemonia dos EUA no campo da cultura e no domínio do simbólico gerou um tipo de dominação carismática, "a passiva cumplicidade dos dominados, aquilo a que poderíamos chamar uma opressão afável, um delicioso despotismo".

Tal teoria, ao tomar a passividade por adesão, é confusionista e desmobilizadora. A debilidade e lentidão da resposta dos povos à agressiva estratégia de hegemonia planetária dos EUA não resultam do fascínio norte-americano. Há muito que os EUA deixaram de irradiar a imagem do paraíso. Um pouco por todo o Terceiro Mundo a opressão afável e o delicioso despotismo são sentidos, pelo contrário, como formas de dominação insuportáveis que provocam a miséria, o desemprego, o empobrecimento dos povos submetidos à estratégia imperial.

O castigo infligido ao Afeganistão, e a imposição ali de um governo fantoche, após mais de dois meses de bombardeios selvagens, ficarão talvez a assinalar na história um marco importante numa ambiciosa estratégia de dominação universal e perpétua que pela sua dinâmica aponta para uma militarização da Terra, ou, para ser mais preciso, para uma ditadura militar atípica, exercida pelos EUA sobre a totalidade do planeta.

Não foi por acaso que Negroponte, Cheeney, a senhorita Condoleezza, Rumsfeld e naturalmente George Bush advertiram repetidamente que o Afeganistão deveria ser visto apenas como um primeiro capítulo da guerra sem quartel contra o terrorismo. Entre os futuros alvos têm sido citados o Iraque, a Síria, a Líbia, o Líbano, a Colômbia, o Iêmen. A irracionalidade da política do sistema de poder norte-americano desaconselha previsões. Mas não é improvável que

países como as Filipinas ou a Somália mereçam a preferência de Washington. Também eles são como o Afeganistão; territórios remotos, mal conhecidos e pobres. Se amanhã mísseis começarem a explodir nas selvas de Mindanao perto de um acampamento de rebeldes muçulmanos, “em defesa da civilização”, a primeira reação de milhões de pessoas será provavelmente procurar no mapa o lugar dessa ilha das Filipinas.

Para a América Latina é especialmente preocupante a inclusão das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - Exército Popular na lista das organizações terroristas elaborada em Washington. Doravante qualquer movimento de libertação nacional pode, de um dia para outro, ser exorcizado por George W. Bush como terrorista. As mesmas bombas de 7 toneladas que esventraram as cidades afegãs podem amanhã explodir sobre as montanhas e as selvas da Colômbia.

A estratégia de militarização do planeta apresenta peculiaridades que não têm merecido atenção suficiente. Uma delas é indissociável de uma situação inédita. Aquilo que defini como eventual prólogo de uma ditadura militar de âmbito planetário implica numa radicalização ideológica dos responsáveis pela condução das guerras de agressão exteriores. A Somália diferiu do Golfo, e o Afeganistão inovou em múltiplos aspectos. A chacina de Mazar, o saque de Kandahar, o desfecho do assalto a Tora Bora, bastião da Al Qaeda, trazem à memória, como já sublinhei, ações criminosas das SS nazistas na segunda guerra mundial. Na decisão de matar os prisioneiros, na atitude de recusar a rendição de combatentes para evitar

*O perigo de
um fascismo
de novo tipo
torna-se mais
difícil de identificar
porque apresenta
características
inéditas*

sobreviventes incômodos aflora um pensamento fascista. As tropas norte-americanas comportaram-se no Afeganistão como cartagineses do século XXI. Compraram mercenários para lutar e morrer por uma causa que lhes era estranha. O envolvimento do alto comando das Forças armadas dos EUA nessa política não foi apenas transparente. A tarefa foi cumprida com zelo, com prazer e orgulho.

As sementes do fascismo contaminaram já – é inocultável –, muitos pilotos e oficiais do exército presentes no cenário de horrores do Afeganistão.

Essa realidade tem passado quase despercebida, inclusive a intelectuais marxistas. O perigo de um fascismo de novo tipo torna-se mais difícil de identificar porque apresenta características inéditas: 1) Não se enquadra nas definições clássicas do fascismo; 2) Aparece como inseparável da dinâmica agressiva de um sistema de poder imperial e anuncia-se como efeito da própria lógica da violência desencadeada pelas Forças Armadas que servem esse sistema como instrumento de dominação planetária; 3) Sendo um fenômeno que se enraíza

no corpo de oficiais, apresenta a peculiaridade de, estruturando-se e fortalecendo-se longe do país no quadro das suas guerras de agressão, tender a se alastrar de fora para dentro, ou seja, da periferia para os EUA, coração do sistema.

A dificuldade em admitir que a atual política de terrorismo de Estado dos EUA ameaça desembocar no neofascismo reside precisamente no caráter das instituições norte-americanas e na atipicidade da ideologia subjacente às ações de genocídio praticadas com frequência crescente por um poder militar hegemônico. O hábito de associarmos o fascismo quase mecanicamente como modelo de Estado e de organização da sociedade à Alemanha de Hitler e à Itália de Mussolini nos leva a esquecer que a sua implantação assumiu no último meio século formas muito diferenciadas e que tanto o assalto ao poder – aliás, diferente naqueles dois países – quanto o funcionamento do sistema não cabem em definições rígidas.

O fascismo na Europa, e fora dela, não obedeceu a um figurino único. Se no III Reich e na Itália – inicialmente – contou com forte apoio de massas, e teve como instrumento, importantes partidos que seguiam cegamente líderes carismáticos e fanáticos, isso já não aconteceu na Espanha de Franco e no Portugal de Salazar. Na Hungria de Horthy, na Romênia de Antonescu, na Croácia de Ante Pavelich foram, sobretudo, aspectos fulcrais da organização do Estado que tomaram, como fonte de inspiração, o modelo alemão ou o italiano. O único denominador comum a todos os fascismos foi o nacionalismo irracional e agressivo, com uma componente racista, a tentativa de imposição de uma contracultura e a criação de aparelhos de

repressão do tipo da Gestapo. Na ordem econômica as diferenças foram transparentes.

Ainda hoje se discute no Brasil se a ditadura militar no período de Médici e no início de Geisel foi ou não um fascismo castrense atípico. Como afirmou Palmiro Togliatti, o fascismo é “um sistema de reação tão conseqüente e completo” que não se define somente “pelos atos de terror selvagem” por ele praticados contra operários e camponeses. O caso do Chile é, por exemplo, um tema inesgotável de reflexão, tanto pelo que nele foi específico, no terreno político, econômico e militar, quanto pelas suas contradições. Aqueles que definem a ditadura terrorista de Pinochet, pela teoria e pela práxis, como fascista, sustentam – a meu ver com fundamento – que as Forças Armadas desempenharam ali o papel que no Reich nazista foi assumido pelo partido nazi e pelos aparelhos policiais por ele criados. (5) O fenômeno chileno ajuda a compreender num contexto diferente e noutra dimensão a ameaça neofascista que o terrorismo de Estado norte-americano carrega no ventre.

O perigo agora é planetário e, repito, nasce longe da sociedade cujo sistema de poder o gerou. As expedições punitivas não tomam por alvo minorias nem partidos de esquerda ou organizações sindicais. O inimigo, imaginário, fabricado é, agora, outro: indivíduos transmutados em gigantes demoníacos e, sobretudo, povos paupérrimos, distantes e desarmados.

A agressividade imperial assume proporções e ritmo assustadores.

A política de militarização global não poderia ser implantada sem a fascistização progressiva de uma parcela importante do comando das forças incumbidas de missões criminosas

como as citadas neste trabalho.

É muito cedo para previsões. A agressividade vai prosseguir. Mas, muita coisa dependerá dos futuros cenários e da reação dos povos à cruzada do terrorismo de Estado imperial.

Pode eventualmente configurar-se uma situação sem precedentes. Não obstante as restrições às liberdades públicas e a escalada repressiva em curso, a sociedade norte-americana continua a evoluir num contexto em que as instituições democráticas mantêm a sua vigência. Esboça-se assim num horizonte muito enevado uma contradição de tendências antagônicas entre o sentir do povo dos EUA, apegado a estruturas políticas conservadoras, mas incompatíveis com qualquer tipo de governo autocrático, e a inevitável importação da herança política de uma estratégia de dominação militar de perfil ditatorial e neofascista nas relações com o mundo exterior.

*A política de
militarização
global não poderia
ser implantada sem
a fascistização
progressiva de uma
parcela importante
do comando das
forças incumbidas
de missões
criminosas*

Não sou pessimista; apenas realista.

Na crise global de civilização em que vivemos o desenvolvimento da história anuncia conflitos que pela irracionalidade do superimperialismo norte-americano atualizam as utopias de Huxley e Orwell. Não é impossível que a rejeição pelo povo dos EUA de um modelo de contracivilização neofascista venha a funcionar como detonador de explosões sociais imprevisíveis há poucos anos.

Companheiros, o terrorismo de Estado praticado pelos EUA como alicerce da sua estratégia de dominação planetária constitui ameaça à própria sobrevivência da humanidade.

A história continua e o futuro do homem não está traçado. Dependerá dele, dependerá de todos nós, do nosso espírito de luta, da nossa capacidade coletiva de nos batermos por ideais que vêm da profundidade do tempo, de demonstrarmos que a globalização de figurino imperial é uma aberração e que está ao alcance do homem construir um mundo diferente, compatível com aspirações eternas da sua condição.

Miguel Urbano Rodrigues é escritor e jornalista. Este texto reproduz sua comunicação no Seminário Internacional “Não à guerra imperialista e à ameaça neofascista”, durante o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre (2 de Fevereiro de 2002).

Notas

- (1) Miguel Urbano Rodrigues, *Nômadias e Sedentários na Ásia Central*, 435 p., Campo das Letras, Porto, 1999.
- (2) *Left Business Observer*, Nova York, 18 out, pp.
- (3) Ct. por Frente Socialista de Porto Rico, novembro pp.
- (4) *Juventud Rebelde*, Havana, 7 dez. pp.
- (5) V. Marta Harnecker, “Fascismo y Dependencia”, agosto de 1977, in *Chile Informativo* n° 4 123-24, Casa de Chile en México.



Protesto em Buenos Aires.

A Argentina, o Brasil e o futuro do Mercosul

Samuel Pinheiro Guimarães

A atual crise pode ser encarada como oportunidade para lançar as bases de um verdadeiro projeto de integração econômica e política – a articulação do pólo sul-americano

A violenta crise que ainda vive a Argentina não significa o fim do Mercosul e muito menos da Argentina. Esta crise já a libertou de um arcaico e engessante regime cambial e poderá ser a oportunidade de ela se desvencilhar da política de alinhamento político incondicional e do programa econômico concentrador e excludente patrocinado pelo FMI/EUA e assim reparar as ruínas sociais, econômicas e políticas, causadas por tal programa, executado por pró-cônsules nativos.

É cada vez mais urgente repensar o Mercosul para além da reconstrução argentina, a partir de uma reflexão sobre as estratégias que possam retirá-lo do marasmo e do pântano de ressentimentos que se tornou. A crise – que antes do acelerar da crise argentina –, já atingia o Mercosul é apenas um reflexo das crises vividas pelos países do Cone Sul. O lento crescimento da economia regional, a retração do comércio intra-zonal, a profunda crise política e econômica na Argentina, a estagnação brasileira e os esforços frustrados de gerar superávits significativos, o desemprego e o deslocamento de setores industriais tendem a se agravar com a recessão sincrônica mundial e com as consequências inibidoras dos atentados de setembro.

Mesmo antes da crise atual argentina, a situação econômica interna dos países do Mercosul já havia levado à crise econômica do Mercosul que, por sua vez, fez ressuscitar e continua a estimular as rivalidades históricas de toda ordem. E coloca o projeto de integração regional sob grave risco, enfraquece o Cone Sul e sua capacidade de contribuir para organizar politicamente a periferia sul-americana diante da ação das estruturas hegemônicas de poder.

Ao Brasil e à Argentina, todavia, continua a interessar a construção de um bloco econômico, político e militar que, fortalecendo sua estrutura econômica,

permita a participação, em médio prazo, dos dois países no sistema internacional em grau de igualdade com estados de semelhante potencial demográfico e territorial. Este objetivo somente será possível de se atingir abandonando-se a visão neoliberal do funcionamento da economia mundial e da economia nacional e restaurando-se a idéia-força do desenvolvimento com base no mercado interno, isto é, no pleno emprego dos fatores nacionais de produção e na geração e absorção de tecnologias adequadas à constelação de fatores dos dois países e do Cone Sul.

As estratégias que vêm sendo sugeridas para enfrentar a crise do Mercosul são de difícil execução em prazo adequado; algumas são inviáveis e outras podem até agravar a crise.

A tentativa de organizar agências supranacionais e mecanismos efetivos de solução de controvérsias não resolve a crise do Mercosul e até a agrava. Apesar de a criação de agências supranacionais, ou de mecanismos de solução de controvérsias, ser, em teoria, aperfeiçoamentos institucionais, há uma insuperável dificuldade que as extraordinárias assimetrias territoriais, demográficas e econômicas, entre os quatro estados, trazem para a definição democrática e equilibrada de sua representação nessas eventuais agências e mecanismos. É muito mais difícil se torna imaginar tais esquemas em situações de tão grave crise como esta que a Argentina ainda vive e continuará a viver durante algum tempo.

A coordenação de políticas macroeconômicas através de consultas entre autoridades, ou de fixação de metas macroeconômicas comuns, ou a criação de uma moeda única (que implica na organização de um Banco Central único) são medidas de longo prazo, inúteis até de imaginar quando até a coordenação interna, dentro de cada país, dessas políticas encontra sérias dificuldades. Na situação de grave crise externa e interna, imaginar que o abandono pela Argentina da paridade legal dólar/peso e a adoção de um sistema de câmbio duplo e até, eventualmente, flutuante, e como tal semelhante ao brasileiro viria a facilitar a adoção de uma moeda comum pelos países do Mercosul é simplesmente um profundo equívoco de avaliação e algo cujo grau de probabilidade é rigorosamente zero.

As questões mais urgentes e decisivas no caso da Argentina, do Brasil e do Mercosul (a situação do Paraguai e do Uruguai são sua mera decorrência; e incapazes de afetar o destino do bloco) são: o desequilíbrio estrutural das transações correntes; a dificuldade de expandir exportações para terceiros países; as tensões decorrentes dos deslocamentos econômicos de empresas e trabalhadores em um período de grave crise; e a necessidade de promover o desenvolvimento industrial e abandonar a utopia retrógrada de criar uma sociedade moderna baseada em economias agro-exportadoras.

A situação argentina hoje leva a crer que a estratégia para sua superação exi-

girá uma profunda reestruturação do esquema do Mercosul. Portanto, surge a oportunidade para lançar as bases de um verdadeiro projeto de integração econômica e política que venha a ser o cerne da articulação de um pólo sul-americano no sistema mundial de poder. É claro que a continuidade das negociações da Alca faria malograr essa oportunidade. Com a Alca, a América do Sul passará a fazer parte do território econômico norte-americano e os estados da região deixarão de poder fazer, de fato e de direito, políticas de aceleração do desenvolvimento, redução das disparidades internas e eliminação das vulnerabilidades externas.

A evolução da situação argentina permite prever as seguintes etapas:

a) em situação de moratória ela não conseguirá atrair capitais de empréstimo ou investimentos diretos que permitam saldar os seus compromissos internacionais a curto e médio prazo;

b) a atual política dos EUA /FMI não favorecerá mega-operações de salvamento de investidores estrangeiros que, no caso da Argentina, são em número muito significativo europeus;

c) o governo argentino terá de promover políticas internas de poupança e de investimento capazes de reduzir de forma significativa e rápida o desemprego e a percentagem da população abaixo da linha de pobreza, pois, caso contrário, o descontentamento popular se reacenderá;

d) o governo argentino terá de, nesse processo, proteger o seu mercado interno, promover investimentos de empresas e capitalistas argentinos e para tal terá de aumentar o grau de proteção da economia, aumentando suas tarifas;

e) o governo argentino terá de fazer uma política comercial voltada para a geração de forte superávit comercial tendo em vista a impossibilidade de obter superávits significativos em outras rubricas do balan-

ço de transações correntes (fretes, juros, turismo etc);

f) essa política comercial terá de incluir necessariamente esquemas de subsídio às exportações e a elevação de tarifas que hoje são comuns com as do Brasil, do Paraguai e do Uruguai, na forma de Tarifa Externa Comum, do Mercosul;

g) o principal destino das exportações argentinas é o Brasil e, portanto, em condições de moratória internacional, difícil será para a Argentina fazer um amplo superávit comercial total, sem ter um superávit significativo com o Brasil;


h) a política comercial da Argentina procurará favorecer a transformação do Mercosul de união aduaneira (aliás, em extremo, imperfeita) em uma zona de livre comércio, o que permitiria à Argentina alterar suas tarifas para terceiros países sem ter de atender às conveniências econômicas e comerciais do Brasil (e do Paraguai e do Uruguai);

i) como resultado oportuno e favorável ao Brasil, a política comercial argentina não poderá continuar a favorecer a constituição da Alca, pois esta destruiria qualquer possibilidade de construir um superávit significativo, além de impedir, de direito, as políticas comercial, industrial e tecnológica indispensáveis à reconstrução argentina e ao fim da instabilidade social e política que continua latente e passível de erupção.

Para o Brasil, a estratégia adequada para contribuir para a superação da crise argentina está longe de se tornar elegante mediador entre o governo argentino e o Fundo Monetário e os Estados Unidos, mas sim de ser um defensor de políticas de desenvolvimento argentinas e de sua soberania. O Brasil não deveria insistir na manutenção do Mercosul como união aduaneira, mas aproveitar a oportunidade para transformá-lo num verdadeiro projeto de inte-

gração econômica e política. Esse projeto deveria ter como base realista a atual zona de livre comércio aperfeiçoada, com mecanismos de equilíbrio e uma coordenação de políticas tarifárias naqueles setores de interesse vital de longo prazo para o Brasil, tais como bens de capital e informática. A possibilidade de estabelecer mecanismos de crédito recíproco amplos é indispensável para preservar o comércio bilateral. A possibilidade de operações de resgate da dívida no pulverizado mercado de títulos não deve ser descartada nem sua importância minimizada. A criação de mecanismos de compensação e de fundos setoriais de reestruturação, de programas comuns, em especial em áreas de tecnologia avançada e de exportações, e de programas comuns de investimentos estratégicos completaria o quadro econômico do projeto.

Na esfera política, a oportunidade é única para que sejam estabelecidas as bases de uma coordenação estreita, profunda e verdadeira entre o Brasil e a Argentina que fortaleçam a atuação dos dois países nas negociações internacionais de toda ordem e na construção de um pólo político sul-americano, não-hegemônico, em que o Brasil abraze seu mercado sem reciprocidade a seus vizinhos, que possa preservar a possibilidade de desenvolvimento e de afirmação política do continente, evitando sua absorção em esquemas liderados pelas grandes potências, como é a Alca.

A atitude atual do Brasil será definitiva para que essas oportunidades possam se concretizar. 

Samuel Pinheiro Guimarães é embaixador, ex-chefe do Departamento Econômico do Itamaraty e ex-diretor do Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais (Ipri) do Itamaraty. Este artigo foi escrito originalmente para o sítio da Agência Carta Maior (11 de janeiro de 2002).



Fundadores do Partido Comunista do Brasil.

Partido Comunista do Brasil 80 anos

As primeiras décadas

José Carlos Ruy

O PC do Brasil nasceu em 1922 – experiência vitoriosa que, em 2002, completa 80 anos de atividade contínua. O Partido tem a marca da luta pela liberdade, pela democracia, pelos direitos dos trabalhadores, pela soberania nacional e pelo socialismo; durante suas primeiras décadas, abrigou duas correntes cujo conflito chegou ao auge nos anos 50 e só foi superado com a reorganização, em 1962

A história de um partido político, o desenvolvimento da classe operária já se disse, é o relato da história política de um país.⁽¹⁾ A história de um Partido Comunista vai além disso, e seu tema é a luta de classe, o desenvolvimento da classe operária e suas relações com as demais forças progressistas, e seu aprendizado com a experiência internacional do proletariado.

COM O Partido Comunista do Brasil não foi diferente. Sua fundação, em 25 de março de 1922, resultou da conjunção desses fatores, que impôs a necessidade de organização de um partido revolucionário capaz de formular e defender um programa político classista voltado para a conquista do poder político e a formação de um novo Estado, um Estado socialista.

Foi essa necessidade histórica que moveu os pioneiros de 1922. Eram apenas nove dirigentes proletários: Astrojildo Pereira (jornalista), Cristiano Cordeiro (advogado), Joaquim Barbosa (alfaiate), Manuel Cendón (alfaiate), João da Costa Pimenta (gráfico), Luís Pérez (vasouzeiro), Hemogêneo Fernandes da Silva (eletricista), Abílio de Nequete (barbeiro) e José Elias da Silva (pedreiro). Eles representavam 73 militantes de associações políticas de trabalhadores do Distrito Federal, e dos estados de Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Há notícias de que delegações de Santos (SP), Juiz de Fora (MG), Passo Fundo e Livramento (RS) não conseguiram ir a Niterói (RJ) para participar do Congresso onde nasceu esta experiência vitoriosa que, em 2002, completa 80 anos de atividade contínua.

Aquele punhado de dirigentes operários fundou o primeiro partido político brasileiro que rompeu com os estreitos limites da política estadual, e teve âmbito nacional. Estava destinado também a ter a mais longa vida no Brasil. Não era apenas mais um partido político a nascer naquele Congresso tão exíguo, mas sim a organização revolucionária e de vanguarda do proletariado brasileiro – o Partido Comunista do Brasil, cuja trajetória foi marcada pela luta intransigente pelo socialismo, pela democracia e pelo progresso social.

Três fatores

O Partido Comunista não surgiu como um corpo estranho ou exótico à sociedade brasileira. Suas raízes são antigas, ligadas à longa história da luta de classes, e principalmente a seus desdobramentos a partir da segunda metade do século XIX, quando se acentuou a contradição entre o escravismo que fenecia, e o modo de produção capitalista que nascia. Com o capitalismo, surgia também a classe operária, que dava então seus primeiros passos organizativos e contestatórios.

O aparecimento do Partido Comunista do Brasil responde, em primeiro lugar, ao desenvolvimento e amadurecimento relativo da classe operária. Embora tivesse ainda uma consciência de classe embrionária e rudimentar, o proletariado brasileiro participou dos principais movimentos da época, e lutou pelo fim da escravidão e pela República.

O fim da escravidão e o início da República criaram condições para o fortalecimento do capitalismo industrial, moderno (e da burguesia industrial), embora sob o domínio da aliança entre a oligarquia latifundiária e mercantil e o capital estrangeiro, cuja presença se aprofundava no país.

A classe operária cresceu nos grandes centros urbanos e, mesmo pequena, foi protagonista de confrontos notáveis contra o Estado oligárquico e contra a exploração capitalista. Em 1906, realizou o Congresso Operário Brasileiro que, sob influência anarco-sindicalista, criou a Confederação Operária Brasileira (COB). A greve daquele ano confirmou a influência libertária e, reprimida à bala pela polícia, assistiu às primeiras assembleias de massa em movimentos grevistas. O clímax da luta, naqueles anos, foi a grande greve de 1917, que marcou a estréia do operariado fabril

na direção do proletariado e, pela primeira vez, teve um caráter claramente político; dirigida contra os patrões e também contra o Estado da oligarquia e da burguesia. Isso expôs o fracasso da orientação anarco-sindicalista frente às tarefas históricas que a nova etapa impunha: a organização política independente da classe operária; e o cumprimento de seu papel dirigente na luta revolucionária de todos os trabalhadores e forças progressistas da sociedade.

O debate intenso entre a liderança proletária provocado por esse fracasso despertou a convicção da necessidade de superação daquele marco teórico (anarco-sindicalista) e organizativo, no momento em que o Partido Bolchevique e a Revolução Russa de 1917 indicavam, para muitos deles, o caminho a seguir.

Esse foi outro fator decisivo – o aprendizado com a experiência internacional do proletariado. A Internacional Comunista foi criada em 1919 para inspirar em todo o mundo a organização de partidos comunistas. No Brasil, buscou contato com lideranças operárias de destaque e, em 1921, enviou um emissário – conhecido como “Cometa de Manchester” – que se encontrou com Astrojildo Pereira, a quem propôs a criação de um partido comunista no Brasil. Além disso, Abílio de Nequete, o delegado do Grupo Comunista de Porto Alegre, representou também, no Congresso de 1922, o Partido Comunista do Uruguai e a Internacional Comunista, da qual foi portador de uma saudação à fundação do Partido Comunista do Brasil: “a constituição do Partido Comunista, o concentrado da vanguarda, a agrupação, num único e disciplinado organismo revolucionário, das forças conscientes da classe trabalhadora” é “um dos atos mais transcendentais já realizados pelo proletariado em seu movi-

mento de libertação”, dizia aquela mensagem. (2)

Além destes dois elementos que condicionaram sua fundação – o desenvolvimento da luta de classes e da classe operária, e a influência da Revolução Russa de 1917 – o Partido Comunista do Brasil atraiu também os setores democráticos e radicais da pequena burguesia. As ações que marcam sua luta por independência e autonomia perante os interesses oligárquicos dominantes cresceram desde meados do século XIX. A urbanização e o surgimento das primeiras empresas capitalistas fizeram crescer a pequena burguesia urbana formada por professores, advogados, médicos, engenheiros e funcionários; (3) depois da Guerra do Paraguai, jovens oficiais do Exército juntaram-se a ela. A vanguarda mais radical e avançada desses setores médios engajou-se e participou da direção da luta contra a escravidão e pela República, defendendo um programa democrático burguês, antioligárquico, nacionalista e industrialista.

Esteio da propaganda republicana, seus dirigentes foram, porém, afastados pelos líderes moderados do levante militar de 15 de novembro de 1889, que depôs a monarquia e deu início à República. Republicanos radicais, como Silva Jardim, não conseguiram sequer participar da Assembleia Constituinte Republicana de 1891. Conhecidos nas primeiras décadas da República como “jacobinos”, estes se-



Bancada comunista na Constituinte de 1946.

tores radicais formaram a base da oposição antioligárquica da República Velha, cuja ação desembocou na década de 1920 na rebeldia militar conhecida como “tenentismo”.

Ilusões sectárias

Durante toda a República Velha, a luta da pequena burguesia radicalizada, e sua vanguarda, a jovem oficialidade militar, polarizou o sentimento democrático brasileiro e a luta revolucionária contra a oligarquia latifundiária e mercantil e a dominação imperialista.

Em 5 de julho de 1922, essa luta tornou-se mais aguda, com o levante do Forte de Copacabana, que inaugurou a década revolucionária de 1920 exigindo eleições livres (e limpas) e voto secreto como panacéia universal para os males do país. (4) Isto é, defendiam o mesmo programa democrático burguês da oposição antioligárquica e antiimperialista desde o início da República.

A luta tenentista acentuou-se com o levante militar de 1924 e, depois, com a Coluna Prestes (1925-1927) e a ação dos “tenentes”, vanguarda da pequena burguesia radical, teve forte impacto, polêmico, entre os dirigen-

tes comunistas da época. Em seus II e III congressos (1925 e 1928-1929), o Partido Comunista do Brasil adotou e orientou-se pela tese de que o tenentismo era um movimento revolucionário de caráter democrático-pequeno-burguês, e pela convicção de que a *terceira revolta* que viria após os levantes de 1922 e 1924, teria um caráter proletário e seria dirigida pelo Partido. Essas

teses levaram à decisão combatida por alguns dirigentes da busca da aliança com os “tenentes” exilados na Bolívia. E, entre eles, com o principal líder, o capitão Luís Carlos Prestes.

O sectarismo e a espera da *terceira revolta* impediram que o Partido participasse do movimento de 1930, visto como mero acerto de contas entre facções oligárquico-burguesas e expressão da luta entre os imperialismos britânico e norte-americano.

“O Partido não compreende então o processo político em curso, não descortina naqueles o movimento, ainda confuso, por transformações democrático-burguesas. Considera que o proletariado nada tem a ver com os fatos em desenvolvimento no país. Adota posições sectárias e se alheia da situação real. Aplicando mecanicamente as teses da Internacional Comunista, defende a criação de um governo apoiado em soviets de operários e camponeses. Desta forma, o Partido se afasta da realidade concreta”, não consegue ligar-se às grandes massas nem se tornar uma corrente política de projeção nacional, sendo somente um “pequeno grupo com ati-

vidade bastante reduzida".⁽⁵⁾

Depois da revolução liberal de 1930, o esforço de aproximação com o tenentismo se aprofundou, culminando com a filiação de Prestes ao Partido, para o qual ele trouxe seu enorme carisma e popularidade, mas também os métodos conspiratórios próprios da formação militar dos "tenentes".

Essa aproximação foi demorada – a filiação de Prestes só se confirmou em 1934, induzida pela direção da Internacional Comunista. Com ela, e com a incorporação dos setores mais avançados e radicalizados do tenentismo, o Partido Comunista do Brasil tornou-se finalmente herdeiro das duas linhas principais da luta pela democracia e pelo progresso social no Brasil – os lutadores do proletariado e da pequena burguesia.

O Partido nascido em 1922 começava a superar o espírito de seita que marcou seus anos iniciais e o colocou à margem do leito principal da luta política no país, como ocorreu na revolução de 1930. Essa superação se revela na participação eleitoral e na maior inserção do Partido na luta de massas. Antes disso, houve alguma participação eleitoral, através do Bloco Operário (depois, Bloco Operário e Camponês), mas ela era limitada. E a luta de massas ficava restrita ao âmbito sindical, onde o Partido firmou-se nos anos 20 como a força de vanguarda do movimento operário.

Embora mantendo ainda um ranço sectário e estreito, a participação comunista eleitoral efetiva ocorreu pela primeira vez em 1933, abrigado em outras legendas, pois o Tribunal Superior Eleitoral não aceitou o registro do Partido. Mesmo assim concorreram 642 candidatos comunistas ou seus aliados em todo o país, entre os quais 85 mulheres, e o Partido participou da eleição de Abel Chermont ao Senado e Abguar Bastos à Câmara Federal. O

comunista Álvaro Ventura foi eleito para a Assembléia Constituinte como representante classista.⁽⁶⁾

A ação e a influência comunistas cresceram também na luta democrática de massas. Em 1934, o Partido liderou a resistência antifascista; promoveu a Conferência Nacional dos Estudantes Antifascistas e o I Congresso Nacional contra a Guerra, a Reação e o Fascismo, além de manifestações públicas no Rio de Janeiro e nas principais cidades brasileiras.

O Partido aprofundou a construção de um caminho próprio para mobilizar as grandes massas e participar da luta política. Organizou a Aliança Nacional Libertadora (ANL), em março de 1935, uma ampla aliança progressista e antifascista, com um programa democrático, antilatifundiário e antiimperialista. Em poucos meses, a ANL chegou a constituir 1.600 núcleos, com milhares de filiados. Posta na clandestinidade em julho daquele ano, a ANL continuou sua ação, sob direção comunista, e em novembro de 1935 dirigiu os levantes em Natal (RN), Recife (PE) e no Rio de Janeiro.

Em menos de um ano, a ação aliancionista indicou as virtudes e as ilusões da herança tenentista. A ação de massas, ampla e democrática, foi um enorme sucesso, galvanizando a opinião pública em torno de um programa democrático radical. Mas o militarismo conspiratório, que centrou sua ação nos quartéis e não na organização das massas para a insurreição, foi um desastre, embora heróico. Apesar da enorme simpatia popular, a organização da ANL era fraca nas cidades e nula no campo. "Embora seu programa fosse amplo, revelava sectarismo na atividade prática". Após seu fechamento pela ditadura de Vargas, a ANL adotou uma tática política e insurrecional "impregnada de revolucionaris-

mo pequeno-burguês, o que levou à precipitação da luta armada".⁽⁷⁾

Havia profundas ilusões que chegaram mesmo a ser aceitas pela Internacional Comunista, que avaliava as situações nacionais, como a do Brasil, com base em informações esparsas e muitas vezes pouco realistas fornecidas pelos próprios partidos comunistas. Uma dessas ilusões era a do caráter insurrecional do cangaço do interior do Nordeste, apontado como prova da existência de guerrilhas rurais. Um exemplo da outra ilusão foi a atitude de Fernando de Lacerda e outro dirigente comunista durante a preparação de uma greve geral em 1932, em São Paulo: eles diziam que não era preciso fazer propaganda porque "a massa era revolucionária, e bastava lançar um grito que ela viria totalmente aos nossos braços".⁽⁸⁾

A ditadura desmantela a direção nacional do Partido Comunista do Brasil

Um dos eixos principais da intensa luta de classes daqueles anos era a disputa pelo controle da classe operária. O governo de Vargas tomou várias iniciativas para atrair os trabalhadores, iniciando a construção de sua imagem de "pai dos pobres". Enquanto isso, a derrota do levante de 1935 colocou os comunistas na defensiva e provocou o início de uma profunda reavaliação da tática política do Partido, e uma luta interna acesa. Em 1937, a direção nacional do Partido iniciou contatos com candidatos à eleição presidencial marcada para 1938, em busca do compromisso com a anistia e com as liberdades democráticas. O intenso debate sobre o caráter da revolução brasileira opôs a direção nacional a um grupo de dirigentes comunistas de São Paulo contrários à política de aliança. Eles foram afastados e a direção nacional

passou a apoiar a candidatura do escritor José Américo de Almeida.

Quando aquele debate ocorreu, o Partido vivia um momento de descenso da luta de massas e sofria forte ataque repressivo. Em 1935, o governo de Vargas impôs a Lei de Segurança Nacional, para reprimir o movimento democrático. Em janeiro de 1936, foi criada a Comissão de Repressão ao Comunismo e, em setembro, o Tribunal de Segurança Nacional. Esta institucionalização da repressão era a contrapartida da perseguição policial implacável aos dirigentes e militantes comunistas e aos democratas e progressistas em geral. Prestes foi preso em março de 1936; o secretário geral do Partido, Antonio Maciel Bonfim, em junho daquele ano. A ditadura tornou-se aberta em 11 de novembro de 1937, que instituiu o Estado Novo, e o ataque final contra a direção nacional comunista ocorreu em abril de 1941, quando os últimos membros do Comitê Central foram presos em São Paulo.

Nesse período conturbado, a existência de duas linhas dentro do Partido, uma proletária e outra pequeno-burguesa, não pôde se manifestar com clareza. A tendência proletária se fortaleceu com o afastamento dos setores onde persistia o exclusivismo classista, contrário a alianças políticas mais amplas e que, fora e à margem do Partido, iriam fortalecer a corrente trotsquista que se formava no Brasil. Ao mesmo tempo, os principais líderes de origem "tenentista", como Prestes e Agildo Barata, estavam presos, ou exilados. Mas era uma tendência proletária ainda débil ideologicamente, "obreirista", e sensível ao revolucionarismo retórico e militarista da liderança tenentista.

A reconstrução de 1943

A repressão policial não conseguiu

liquidar o Partido, que sobrevivia em alguns núcleos estaduais, principalmente na Bahia. Em agosto de 1941, apoiados pela Internacional Comunista, dirigentes nordestinos tentaram rearticular a direção nacional e promoveram a Conferência do Nordeste do Partido Comunista do Brasil, defendendo a formação de uma frente única contra o fascismo.⁽⁹⁾ Durou pouco, e em dezembro daquele ano a polícia prendeu todos os membros daquele secretariado.

Esse esforço foi retomado em janeiro de 1943, no Rio de Janeiro, pela Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP) liderada, entre outros, por Amarílio Vasconcelos e Maurício Grabois, que convocou uma conferência para a reorganização do Partido. A CNOP era o grupo mais organizado de dirigentes comunistas e, por isso, sobrepôs-se aos demais, mesmo àquele organizado em torno de Fernando de Lacerda, e que pregava a dissolução do Partido.

A CNOP articulou os principais núcleos comunistas que persistiam e conseguiu o apoio de Prestes (que estava preso). Assim, legitimou-se, perante os comunistas brasileiros e os demais partidos, no exterior, como a principal força capaz de reorganizar o Partido. A "Conferência da Mantiqueira", em agosto de 1943, elegeu Prestes para a Secretaria Geral do Partido – cargo que, enquanto ele esteve preso, foi ocupado por José Medina e Álvaro Ventura. O programa então aprovado previa a união nacional em torno de Vargas contra o nazifascismo, a luta pela democracia, pela anistia, contra a carestia e pela legalidade do Partido. Naquela conferência, fortaleceu-se também o núcleo proletário, marxista-leninista que, com

outros líderes que então emergiram, formariam o conjunto de dirigentes partidários das décadas seguintes.

A conjuntura política acelerou-se desde então. O esforço antifascista, retomado pelo Partido em 1942, com grandes manifestações promovidas pela União Nacional dos Estudantes, cresceu, e os protestos populares exigindo a entrada do Brasil na guerra contra o eixo nazi-fascista multiplicaram-se pelo país. Apesar da repressão, a ação do Partido naqueles anos tornou-se cada vez mais aberta e pública. Em 1944, por exemplo, os comunistas baianos lançaram o jornal legal *O Momento*, primeiro dos inúmeros diários que o Partido manteve em vários estados brasileiros. A luta pela democracia e pela libertação dos presos políticos culminou na lei de anistia de 18 de abril de 1945, que pôs em liberdade Prestes e os demais comunistas presos.

Ao sair da prisão, Prestes assumiu seu lugar à frente do Partido e começou uma atividade política intensa na busca da superação democrática e nacionalista da ditadura do Estado Novo. Procurou também incorporar, à direção comunista, líderes que não haviam sido incluídos nela, por estarem presos ou no exílio, e cuja presença no Comitê Central do Partido foi ratificada pela III Conferência Nacional, de junho de 1946. Entre eles, veteranos da primeira direção comunista, como Astrojildo Pereira, Fernando de Lacerda e Octávio Brandão, e líderes tenentistas como Agliberto de Azevedo e David Capistrano. Muitos deles acompanhariam as posições de Prestes e engrossariam os setores da pequena burguesia radical alojados na direção partidária.

Naquela época, duas influências ideológicas principais se manifestaram entre os quadros do Partido. A primeira delas, nefasta, foram as opiniões do dirigente do PC dos EUA, Earl Browder, que fundamen-

tou o liquidacionismo de 1943 e, depois, a idéia de que, com a derrota do nazi-fascismo em 1945, o mundo havia entrado em uma fase de desenvolvimento pacífico, em que o imperialismo estava derrotado e a consolidação da democracia era inexorável.

A outra influência ideológica pode ser considerada o embrião do nacional-reformismo que prevaleceu no Partido na segunda metade da década de 1950 – a defesa radical do desenvolvimento capitalista do Brasil como uma tarefa histórica que cabia à classe operária e à sua vanguarda. Ela se manifestou já em 23 de maio de 1944, num documento divulgado por Prestes, da cadeia onde estava preso: “Na situação atual do Brasil, podemos afirmar, como Lênin, que nada pode haver de mais reacionário do que pretender a salvação da classe operária em qualquer coisa que não seja o desenvolvimento ulterior do capitalismo”. Ele reproduziu também, concordando com ela, a defesa do desenvolvimento do mercado interno pelos diretores da S/A Reunidas F. Matarazzo: “A este problema estão ligados todos os outros e essencialmente aquele, estreitamente conexos com os interesses vitais de nossa sociedade [isto é, da S.A. IRFM] de um vigoroso e decidido passo em direção à produção em larga escala, como meio de barateamento dos custos”.⁽¹⁰⁾ Prestes repetiu, aqui, o velho conteúdo democrático-burguês que os “tenentes” herdaram da luta contra a monarquia e que se acentuou depois da República. E que, nessa versão oportunista da década de 1940, subordinou a luta operária aos interesses dos industriais brasileiros, preconizando a colaboração de classes e colocando o proletariado sob direção da burguesia industrial.

Mas a linha representada pela direção de Prestes, correspondia ao estágio de desenvolvimento da consciência de

classe dos trabalhadores brasileiros, que era getulista. O populismo varguista conquistou-a ao promover profundas mudanças nas relações entre o capital e o trabalho, divulgadas amplamente pela propaganda do Estado Novo que difundiu-as como *doação* do ditador aos trabalhadores brasileiros. Havia também pouca clareza sobre a articulação entre a luta antiimperialista, a busca de um desenvolvimento nacional autônomo e os interesses de classe do proletariado, dos camponeses e das amplas massas assalariadas, e da ligação íntima entre a defesa da soberania e independência nacionais e a luta pela superação do capitalismo. A consciência dessa articulação, que também envolve os demais setores progressistas e nacionalistas brasileiros, só poderia surgir décadas depois, quando o Partido adquiriu maior domínio da teoria marxista-leninista e maior conhecimento da realidade econômica, histórica e social de nosso país.

Se prevalecia a orientação oportunista e direitista, contudo, a facção proletária da direção do Partido tomou iniciativas importantes para organizar os trabalhadores e impulsionar sua luta. Criou o Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT), em abril de 1945, num encontro com a participação de 300 dirigentes sindicais de vários estados. As articulações então iniciadas levaram à convocação do Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, em 1946, onde foi criada a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB).

As ilusões reformistas e o desarmamento do Partido

Sob a influência do revisionismo e do nacional-reformismo prevaleceu no Partido a orientação de fundo oportunista que o desarmou frente à reação que se tornava cada vez mais violenta.⁽¹¹⁾

O anticomunismo crescia, principalmente depois dos êxitos eleitorais que transformaram o Partido na quarta força política mais importante do país. A atividade comunista atingiu então seu auge naquele período. O número de filiados, que alcançara um número entre mil e 1,5 mil no final da década de 1920, chegou a 180 mil no final de 1946. Na eleição de 1945, o Partido elegeu um senador, Luís Carlos Prestes, e 14 deputados, entre eles Maurício Grabois, João Amazonas e Pedro Pomar. Essa bancada teve papel destacado na Assembléia Constituinte de 1946, defendendo um programa democrático avançado, antiimperialista e antilatifundiário, impondo pela primeira vez, naquele ambiente dos representantes da burguesia, da oligarquia e do imperialismo, o debate de questões democráticas e nacionais, como a defesa da soberania do país, os direitos dos trabalhadores, a reforma agrária etc.⁽¹²⁾

Nas eleições de 1946, o Partido obteve maioria de votos no Distrito Federal, São Paulo, Santos, Campinas e Sorocaba (SP), Recife e Olinda (PE), Natal (RN) e Aracaju (SE). Obteve também cerca de 10% dos votos, quase 600 mil, para seu candidato a presidente da República, Yeddo Fiuza. Repetiu esse êxito nas eleições de 1947 para governadores e deputados estaduais, quando foram comunistas 46 dos 855 deputados eleitos em todo o Brasil, além de 18 dos 50 vereadores na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Em novembro de 1947, teve desempenho semelhante, elegendo 17 vereadores em São Paulo, e alcançando a maioria nas Câmaras de Santos, Sorocaba e Santo André, em São Paulo, e Jaboatão, em Pernambuco.

Mas o Partido não se preveniu contra o ultradireitismo que crescia na conjuntura política, reforçado

pelo governo do marechal Eurico Gaspar Dutra e pelos remanescentes do fascismo estadonovista. A campanha anticomunista recrudesciu e levou, em 7 de maio de 1947, à cassação do registro legal do Partido e,

em 10 de janeiro de 1948, à cassação dos mandatos de todos os seus parlamentares. O Partido foi pego indefeso e desarmado: a confiança na consolidação da democracia levou Prestes e – pelo peso de sua influência – a direção comunista, à convicção de que a reação não atacaria o Partido. Essa ilusão foi desfeita e, depois de um curto período de legalidade, de cerca de dois anos, os comunistas foram novamente jogados à clandestinidade.

No caminho da revolução

Desde então, o Partido ficou sob rigorosa clandestinidade. Prestes deixou de participar das reuniões do Comitê Central, que eram gravadas para que ele tivesse conhecimento dos debates. Mas se reunia de dois em dois meses com a Comissão Política (ver, nesta edição, entrevista com João Amazonas).⁽¹³⁾

A autocrítica da política do período legal foi feita, em 1948, no *Manifesto de Janeiro*, que caracterizou a orientação anterior como “sistemática contenção da luta das massas proletárias em nome da colaboração operário patronal”, descreveu o governo Dutra como “mero instrumento da reação e do imperialismo norte-americano”, e apontou a “influência de ideologia



10º Congresso (2001).

estranha ao proletariado, de tendências pequeno-burguesas *tenentistas* que se manifestam então no Partido, mesmo em sua direção”.⁽¹⁴⁾

Essas posições foram reiteradas no *Manifesto de Agosto*, de 1950, que pregava a formação de uma Frente Democrática de Libertação Nacional e a formação de um governo democrático e popular, e ratificadas pelo IV Congresso do Partido, em 1954, o primeiro de sua história em que aprovou um programa onde definiu a revolução brasileira como “democrático-popular, de cunho antiimperialista, e agrária antifeudal”.⁽¹⁵⁾

Naqueles anos, o Partido afastou-se novamente do curso principal da luta política. Os setores proletários, que passaram a prevalecer na direção nacional, levaram o Partido a posições esquerdistas. Houve sectarismo, é certo – e o exemplo mais visível foi a recusa de participação nas eleições presidenciais de 1950, onde a orientação pró-imperialista, neoliberal diríamos hoje, de Dutra, foi derrotada com a eleição de Vargas, e no combate sistemático ao seu governo, que obtivera grande votação popular e representou, “em certo grau, setores progressistas da nação”.⁽¹⁶⁾

Mas a crítica daquelas posições não pode impedir que se reconheça, nelas,

a virtude de ter rompido com o reformismo que prevaleceu no período legal, e a busca de um caminho revolucionário, marxista-leninista. O que caracterizou a nova linha foi a luta pela democracia e pelas liberdades populares, entre elas a efetiva liberdade de organização sindical dos trabalhadores; defesa da

soberania nacional, do desenvolvimento independente do país e da industrialização, e luta contra a dominação imperialista; defesa de melhores condições de vida para os trabalhadores; defesa dos direitos dos camponeses e da reforma agrária; necessidade de aproximação com as massas, principalmente os trabalhadores das grandes empresas industriais, e de sua organização independente. Além disso, a nova orientação enfatizou a necessidade do fortalecimento da organização partidária e do desenvolvimento teórico dos comunistas com a criação de cursos de formação; os famosos cursos Stálin e Lênin pelos quais passaram, e se formaram, as principais lideranças comunistas que estariam à frente do Partido nas décadas seguintes. Esses cursos foram promovidos pelo Comitê Central e por Comitês Estaduais, como ocorreu em São Paulo, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco.

Esses grandes traços traduziram-se no forte crescimento da presença comunista na luta de classes naqueles anos, em múltiplas frentes. O Partido esteve à frente da luta pela paz e contra a ameaça atômica, organizando manifestações em todo o país desde 1950, e o Congresso dos Partidários da Paz,

em 1951; na mobilização contra a participação do Brasil na guerra da Coreia (1951); na luta contra o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos (1952); na direção da campanha “O Petróleo é Nosso”, que levou à criação da Petrobrás e à instituição do monopólio estatal da extração e refino do petróleo em 1953. Promoveu a criação da Federação das Mulheres do Brasil, em 1949. Entre o proletariado, a orientação equivocada pela criação de sindicatos paralelos não impediu – aliás, impulsionou – a presença comunista no meio operário, fomentando a criação de comissões de empresas e, depois, dos primeiros ensaios, desde o MUT, em 1945/1947, da organização intersindical dos trabalhadores, como o Pacto de Ação Comum de 1953. Esse pacto teve origem na grande greve daquele ano – a greve dos “300 mil”, de 1953, em São Paulo, dirigida pelo Partido, que envolveu várias categorias (têxteis, metalúrgicos, marceneiros, pedreiros, gráficos etc) numa paralisação que durou quase todo o mês de março de 1953 e terminou vitoriosa. ⁽¹⁷⁾ Paralelamente, os comunistas impulsionaram a luta contra a carestia realizando em São Paulo a grande “Manifestação da Panela Vazia”, que levou mais de 100 mil trabalhadores às ruas em março de 1953.

Entre os camponeses, a atuação comunista traduziu-se na organização e no apoio às lutas de Trombas e Formoso, Goiás (de 1946 a 1964), Porecatu, Paraná (1950), ou no Sudoeste do Paraná (1957). Em 1954, o Partido convocou a II Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, ocorrida em São Paulo, onde foi criada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB).

Proletariado em mudança

Esse crescimento da luta de classes correspondeu às mudanças profundas

ocorridas no proletariado brasileiro desde o final da II Guerra Mundial. Em 1950, o proletariado fabril era formado por mais de 1,27 milhão de trabalhadores. Parte significativa deles (376 mil) trabalhava em estabelecimentos grandes, com mais de 500 empregados; 600 mil trabalhavam em estabelecimentos pequenos, com menos de 50 trabalhadores.

Sua luta crescia naqueles anos. Em 1947, as greves envolveram 150 mil trabalhadores; esse número cresceu lentamente até 1952, quando chegou a 410 mil e disparou: entre 800 mil e 1 milhão em 1953 e entre 1,2 milhão a 1,6 milhão em 1957. ⁽¹⁸⁾

A população urbana do país crescia mais rapidamente que a população rural que, em 1950, ainda era predominante, com cerca de dois terços do total (63,9%), mas começava a diminuir e, em 1960, era apenas 55%. Neste mesmo ano, o proletariado urbano (a soma dos operários fabris com os demais trabalhadores assalariados populares, como mineiros, trabalhadores da construção civil, dos transportes, empregados domésticos, etc.) era formado por 8 milhões de trabalhadores; as camadas médias urbanas, da qual faziam parte muitos pequenos assalariados do setor de serviços e do comércio, era formada por 4,5 milhões de trabalhadores. No campo, existiam 5 milhões de proletários rurais e 7 milhões de pequenos camponeses ou assalariados agrícolas. ⁽¹⁹⁾ Estes números indicam uma mudança significativa: nessa época, o conjunto dos trabalhadores assalariados urbanos, proletários ou não, já ultrapassava a soma dos trabalhadores rurais no país.

Luta interna

A ação do Partido, naqueles anos, correspondeu ao aprofundamento da luta de classes, ao desenvolvimento da identidade e consciência de classe do

proletariado. Ela foi o fundamento da eclosão das “influências ideológicas estranhas ao proletariado” dentro da própria direção partidária na década de 1950.

A repercussão do XX Congresso do Partido Comunista da URSS (PCUS) realizado em 1956, e do relatório de Krushev contra Stálin foi intensa, e a confusão ideológica que teve início criou as condições para o conflito entre as linhas presentes no Partido desde a incorporação de setores radicais pequeno-burgueses, representados pelos “tenentistas”. Tornando seu antagonismo cada vez mais claro.

Formaram-se três grupos – os *abridistas* ou *renovadores*, que reunia reformistas e revisionistas de todos os matizes partidários de uma reestruturação profunda da organização partidária, abandonando o programa revolucionário de classe e tornando o Partido semelhante aos da burguesia. Outro grupo, que alguns apelidaram de *pântano* e outros chamam de *centro pragmático*, defendia uma adaptação reformista ao revisionismo do XX Congresso do PCUS. Finalmente, alvo da crítica generalizada, estava o chamado *núcleo dirigente*, que tinha sob sua responsabilidade a manutenção da integridade organizativa e a defesa do pensamento marxista-leninista. O primeiro grupo era liderado por Agildo Barata, e incluía alguns membros do Comitê Central, intelectuais e jornalistas, como Aydano do Couto Ferraz, João Batista de Lima e Silva, editores da *Voz Operária* (o jornal do Partido), o escritor Osvaldo Peralva, e outros. Faziam parte do *pântano*, ou *grupo baiano*, Mário Alves, Giocondo Dias, Jacob Goreneder, entre outros. Finalmente, o núcleo dirigente era formado basicamente pela corrente proletária que, desde 1947, prevalecia na direção do Partido: Diógenes de Arruda Câmara, Maurício Graboys, João Amazonas, Pedro Pomar.

No desenvolvimento da luta interna, dirigentes como Luís Carlos Prestes, Carlos Marighella e Apolônio de Carvalho aproximaram-se do *pântano*, ao qual se incorporaram.

O debate das conseqüências do XX Congresso do PCUS, intenso na imprensa partidária, ameaçou fugir ao controle do Comitê Central e a crítica ao dogmatismo, aos métodos autoritários de direção e ao culto à personalidade logo se voltou também contra a própria organização e estrutura partidária e, a pretexto da defesa da democracia interna, voltou-se contra o centralismo democrático, o próprio Partido (que alguns passaram a ver como obsoleto e anacrônico), a URSS e a cooperação internacional entre os partidos comunistas.

No primeiro momento, o *núcleo dirigente* e o *pântano* juntaram-se para manter o debate dentro de princípios ideológicos e teóricos, que servissem de baliza para o choque de opiniões sem comprometer a integridade do Partido. Prestes, em uma carta ao Comitê Central, lembrou que o Partido “não é um clube de debates”, que ele é regido pelo marxismo-leninismo, e que entre os comunistas não pode haver ataques à teoria do proletariado, veiculados na imprensa partidária; que eram inadmissíveis os ataques à URSS; que o “Partido deve constituir um bloco monolítico em que todos os seus membros estejam ligados por uma única vontade, pela unidade de ação e por uma disciplina férrea”, não sendo permitido em suas fileiras “o nihilismo em matéria de organização e o anarquismo senhorial do intelectual burguês”.⁽²⁰⁾

A coalizão entre o núcleo dirigente e o *pântano* durou apenas o tempo necessário para derrotar as posições reformistas e liquidacionistas dos *abridistas*, que foram expulsos do Partido.

A partir daí, o *pântano* voltou-se contra o núcleo dirigente e apossou-se da direção do Partido em dois movimentos. Primeiro: após o afastamento de Agildo Barata e dos *abridistas*, Prestes aproximou-se daqueles que defendiam a flexão revisionista na política partidária, sob a influência do XX Congresso do PCUS. Estava em minoria, contudo: na Comissão Executiva, só Carlos Marighella o apoiava, enquanto João Amazonas, Maurício Grabois e Diógenes de Arruda Câmara não aceitavam a orientação revisionista. Foi para impô-la que Prestes ligou-se ao *pântano*, que havia incorporado as teses reformistas, nacionalistas e moderadas do grupo de Agildo Barata, conservando, contudo, a aparência dos princípios marxistas-leninistas. Destituíram Arruda, João Amazonas, Grabois, Pomar e os demais marxistas-leninistas da Comissão Executiva do Partido em agosto de 1957, substituídos por Giocondo Dias, Ramiro Luchesi, Mario Alves e Calil Chade. Em seguida, Prestes tratou de oficializar a alteração na linha política do Partido. Constituiu uma comissão de redação formada por Giocondo Dias, Jacob Gorender, Mario Alves, Armênio Guedes e Alberto Passos Guimarães que, sem o conhecimento do Comitê Central ou da Comissão Executiva, redigiu o documento fixando a nova política.⁽²²⁾ Esta é a origem da declaração aprovada pelo Comitê Central em março de 1958 (com o voto contrário de João Amazonas), defendendo o caminho pacífico para o socialismo e a formação de uma frente única nacionalista e democrática.⁽²¹⁾

A campanha caluniosa contra o núcleo proletário e marxista-leninista, no Brasil e no exterior, demonizou aqueles dirigentes, apontados como responsáveis pelo mandonismo na direção, pelo dogmatismo na teoria, pela ignorância da realidade histórica e social do país e pelo

transplante mecânico de experiências revolucionárias estrangeiras, como a Revolução Russa de 1917.

O exame da história, contudo, mostra que, em medida variável, estas práticas foram comuns ao *conjunto* da direção comunista naqueles anos, em todos os partidos comunistas, sendo típicas do período que se convencionou chamar de stalinista.

O mandonismo e o dogmatismo marcaram a direção comunista no Brasil naquela época; no caso de Luís Carlos Prestes, o principal dirigente, eram agravados pelo personalismo, pela auto-suficiência teórica e política e pelo alinhamento automático e acrítico com a direção soviética, qualquer que fosse ela.

Após 1957, mudaram os homens na direção central do Partido, mas o mandonismo e o dogmatismo persistiram, agravados agora por estarem a serviço do revisionismo e do nacional-reformismo.

As mudanças revisionistas da *Declaração de Março de 1958*⁽²²⁾ simbolizaram uma grave inflexão na vida do Partido. Ela ratificou a tomada de assalto da direção pela corrente revisionista, sendo considerada pelo “Partido Comunista Brasileiro” como uma espécie de certidão de nascimento da “renovação” que promoveram.

Reorganização

As teses dessa declaração foram ratificadas pelo V Congresso, em 1960, onde o conflito entre as duas linhas assumiu contornos inconciliáveis (veja a entrevista de João Amazonas, nesta edição). Prestes e seus partidários tentaram aprovar, naquele congresso, as medidas para completar a mudança revisionista iniciada em 1957. Mas não tiveram ambiente favorável para isso no V Congresso, onde Prestes tentou responsabilizar, sem êxito, João Amazonas e outros dirigentes por erros cometidos

no passado. “A maioria dos delegados e as demais pessoas presentes optaram pelas posições políticas defendidas pelo primeiro, mas sem endossar suas acusações contra João Amazonas. Julgaram inaceitável a tentativa de Prestes de procurar tirar de suas costas a maior responsabilidade pelos erros do Partido nos anos precedentes”.⁽²³⁾

A pretensão do agrupamento revisionista de aprovar profundas mudanças no Estatuto, um novo programa e um novo nome para o Partido foi derrotada e os delegados só autorizaram o Comitê Central a fazer as alterações exigidas pela lei para o registro do Partido na Justiça Eleitoral, como a destinação do patrimônio do Partido em caso de dissolução, a designação de delegados junto a tribunais e juízes eleitorais, a afirmação de que os filiados do Partido não respondem pelas obrigações financeiras deste, etc.

Em flagrante violação da legalidade partidária e de decisões do V Congresso, entretanto, em setembro de 1961 o grupo que atuava em torno de Prestes publicou novos programas e estatuto de um denominado Partido Comunista Brasileiro. Alegava que isso era necessário para seu registro eleitoral para descaracterizar sua filiação internacional. Além disso, amenizou as referências do programa à reforma agrária; trocou o objetivo final da luta partidária, que deixou de ser “o estabelecimento do socialismo e do comunismo”, para ser transformado na busca de um vago “socialismo”; nos Estatutos, abandonou qualquer referência ao marxismo-leninismo e ao internacionalismo proletário.

Imediatamente, um conjunto de dirigentes revolucionários, inconformados com a falsificação legalista e oportunista promovida pelo grupo de Prestes, articulou-se e redigiu um documento de protesto, dirigido à direção do Partido, onde reivindicava a convocação de

um Congresso Extraordinário, única instância legal e legítima para a discussão e aprovação, ou rejeição, de mudanças daquele porte. Esse documento, intitulado *Em defesa do Partido*, e conhecido como *Carta dos Cem*, pelo número de dirigentes que a assinou, foi articulado por lideranças comunistas históricas como Maurício Grabois, João Amazonas, Pedro Pomar e outros.⁽²⁴⁾

A resposta da direção revisionista à *Carta* foi a tentativa de caracterizar como divisionista a ação em defesa do Partido e aprofundar a campanha de mentiras contra aqueles dirigentes.

A convivência das duas correntes dentro de uma única organização partidária chegava, assim, ao fim. Baseados no prestígio que Prestes ainda mantinha, o agrupamento revisionista criou outro partido e procurou capitalizar para ele o patrimônio histórico e político acumulado em quatro décadas de lutas.

A corrente proletária, marxista-leninista, contrária à liquidação do Partido, não vacilou e, enfrentando o peso da influência de Prestes e o prestígio internacional da URSS, convocou uma conferência extraordinária, realizada em São Paulo, em 18 de fevereiro de 1962, onde foi tomada a decisão de reorganizar e reconstruir o Partido Comunista do Brasil. Os principais organizadores dessa conferência foram João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar, Carlos Danielli, Ângelo Arroyo, Lincoln Oest, Elza Monnerat, entre outros. Iniciava-se ali uma nova fase na vida do Partido. “O rompimento com os oportunistas seguidores de Krushev – o primeiro verificado no mundo capitalista depois do surgimento do revisionismo contemporâneo – constitui um acontecimento de importância histórica para o movimento comunista brasileiro. As tentativas de privar o proletariado de seu Partido fracassaram. O marxismo-

leninismo lançara raízes na classe operária e já podia enfrentar o oportunismo em sua expressão mais elevada, o liquidacionismo revisionista. A reorganização do Partido não representa uma simples continuidade da velha organização fundada em 1922. Incorpora a tradição de luta dos comunistas e elimina erros e deficiências do passado. Significa um salto qualitativo. Precedida de profunda luta ideológica, a reorganização dá-se numa base revolucionária, marxista-leninista, que imprime ao Partido uma fisionomia de autêntica vanguarda política do proletariado”.⁽²⁵⁾

A avaliação feita no parágrafo anterior foi escrita por Maurício Grabois e João Amazonas no 50º aniversário do Partido, e 10º de sua reorganização, em 1972. A história dos quarenta anos seguintes confirma sua correção e é tema para outro artigo.

A história recente também não é linear. Livre das oscilações entre o “esquerdismo” e o “direitismo”, buscando um caminho proletário e revolucionário conseqüente, nestas quatro últimas décadas o Partido adquiriu um maior domínio sobre o pensamento marxista-leninista e um conhecimento mais profundo da realidade histórica, social e política de nosso país. São ganhos inegáveis que se traduzem no papel que, hoje, o Partido desempenha na luta política e social, à frente do proletariado e dos setores progressistas brasileiros.

Foi um caminho cheio de tropeços. O esforço pela constituição de uma direção comunista capaz de coordenar, em todo o país, a luta democrática e revolucionária sofreu golpes profundos sob a ditadura militar de 1964. Muitos quadros e dirigentes foram presos, torturados e assassinados; a repressão à Guerrilha do Araguaia (que, em 2002, completa 30 anos) foi marcada pela brutalidade e pelo sangue dos militantes mortos. O ataque à casa na Lapa, em São Paulo, em 1976,

faz parte do quadro da repressão ao Araguaia, e abriu novos claros na direção nacional do Partido, pelo assassinato e prisão de membros do Comitê Central.

O Partido enfrentou todas essas vicissitudes em sua história; sobreviveu a elas. Depois da anistia de 1979, passou a viver um período de semilegalidade e, em 1985, iniciou o período mais longo de legalidade que jamais viveu; atuou, desde então, na vanguarda dos principais movimentos cívicos e sociais do país. Foi a mola propulsora da Campanha das Diretas, em 1984; teve atuação decisiva em defesa da votação em um candidato da oposição à presidência da República no Colégio Eleitoral, em 1985. Esteve à frente da luta sindical, do movimento estudantil, e organizou a luta das mulheres e dos negros. Foi uma força fundamental para impulsionar a Frente Brasil Popular, que disputou a eleição presidencial em 1989; desde então, destaca-se na luta contra o neoliberalismo, consolidado pelos mandatos sucessivos de Fernando Henrique Cardoso. Para enfrentar a ameaça à nação, à democracia, aos trabalhadores e ao povo brasileiro que ele representa, o PCdoB tem sido, nestes últimos anos, o campeão da luta pela unidade mais ampla de todas as forças progressistas, avançadas e nacionalistas como única forma de colocar o país em novo rumo de desenvolvimento.

Enfrentou no final da década de 1980, o vagalhão representado pela crise dos países do Leste Europeu e da URSS, reafirmando a teoria marxista-leninista e o compromisso com a revolução proletária, e também os desafios teóricos e organizativos decorrentes da nova fase de luta anticapitalista. O 8º Congresso, de 1992, confirmou este rumo e apontou a necessidade de desenvolvimento da teoria e do estudo da realidade histó-

rica e social do nosso país, permitindo que o Partido, nos anos seguintes, se fortalecesse e consolidasse como força dirigente das lutas democráticas e progressistas.

Hoje, o Partido é maior e mais influente do que nunca em sua história, presente em mais de mil municípios brasileiros, no movimento social, no Parlamento e no executivo de Estados e Municípios.

Ele chega aos 80 anos politicamente maduro, à altura das enormes tarefas históricas que lhe cabem, tendo finalmente constituído um conjunto diversificado e multifacético de dirigentes comunistas e revolucionários que lhe permitem estar à frente das múltiplas tarefas impostas pelo desenvolvimento da luta de classes em nosso país e pelo avanço da consciência de classe do proletariado do qual ele é a vanguarda organizada.

Sua história é prenhe de ensinamentos para o proletariado brasileiro, e é parte integrante da experiência internacional da classe operária. Deve ser registrada, com o rigor da ciência, para que possa ser compartilhada com aqueles que, em nosso país ou em outros rincões, fazem parte do imenso exército daqueles que lutam pelo futuro.

José Carlos Ruy é jornalista, membro da direção nacional do Partido Comunista do Brasil e coordenador da comissão específica de redação da história do Partido.

Notas

- 1) Antonio Gramsci, *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*, RJ, Civilização Brasileira, 1980, p. 25.
- 2) Citado por Paulo Sérgio Pinheiro, *Estratégias da ilusão - a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*, SP, Cia das Letras, 1992.
- 3) "Graças à multiplicação de empresas e profissões liberais, formou-se uma camada menos comprometida com a escravidão e que irá servir de suporte à ação abolicionista". Emília Viotti da Costa, *Da senzala à colônia*, SP, Brasiliense, 1989, p. 441.
- 4) Santa Rosa, Virgínio, *Que foi o tenentismo?* (2ª edição do livro *O sentido do tenentismo*), prefácio

de Nelson Werneck Sodré, RJ, Civilização Brasileira, 1963.

5) Partido Comunista do Brasil, *Cinquenta anos de luta*, Lisboa, Maria da Fonte, 1975, p. 38.

6) Vinhas, Moisés, *O Partidão - a luta por um partido de massas, 1922/1974*, SP, Hucitec, 1982, p. 68; Celso Martins, *Os comunistas - Álvaro Ventura e o PCB catarinense*, Florianópolis, Paralelo 27 / Fundação Franklin Cascaes, 1995.

7) A avaliação baseia-se no documento *Cinquenta anos de luta*, citado, p. 41.

8) Citado por Leôncio Basbaum, *Uma vida em seis tempos (memórias)*, SP, Alfa-Omega, 1978, p. 120.

9) João Falcão, *O Partido Comunista que eu conheci (20 anos de clandestinidade)*, RJ, Civilização Brasileira, 1988, p. 132.

10) Moraes, Dênis de, e Viana, Francisco, *Prestes: lutas e autocríticas*, Petrópolis, Vozes, 1982, p. 96/97.

11) *Cinquenta anos de luta*, citado, p. 47/48.

12) Osny Duarte Pereira, *O que é a Constituição? (Crítica à Carta de 1946 com vistas a Reformas de Base)*, RJ, Civilização Brasileira, 1964.

13) Jacob Gorender diz que a versão de Prestes para a clandestinidade pesada a que se submeteu (de que ela fora um "penosíssimo cárcere privado imposto pelos colegas do secretariado") é "invencionismo", e que ele isolou-se "porque quis, dominado pela crença no seu papel messiânico nas lutas revolucionárias iminentes". Jacob Gorender, *Combate nas trevas - a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*, SP, Ática, 1987, p. 27.

14) Partido Comunista do Brasil, *Manifesto de Janeiro*, in Edgar Carone, *O PCB (1943-1964)*, vol. II, São Paulo, Difel, 1982, p. 72.

15) Citado por Edgar Carone, *O PCB (1943-1964)*, p. 126.

16) *Cinquenta anos de luta*, citado, p. 49.

17) José Álvaro Moisés, *Greve de massa e crise política (estudo da greve dos 300 mil em São Paulo - 1953/1954)*, SP, Polis, 1978.

18) Boris Koval, *História do proletariado brasileiro, 1857/1967*, SP, Alfa-Omega, 1982, p. 386.

19) Boris Koval, *História do proletariado brasileiro*, p. 405.

20) José Antonio Segatto, *Reforma e revolução: as vicissitudes do PCB (1954/1964)*, RJ, Civilização Brasileira, 1995, p. 51 e 63.

21) Marco Antonio Tavares Coelho, *Herança de um sonho - as memórias de um comunista*, RJ, Record, 2000, p. 171. História semelhante é contada por Jacob Gorender: "Mário [Alves] e eu estávamos convencidos que já era inadmissível prosseguir com o Programa do Quarto Congresso. Ao invés de remendos e adaptações episódicos, fazia-se urgentes a elaboração de uma linha política nova nos aspectos essenciais. A questão estava em que era impensável tal mudança com Arruda, Amazonas e Graboís na Comissão Executiva". Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, p. 26 e 29.

22) A íntegra da "Declaração de Março de 1958", e sua crítica feita por Maurício Graboís, estão no livro *Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil, de 1960 a 2000*, SP, A. Garibaldi, 2000.

23) Marco Antonio Tavares Coelho, *Herança de um sonho*, p. 212.

24) A íntegra da "Carta dos 100" está no livro *Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil*, p. 23. As informações deste parágrafo foram retiradas dela.

25) *Cinquenta anos de luta*, citado, p. 55.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - 80 ANOS

1922-2002

O partido revolucionário da classe operária brasileira

O Partido Comunista do Brasil nasceu em 25 de março de 1922 sob influência da Revolução Russa de 1917, comandada por Lênin e o Partido Bolchevique. Em seu 1º Congresso reuniu nove dirigentes proletários: Astrojildo Pereira (jornalista), Cristiano Cordeiro (advogado), Joaquim Barbosa (alfaiate), Manuel Cendón (alfaiate), João da Costa Pimenta (gráfico), Luís Pérez (vassoureiro), Hermogêneo Fernandes da Silva (eletricista), Abílio de Nequete (barbeiro) e José Elias da Silva (pedreiro). Eles representavam 73 militantes de associações políticas de trabalhadores do Distrito Federal, e dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Há notícias de que delegações de Santos (SP), Juiz de Fora (MG), Passo Fundo e Livramento (RS) não conseguiram ir a Niterói (RJ) para participar do Congresso onde nasceu esta experiência vitoriosa que, em 2002, completa 80 anos de atividade contínua.

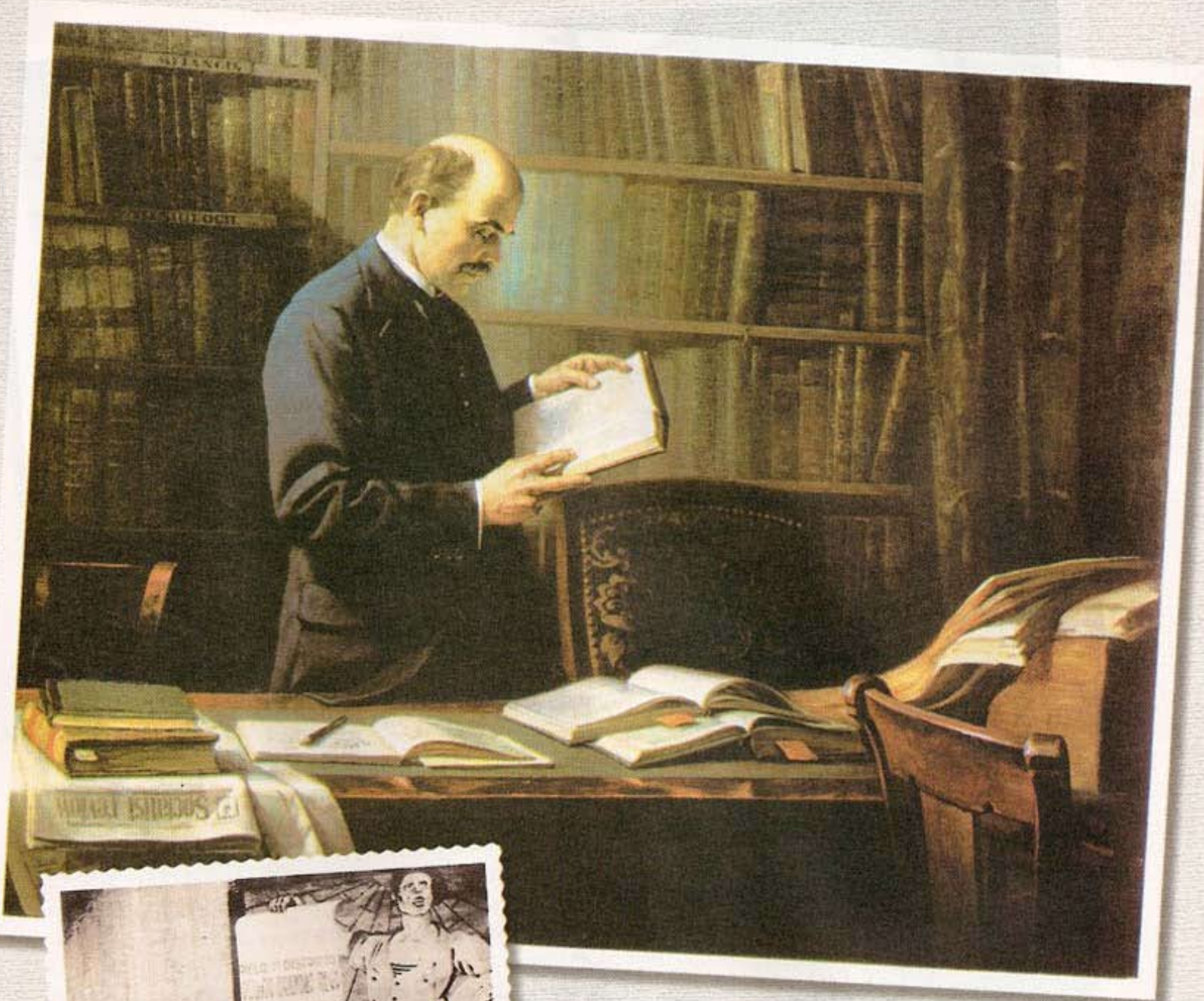




Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro

O Partido Comunista do Brasil sempre esteve na vanguarda da conquista e defesa dos direitos sociais, trabalhistas e democráticos do nosso povo. Persistiu na organização do proletariado da cidade e do campo, liderou greves memoráveis, ajudou a construir sindicatos. Seu nome está associado às grandes lutas e conquistas avançadas, materiais e espirituais, da sociedade brasileira.





Difundiu a teoria avançada

Em seus 80 anos de vida, o Partido fez esforços para divulgar o marxismo-leninismo, a teoria revolucionária do proletariado. Publicou continuamente obras clássicas, livros, materiais e diversos jornais e revistas. Edita até hoje seu órgão central, o jornal *A Classe Operária*, fundado em 1º de maio de 1925. Em 1981 criou a revista *Princípios*.



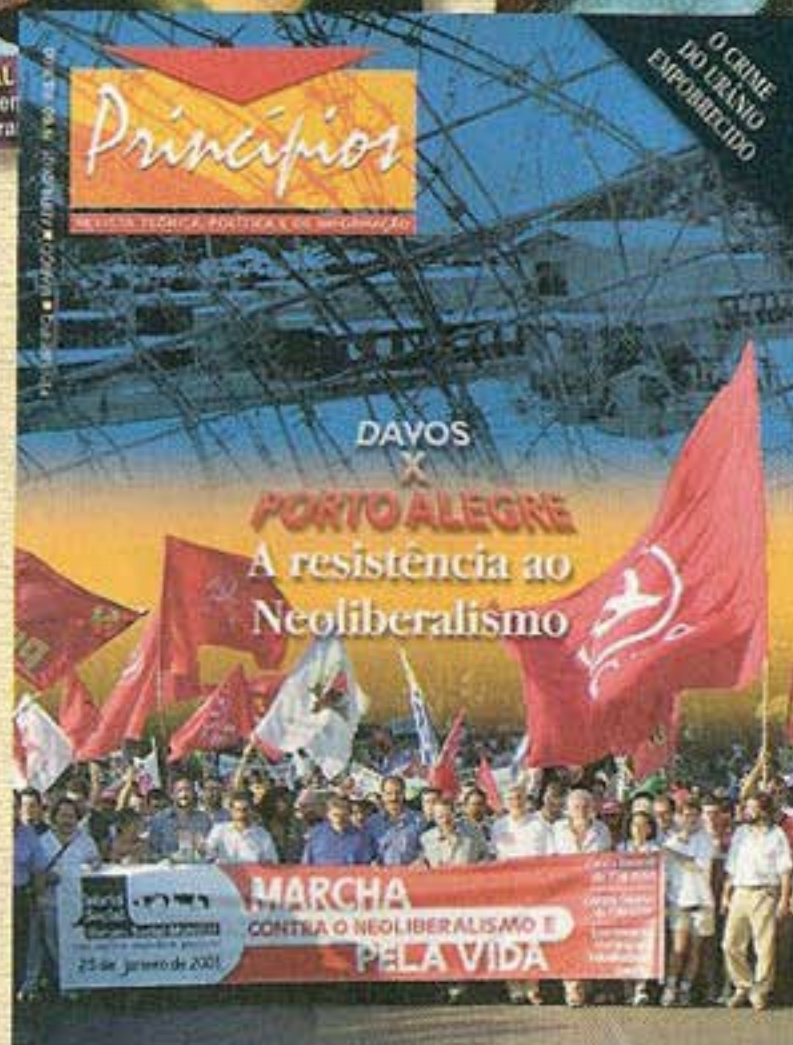
Em defesa do Brasil

É o Partido da defesa da soberania nacional e da luta contra a dominação imperialista. Em 1934 liderou a Aliança Nacional Libertadora (ANL), um amplo movimento que envolveu amplos setores da sociedade brasileira em torno de um programa nacional e democrático, contra a exploração de nosso povo. Na atualidade propugna a formação de um amplo movimento cívico em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho – por um novo rumo para o país.

O Partido da luta

Em sua trajetória, o Partido teve de variar as formas de atuação, enfrentou adversidades e sofreu ataques das forças reacionárias, mas nunca fugiu à luta. O sangue de seus militantes se inscreve nas páginas da luta de nosso povo pelo progresso social. Em 1935 comandou a insurreição comunista; nos anos 70 enfrentou a ditadura militar nas selvas do Araguaia, lutando pela liberdade e pela democracia.



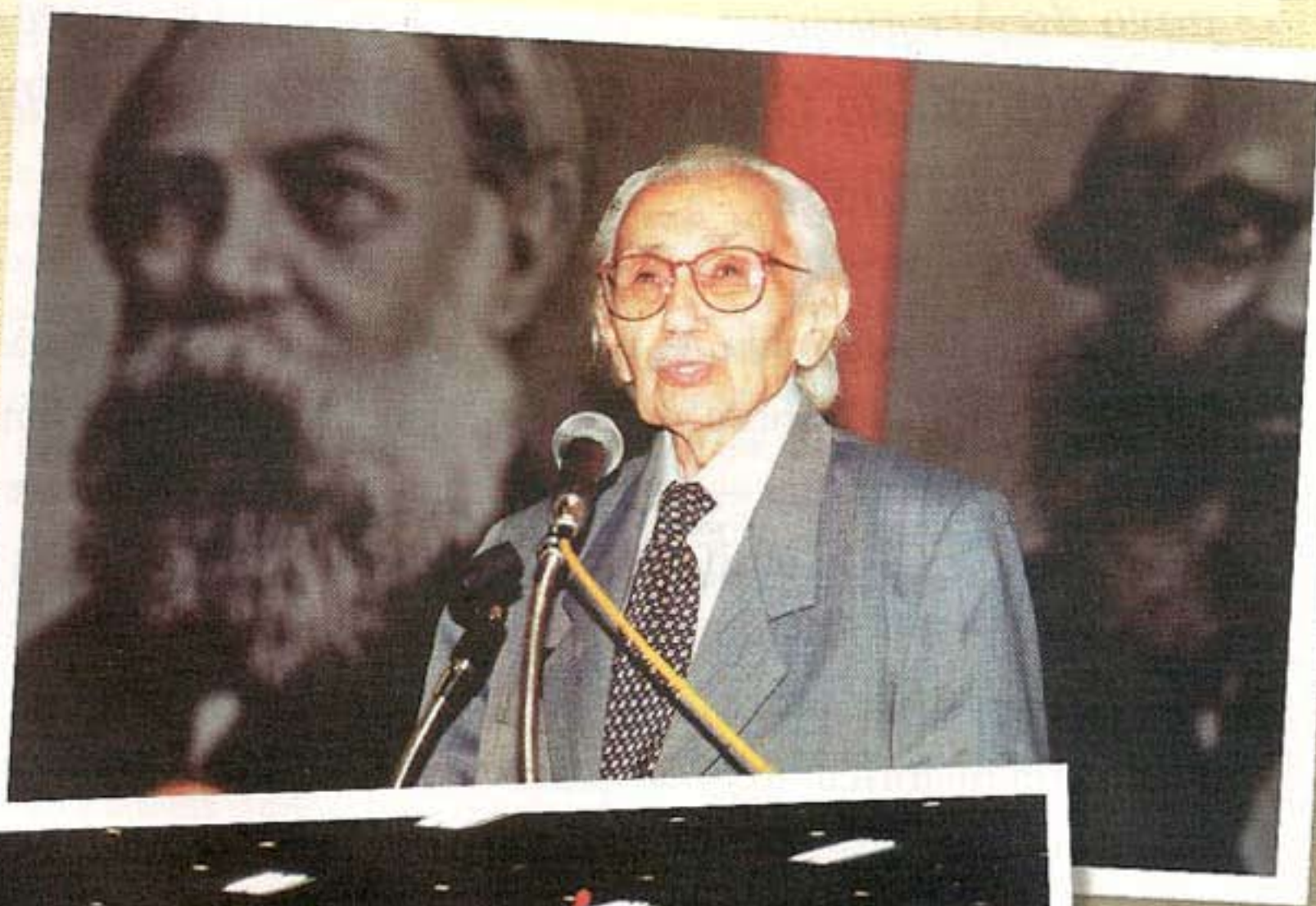


Crítica e combate ao neoliberalismo

O Partido ajudou a conceituar e fundamentar a crítica ao neoliberalismo na década de 90. Em plena turbulência da crise do socialismo no Leste europeu e na ex-União Soviética, os comunistas brasileiros se esforçaram para desenvolver a teoria marxista e reafirmar a defesa do socialismo científico concomitantemente à produção de idéias e à ação prática que contribuíram para desmascarar a implementação do projeto neoliberal no país, sob os governos de Collor e principalmente de Fernando Henrique Cardoso.

Por um Brasil socialista

Em sua história, o Partido teve de dar o salto necessário para superar a pouca assimilação da teoria revolucionária, compreender os princípios do marxismo-leninismo e aprofundar o conhecimento da realidade brasileira. A reorganização ocorrida na Conferência Extraordinária em 1962 – que completou 40 anos em 18 de fevereiro de 2002 – combateu o revisionismo, que levou a União Soviética a trilhar o caminho do retorno ao capitalismo, e reafirmou a continuidade do Partido Comunista do Brasil fundado em 1922. Em 1995 o Partido aprovou o Programa Socialista, que desenvolve a compreensão da construção do socialismo a partir da realidade concreta brasileira. Às vésperas de completar 80 anos, o Partido realizou seu 10º Congresso – o maior de sua história – propondo um novo rumo para o Brasil.



Araguaia: presente

Luiz Carlos Antero

O povo do Araguaia promove em cada gesto o reencontro com a história da Guerrilha, cujo programa ainda não perdeu a atualidade

A Guerrilha do Araguaia – a mais extensa e prolongada obra de resistência ao regime militar – completa 30 anos no dia 12 de abril de 2002. Uma avaliação do período é inevitavelmente rica. Nessas três décadas, essa epopéia histórica do povo brasileiro foi indexada em milhares de páginas por inúmeras reportagens, estudos, pesquisas e, a cada ano, novas revelações incrementam a curiosidade persistente em torno do tema. é a derrota mais profunda da história oficial, que, nos 502 anos da formação do nosso povo, tratou de obscurecer incon-

prezadas como episódios sem significação que firmariam a passividade como conceito diante da tirania e da desigualdade. Outras lutas memoráveis do nosso povo levaram muito mais tempo para que se conhecesse, ainda que parcialmente, a verdade dos fatos.



CONTUDO, conclui-se que, nas condições em que ocorreu a ruptura do regime militar, sobreviveram aspectos da tirania ainda não superados, exigindo uma posição decidida das Forças Armadas nacionais quanto às questões obscuras e do pleno resgate do respeito junto ao nosso povo, num momento em que podem se encontrar cada vez mais compulsoriamente envolvidas com as tarefas de defesa da soberania nacional nas circunstâncias atuais da ofensiva dos EUA no mundo e, em particular, no que diz respeito à Amazônia.

Noutro ângulo, o curso do tempo tratou de limpar mais o terreno infestado de equívocos e preconceitos e filtrou o essencial: preparada no processo político de enfrentamento contra o obscurantismo, no terreno mais favorável para os que lhe faziam oposição, a Guerrilha do Araguaia terminou por desnudar a essência do Estado brasileiro e a ação historicamente subalterna de suas elites, capazes de levar ao paroxismo a violência para sustentar internamente os objetivos imperiais e os seus mais mesquinhos interesses. Do domínio português ao norte-americano, as cabeças cortadas dos tombados simbolizaram a síntese imperial do barbarismo devotado a quem ousou contestar a ascendência sobre territórios tidos como reserva estratégica dos colonizadores e dos seus servos locais.

Não apenas por ironia, a campanha executada pelo núcleo de informações da ditadura nos governos dos generais Emílio Garrastazu Médici – principal comandante da repressão – e Ernesto Geisel – que o sucedeu –, reuniu oficiais portugueses e dos EUA nos bastidores do combate. A Guerrilha do Araguaia, que sucedeu as derrotas dos EUA na Ásia e algumas duras experiências portuguesas na África, recebeu a influência dos

métodos empregados contra os povos nesses episódios. A truculência, que não logrou êxito naquelas guerras, dessa vez se abateu precocemente sobre populações que ainda desconheciam o desafio militar da libertação nacional e social.

O vaga-lume e a ULDP

Do “medo de vaga-lume”, mencionado pelo jornalista Eumano Silva numa série de reportagens para o *Correio Braziliense* (11/2001), em referência ao temor das selvas que assustava os oficiais, à imagem da tropa, sem roupas e armas, correndo rumo a Marabá, tocada pelos guerrilheiros, aos confrontos entre tropas oficiais no meio da mata – e baixas até hoje não divulgadas –, o respeito aos guerrilheiros, que tinham disposição de luta e um programa, manteve a região do conflito sob sua hegemonia por mais de um ano. Mesmo cercados numa extensa área limitada pelo rio Araguaia, a Transamazônica e as rodovias OP-3 e PA-70 (em construção), eram pouco combatidos no interior da selva, um “santuário” no qual as forças oficiais não se aventuravam.

A permanência de centenas de militares nas bases de Marabá, Xambioá, Araguatins, Conceição do Araguaia e em bolsões da selva não impediu que, em julho, tranquilamente, os guerrilheiros iniciassem a criação dos primeiros núcleos da União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo (ULDP), que chegaram a 20, com centenas de pessoas, em pouco tempo. Quando as forças do governo voltaram maciçamente no início de setembro de 1972, às vésperas da inauguração da Transamazônica, as Forças Guerrilheiras do Araguaia (FORGA), reduzidas a menos de 60 na fase inicial, ultrapassavam os 100 combatentes – reforços oriundos dos núcleos criados, de acordo com moradores da região.

Um efetivo pequeno, mas preocupante para Médici e sua “comunidade”, que envolveu mais de dez mil homens – número bem maior que os efetivos empregados em qualquer batalha da Guerra do Paraguai – nas três campanhas de cerco e aniquilamento. Já em 1978, o general Viana Moog qualificava a Guerrilha do Araguaia como “o mais importante movimento armado rural já ocorrido no Brasil, principalmente por ter sido mais organizado” (*Veja*, 6/9/78). O general disse também que “foi o maior movimento de tropas do Exército, semelhante à mobilização da FEB que combateu o fascismo na Europa durante a II Guerra Mundial”. Outra comparação – do general Hugo Abreu – definiu a Guerrilha do Araguaia como “o mais importante movimento armado já ocorrido no Brasil rural”, em relação às guerrilhas de Caparaó, do Vale da Ribeira, no sertão baiano, e ao movimento de Jefferson Cardim.

Com o insucesso da primeira investida militar, o general Milton Tavares, que representava a linha dura do Exército, convenceu o ministro Orlando Geisel a realizar uma operação de guerra de grande porte, com uma mobilização gigantesca de tropas que durou de setembro a novembro de 1972: mais de três mil militares e apoio da FAB com quatro helicópteros UH, três aviões Búfalo, um C-47, quatro aviões D-19 e quatro caças de combate T-6. A operação “não teve sucesso em liquidar a guerrilha devido à extensão da área a ser coberta, entre outros razões”. (*JB*, 7/6/92). Os estrategistas militares adotaram a tática da bigorna e do martelo, num cerco maciço da região, articulado com pelotões que invadiam a mata para empurrar os guerrilheiros em direção à tropa, mas

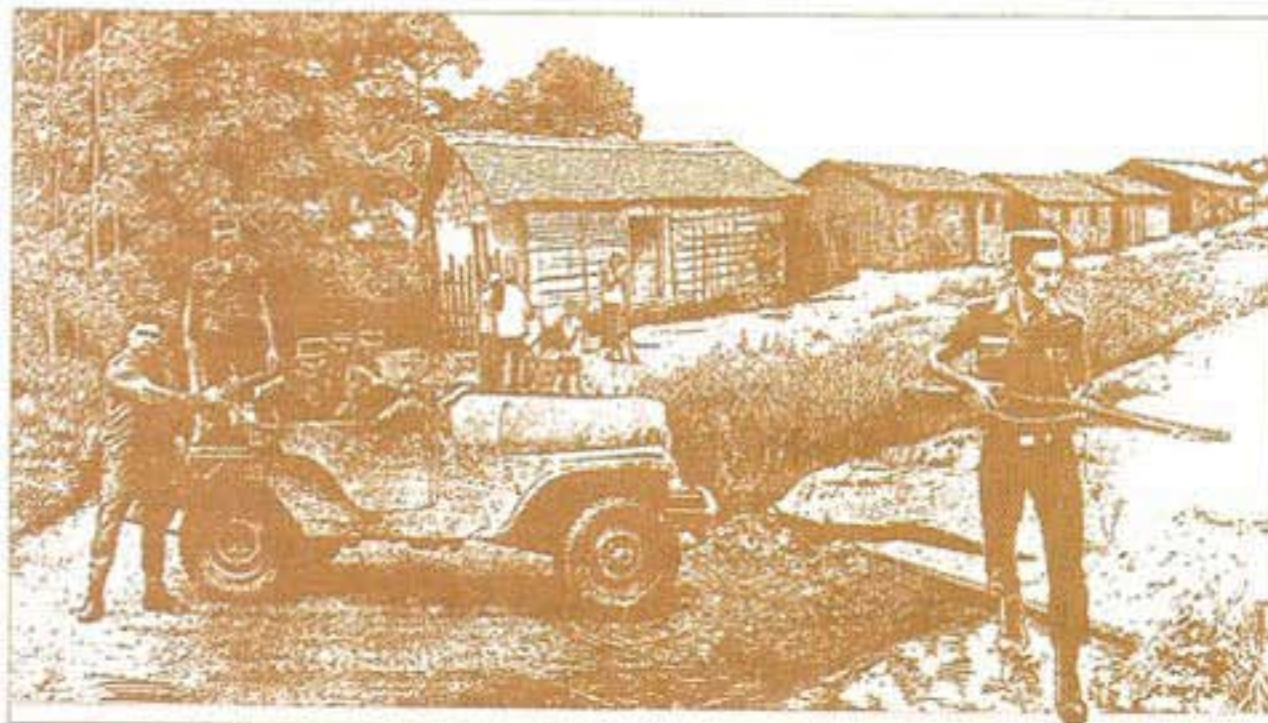
desconheciam as dimensões da área de atuação da Guerrilha – superior à do território da Itália.

Além disso, D. Pedro Casaldáliga (*Jornal Movimento*, 17/7/78) lembrou que o con-

flicto foi muito além da área conflagrada: “A guerrilha do Araguaia sempre se concentrou mais no sul do Pará, e estendeu seu raio de ação ao norte de Goiás. No entanto, durante os anos de 1972 e 1973, o Exército e a Aeronáutica também realizaram operações antiguerrilha na margem mato-grossense do rio Araguaia, nos municípios de Luciara e Barra do Garças, concentrando-se, sobretudo no então distrito de São Félix. Nós estávamos a cerca de mil quilômetros da guerrilha. Em nossa região, nunca houve, ao que se saiba, nem a sombra de guerrilheiros. O povo mesmo da região não sabia bem o que era isso. E a ACISO, realizada pelo Exército em São Félix em 1972, e também em 1973, se deu com técnicas e solenidades de operação antiguerrilha”.

Um depoimento de Dom Alano Maria Pena lembrou o difícil cenário e uma das inúmeras atribuições da Igreja Católica no período, quando, durante a segunda campanha, as forças oficiais organizaram a tomada simbólica da cidade de Marabá, distribuíram revólveres de brinquedo aos jovens, que fariam o papel de tropas legais, enquanto as tropas descaracterizadas fariam o papel de “terroristas”:

“Eles fizeram um bombardeio da ilha aqui na frente, batalha simulada, jogaram Napalm, fogo de morteiro, e depois fizeram uma programação da



vitória. Houve festas na cidade e o baile da vitória à noite, e esse negócio todo veio organizado de Brasília. E havia uma missa. E foi aí que começou o enguiço, porque D. Estevão recusou-se a rezar a missa. Isso foi em setembro. Aí o prefeito e até o governador procuraram D. Estevão para demovê-lo, até o arcebispo se prestou a esse papel de insistir com D. Estevão, que continuou rejeitando energicamente. Aí eles trouxeram um capelão militar do Nordeste e decretaram isso aqui uma praça militar, e o capelão celebrou a missa. Uma palhaçada verdadeira”. (*Jornal da Tarde*, 13/1/79).

Ocorre que os guerrilheiros não representavam perigo para a Igreja, até porque não executavam o inimigo como procedimento de guerra. Dina – temida, símbolo do perigo das matas para os militares, ao lado de Osvaldão –, ficou conhecida também por sua capacidade de libertar, poupando vidas de oponentes indefesos.

Estavam cobertos de razões os comandantes militares que perfilavam seus subordinados diante do guerrilheiro tombado e proclamavam suas virtudes como exemplo do comportamento guerreiro. Um oficial entrevistado por Fernando Portela ressaltou a atitude “militarmente correta” dos guerrilheiros, a qualidade de “profissionais de gabarito, intelectualmente

muito bem dotados”, e que, com “uma mobilidade impressionante, conheciam a região muito bem, dominavam a topografia local melhor do que a gente conhece a palma da mão, se infiltravam, passavam, às vezes, a dois, três metros de

onde a gente estava, observando o que se fazia lá, o que estava ocorrendo lá dentro, e depois deixavam mensagens. Claro, eles deviam estar em inferioridade numérica muito grande, então apelavam para essa guerra psicológica, que tinha um efeito enorme. Isso era uma atividade subversiva bastante demolidora, abalava muito”.

Mais subversiva era uma outra motivação de fundo, especial: o Programa de 27 pontos da União pela Liberdade e Direitos do Povo (ULDPP), que resumia a situação em que viviam os moradores da região, sistematizava um conjunto de reivindicações que refletiam suas demandas e apontava uma saída. Tratava da luta pela posse da terra, da sua defesa contra a grilagem, da política extorsiva de impostos de uma região que o Estado desprezava, da ausência de meios para escoar a produção do pequeno e médio lavrador, das arbitrariedades da polícia, dos direitos da mulher, da necessidade de um sistema de saúde que dotasse de postos de saúde as povoações, de um preço mais justo para a produção do castanheiro e do trabalhador da madeira, da defesa dos recursos naturais, de uma política em defesa do índio, da organização de comitês populares para viabilizar esse conjunto de reivindicações. No Programa, os representantes seriam elei-

tos pelo próprio povo, que deveria organizar sua vida nas cidades, nos lugarejos ou vilas, decidindo sobre seu próprio destino.

De impressionante atualidade, o Programa da ULDP, em diferentes circunstâncias políticas no País, substituída a ditadura militar, vale ainda hoje para os moradores do Araguaia. Num amplo espectro de problemas, persiste em larga escala a grilagem de terras, do mesmo modo que a cobrança extorsiva dos impostos, a vasta destruição dos recursos naturais, o desprezo pela situação da mulher, a concentração dos incentivos fiscais nas empresas do grande capital em detrimento da pequena e média propriedade, dos mineradores estrangulados pelas grandes companhias que monopolizam toda atividade, afastando os autônomos.

Mas, sem nenhum respeito pelos desejos do povo e caçando brasileiros no epílogo do confronto, a partir de outubro de 1973 a janeiro de 1975, os “secretas” do Exército e a Aeronáutica chegaram em Xambioá precisamente como duas empresas privadas (uma agropecuária do Exército e uma mineradora da Aeronáutica), alavancaram o terror em larga escala sobre os moradores da região, e, com vasto equipamento militar em efetivos e armas, detonaram o matraquear de helicópteros e metralhadoras zunindo até hoje sobre as cabeças dos sobreviventes do período.

A guerra persistente

As queimadas diárias que precedem o período das chuvas, as árvores esturricadas que anunciam a passagem da destruição, a presença passiva do gado se espalhando pelo horizonte, as mineradoras à beira do caminho são os sinais do aparente triunfo da barbárie especulativa sobre os interesses do país e do povo da região. Sinais, con-

tudo, apenas simbólicos de uma vitória arrancada a fórceps e que não conseguiu dobrar – pelo contrário, desenvolveu – o espírito de resistência e de luta, temperado pela audácia, criatividade e tenacidade dos combatentes comunistas, ampliando ao longo do tempo a área conflagrada.

Desde que os generais do período (e sua “comunidade”) deram como encerradas as operações de combate à Guerrilha, apenas cresceram entre os moradores do Araguaia os sentimentos de admiração pelos guerrilheiros, vistos como boas pessoas que ali chegaram e nunca se foram – presos vivos, escaparam, mesmo executados. Assim como não arredaram pé a “comunidade” e seus assassinos de aluguel, que, chafurdando o rio Maria, exterminaram barbaramente os Canuto – Expedito e João –; Belchior, Paulo Fonteles, Gringo – amigo de Osvaldão –; entre tantos lutadores. Seus ossos – de guerrilheiros e sucedâneos – fertilizam a terra que, nua e fecunda, é ocupada pelo MST e MLT, núcleos oriundos de uma oposição sindical que surgiu na seqüência da luta armada.

“Combatendo a guerrilha rural na região do Araguaia, no começo da década dos 70, o Exército trouxe para a área dois problemas que persistem até hoje: a briga pelas terras e a impunidade de pistoleiros. Para acabar com a Guerrilha, as autoridades prometeram terras alheias ou que nunca foram entregues, e contrataram pistoleiros para matar os guerrilheiros”. A afirmação, colhida onze anos após o fim da Guerrilha foi de João Nunes (codinome Pancho Vila) durante a repressão, à época uma das principais autoridades civis da área das divisas dos estados do Pará, Goiás e Maranhão. Advogado, era o

procurador-geral do INCRA e responsável inicial pelos programas de colonização iniciados com a Transamazônica (JB, 8/12/85). Teria ocorrido, também, a libertação de presidiários em troca da comutação da pena, como hoje contam os moradores da região.

Os desdobramentos da Guerrilha incluíram uma exaustiva relação de eventos relacionados à ação permanente do núcleo da “comunidade de informações”. Nos anos seguintes, a região permaneceu militarizada e o Exército procurou patrocinar uma improvisada reforma agrária com a distribuição de terras entre os que haviam colaborado com as tropas. “Em nenhuma outra área do Brasil, de todo modo, a ação do Exército deixou traços tão nítidos como na região em que operaram no princípio da década as Forças Guerrilheiras do Araguaia. Decididos a encontrar uma fórmula que trouxesse a calma, os militares acabaram promovendo uma singular partilha da terra. Assim, tão logo cessaram as hostilidades, lotes de 21 alqueires (equivalente na região a 100 hectares) foram distribuídos entre cerca de 350 famílias de antigos ‘bate-paus’ da PM, guias do Exército e alguns forasteiros que de alguma forma colaboraram. Esses lotes se localizam às margens das três ‘OP’s’ – as ‘estradas operacionais’ construídas na época para dar passagem às tropas que perseguiram os guerrilheiros” (Veja, 6/9/78).

Mas os conflitos prosseguiram com intensidade. Diante da ofensiva do movimento camponês em Xinguara (julho de 1978) o capitão da PM de Marabá, Osvaldo Ferreira da Silva Filho – conhecido como capitão Alaor – declarou: “Foi preciso intervir. O que tivemos aqui foi uma verdadeira rebelião, uma das movimentações mais descontroladas que

já vi". Tratava-se de algo parecido com o movimento guerrilheiro que o capitão Alaor ajudou a combater, anos atrás, em matas não muito distantes dali. Pouco menos de três anos após o fim das guerrilhas, um grupo de posseiros atacou um destacamento da Polícia Militar que dava cobertura à mediação de uma área por técnicos do INCRA, matando dois soldados e ferindo outros dois. Os soldados caíram numa emboscada armada em Boa Vista de Perdidos, povoado próximo a uma das bases dos guerrilheiros (*OESP*, 14/9/78).

Os problemas fundiários e as arbitrariedades policiais continuaram a acumular-se. Um dos capítulos mais recentes resultou no massacre de 21 militantes do MST em Eldorado dos Carajás, também marcado pela impunidade. O jornal *Zero Hora* (10/5/96) publicou e chamou a atenção para as semelhanças entre as fotos da época da Guerrilha e as cenas da chacina de abril de 96: "não são mera coincidência".

Curió permaneceu como oficial de ligação entre o Exército e seus ex-guias. Depois da Guerrilha, foi construído no quilômetro 8 da Transamazônica, bem perto da OP-3, o quartel que hoje é dividido pela 23ª Brigada de Infantaria da Selva e o 52º Batalhão de Infantaria da Selva, na época com cerca de 200 soldados – o ponto de partida de Curió, que manteve uma rede de informantes à entrada da OP-3 para descobrir a movimentação de estranhos. A cada 15 dias pelo menos, ele passou a percorrer os lotes com um pequeno grupo, distribuindo remédios, assistência médico-dentária, dinheiro, financiamentos para lavouras, organização de

festas religiosas e forrós, escolas e muita pregação cívica, gênero "corrente pra frente" e "Brasil grande", sobretudo conversando com os moradores sobre problemas da região, prevenindo ações políticas de esquerda. As pessoas foram proibidas de revender seus lotes e de manter contatos com os padres da região que, segundo ele, seriam comunistas (*Jornal da Tarde*, 20/1/79).

Todo o Médio e o Baixo Araguaia permaneceram como área de grande interesse para a "comunidade". Segundo um general que desempenhou importante papel no combate à FORGA, isto se explica: o extermínio dos focos armados que surgiram na primeira metade da década não eliminou o 'potencial de conflito' existente no campo, especialmente na Amazônia, fazendo com que a questão agrária continuasse a preocupar o Conselho de Segurança Nacional e a ocupar o Exército em funções alheias a suas tarefas específicas – o que considerou "traumático".

Nessa doutrina, a Igreja e mesmo fazendeiros continuaram com lugar

reservado. Curió admitiu ao JB a autoria de vários relatórios que acusavam religiosos de ajudar guerrilheiros e incitar posseiros: "Bispos, padres e agentes de pastoral trabalhavam abertamente em favor dos guerrilheiros do PCdoB, garantindo estadia e proteção". Na época, o bispo Estevão Cardoso Avelar chegou a ser detido, outros religiosos foram presos e torturados, uma freira enlouqueceu. O fazendeiro Evandro Azevedo foi perseguido como suspeito de prestar apoio logístico para guerrilheiros, pois suas terras ficavam numa área de fuga dos "funis" armados pelo Exército. Outro fazendeiro, conhecido como Noletto, acusado de auxiliar os guerrilheiros e de emprestar um avião a Dina e Osvaldão, não sobreviveu para reclamar: mantido durante vários dias com a metade do corpo mergulhado na água dentro de um fosso coberto por arames farpados, morreu pouco tempo depois em consequência das torturas (*Zero Hora*, 10/9/95).

Ainda hoje, um duelo judicial está em pleno curso, colocando em xeque

o Estado brasileiro: de um lado o Ministério Público Federal (MPF) e de outro a face oculta do Estado. O título "Exibição de papéis do Araguaia é suspensa" (*Folha de S. Paulo*, 12/12/2001) indica que o tema permanecerá em pauta indefinidamente. Nessa notícia, o MPF sofria uma derrota com a suspensão da decisão judicial que obrigava o Exército a exhibir, em audiência reservada, todos os documentos secretos relativos a operações militares da Guerrilha do Araguaia. O obje-



tivo da audiência, que seria realizada na Justiça Federal de Marabá (PA), era permitir que o MFP buscasse informações para a localização dos restos mortais de 62 desaparecidos na guerrilha. A decisão suspensa, proferida por um juiz federal de Marabá, também impedia que as Forças Armadas e a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) promovessem atividades de inteligência e de assistência social beneficiando ex-guias do Exército durante a guerrilha – ações que se mantêm até hoje.

Mas, hoje, surgem indícios de que essas ações podem ser substituídas por outras, mais nobres e mais amplas, dando origem a uma outra doutrina. São aspectos registrados por Miguel Urbano Rodrigues num artigo (“Militares brasileiros treinam guerrilha. Nova opção do Exército: EUA inimigo potencial”) publicado na Revista *Avante*. Ele constatou, após a leitura de um artigo de Márcio Moreira Alves publicado no Globo e não contestado pelo Exército, que os militares estão treinando soldados na floresta amazônica, próximo à fronteira com a Colômbia, prevendo uma guerra considerada inimaginável há poucos anos: “Destá vez não se trata de um projeto antiguerrilha. A tropa é preparada para uma eventual guerra de guerrilhas contra um invasor potencial. O inimigo seria o aliado tradicional: os Estados Unidos”. Urbano ressalta que a criação em Manaus do Centro de Treinamento de Guerra na Selva, hoje considerado um dos melhores do mundo, foi uma iniciativa mal recebida em Washington, nomeadamente no Pentágono.

Em seu artigo, Márcio Alves informou, após uma visita ao Centro, que “os soldados e os oficiais aprendem, com duros exercícios, a sobreviver na floresta, bebendo água das plantas e comendo o que podem apanhar,

cobras inclusive. Nas aulas teóricas lêem os trabalhos de Ho Chi Minh, do general Giap, de Che Guevara. As ações sociais que desenvolvem são parte da preparação militar. É o povo quem sustenta uma guerrilha, como os norte-americanos descobriram no Vietnã, quando uma divisão vietcongue completa, com artilharia e tudo o mais, brotou da terra em Saigon, na ofensiva do Tet, que acabou de desmoralizar as mentiras do Pentágono sobre a ‘boa condução da guerra’”.

O oficial ouvido por Urbano confirmou o fundamental: “Nós, na hipótese de uma intervenção militar na Colômbia que tenha como complemento a instalação de tropas norte-americanas em território da Amazônia, o que seria uma forma de intervenção indireta, temos de estar preparados para o pior. Sou realista. Se as nossas relações com os EUA assumissem uma feição conflituosa não disporíamos de força suficiente para derrotar uma tropa de ocupação norte-americana. Mas é também uma atitude realista reconhecer que, hoje, o inimigo potencial do Brasil são (sic) os EUA. Numa guerra travada na selva seríamos melhores do que eles”.

As Forças Armadas, na busca de um perfil respeitado pelo nosso povo, efetivamente precisam descobrir o inimigo real, romper com a tradição simbolizada pelas cabeças cortadas dos lutadores brasileiros e enterrar definitivamente a herança de guerras sujas que as desonram, nas quais militares, compulsivamente, prendem vivos, torturam, executam, ocultam os mortos e queimam os corpos do “inimigo” (que elogia) no mais extremado desvio. São, essas, “guerras” nas quais não recebem medalhas pelos feitos em combate – porque vergonhosos – ou não podem exibí-las, não resultam sequer em promoção, que nem a Justiça Militar é capaz

de admitir-lhes a simples existência, que obriga ao silêncio milhares de pessoas que omitem da História a seiva do seu engrandecimento.

Somente assim será virada uma página obscura – explicável apenas pela manutenção do sigilo como obediência cega a decisões que remontam à época do governo Médici e mantida pelos sucessivos ministros do Exército responsáveis, naquela época, pelas operações no Araguaia, como declarou um militar que esteve em Xambioá e defende os esclarecimentos (*OESP*, 10/10/82). Ou como propôs o general da reserva Tasso Vilar de Aquino (*O Globo*, 06/04/98) que aos 86 anos defendeu a abertura irrestrita dos arquivos secretos das Forças Armadas, afirmando que “os excessos foram praticados somente pelo DOI-CODI, os responsáveis pelo órgão deveriam assumi-los publicamente”. Para o general, a instituição não tem do que se envergonhar.

Ocorre que, os excessos foram crimes de guerra que acarretaram duras consequências para o Brasil, pois implicavam numa sinistra tentativa de destruição do pensamento nacional. Os responsáveis pelo CIEEx (ou pelo DOI-CODI) não a completaram porque não se destrói a memória de um povo. Porque seus heróis, como disse o poeta, presos vivos, escapam, mesmo mortos. O Brasil perdeu velhos e jovens combatentes de vulto, pensadores e homens de ação que, vivos, seriam expoentes da nação, na sociedade, no Parlamento, na busca de um destino glorioso, homens e mulheres fundamentais na senda das nossas lutas patrióticas. Mas, com este exemplo e experiência, contará sempre com a convicção que nos legaram, que servirá em qualquer luta contra as pretensões forâneas na Amazônia e

no País – de que nem a mais brutal das chacinas é capaz de derrotar nosso espírito de resistência e de luta. Como disse João Amazonas em depoimento na Câmara dos Deputados, o PCdoB não faz proselitismo em torno da Guerrilha do Araguaia, mas afirma a convicção de que, onde quer que a liberdade seja ameaçada, aí estarão os comunistas para restaurá-la, erguendo alto a defesa da soberania e de seu povo, com o sacrifício de suas vidas – se assim for necessário.

E a semente brotou

Hoje, a simples menção a algum herói tombado faz despontar um jeito curioso, um sorriso largo ou um olhar triste no morador anônimo do Araguaia, personagem de muitas contendas. Numa dessas – bem atual –, o Incra, numa cobertura oficial para a “comunidade” na Guerrilha, achou por bem vetar os nomes de João Carlos Haas e Dina, da Guerrilha, para dois assentamentos, e substituí-los por “Brasil-Espanha” e “Oito Barracas”, contestando a vontade dos camponeses. Estes, no entanto, assentados na região de São Domingos, mantêm o livre batismo.

Também é fato: nenhuma força bruta impediu que o município de São Domingos das Latas se transformasse em São Domingos do Araguaia e que uma revista (*Manchete*) anunciasse em sua edição nº 2.131 (6/2/1993): “O presidente da Câmara de Vereadores, Abdias Soares da Cruz, orgulha-se de ter incorporado ao escudo do município as armas dos guerrilheiros como reconhecimento histórico da luta”. Sentida homenagem: juntamente com o povoado de Palestina, São Domingos teve quase toda a sua população presa (em um só dia, 150



Osvaldão, morto em combate.

pessoas, presas por meses).


Ou que, mais recentemente, no dia 14 de novembro de 2001, a Assembléia Legislativa do Pará realizasse Sessão Solene para oferecer os títulos de “Cidadãos do Pará” (*Post Mortem*) aos comunistas Osvaldo Orlando Costa, um dos comandantes da Guerrilha, e Exedito Ribeiro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria. Os projetos que concederam os títulos são da deputada Sandra Batista, do PCdoB, e foram entregues a Cristina Costa, sobrinha de Osvaldão, e Antônia Ribeiro, filha de Exedito.

Reunidas num ato, no dia 25 de outubro de 2001, transbordando de gente, uma escola (São Judas Tadeu), no resgate de sua saga histórica, todas as autoridades de Xambioá – prefeito e secretários municipais, presidente da Câmara e vereadores, juiz, promotor – se juntaram a empresários, jornalistas da grande imprensa do sudeste e do Pará, professores, estudantes e trabalhadores, para um debate sobre o ocorrido na região.

O encontro desdobrou, 21 anos depois, as lembranças de um outro dia 25 – na caravana de outubro de 1980 –, quando quase 200 pessoas esperavam na região os familiares dos guerrilheiros mortos. Vitória Lavínia Grabois (filha de Maurício Grabois, irmã de André Grabois e esposa de Gilberto Olímpio Maria), não se conteve e caiu em pranto con-

vulsivo. Abraçada ao advogado Paulo Fontelles, e à dona Cirene Barroso (mãe de Jana Moroni Barroso), balbuciou entre soluços: “obrigada, obrigada, meu pai é que deveria ter visto isso”. No almoço servido pela população aos familiares dos guerrilheiros um posseiro toma a palavra e diz: a semente que eles plantaram nós estamos colhendo, continuando a luta que eles iniciaram.

Sem medo, comemorou-se os 43 anos de Xambioá no dia 14 de novembro de 2001. Centenas de moradores – jovens de oito colégios na maioria – montaram um palco na avenida Beira-Rio e encenaram a luta, a perseguição, a bravura e o martírio dos guerrilheiros. Depois, em caminhada pelo alicive da igreja de Xambioá alcançaram a praça, onde uma equipe de jurados escolhia quem era capaz de identificar com maior facilidade os guerrilheiros nas fotos dos desaparecidos do Araguaia. Unidos, confraternizaram com os moradores de São Geraldo que, cruzando o grande rio, foram à festa sonhada, pelo “povo da mata” em sua gloriosa jornada de luta.

Os 30 anos do início da Guerrilha foram brindados no Brasil por uma agenda que incluiu iniciativas como uma sessão solene na Câmara dos Deputados e uma caravana da juventude à região. Xambioá, o cenário que acantonou as forças militares oficiais naquele período, preparou-se para o lançamento da pedra fundamental do Memorial do Araguaia, em Xambioá, que incluirá uma amostra e um mausoléu. Em cada gesto, o povo promove seu definitivo reencontro com a História. 

Luiz Carlos Antero é jornalista, assessor da banca do PCdoB na Câmara Federal e integrante da Comitativa Oficial que visitou a região do Araguaia.

SÓ GERA NOTÍCIA QUEM É POPULAR OU IMPORTANTE.

Por ser popular, a Prefeitura de Olinda tem espaço para ser notícia.
Por ser importante, o cidadão é o nosso destaque.
Em Olinda, o povo pediu e a Prefeitura atendeu.

Saúde

- Ampliou o Programa Saúde na Família com 10 novas equipes médicas.
- Está prestando atendimento domiciliar a 43 mil famílias em todo o município.
- Diminuiu a incidência de doenças epidemiológicas.

Infra-Estrutura

- Criou o Conselho de Defesa Civil.
- Desocupou áreas de risco.
- Construiu escadarias e muros de arimo nos morros da cidade, o que resultou em um inverno sem vítimas.
- Foi o primeiro município brasileiro a colocar em prática o Estatuto da Cidade.

Limpeza

- Desobstruiu e limpou diversos canais nas áreas mais necessitadas da cidade.

Orçamento Participativo

- Realizou 10 assembléias.
- Elegeu 230 delegados.
- Promoveu a representação de 40 comunidades.

Calçamento

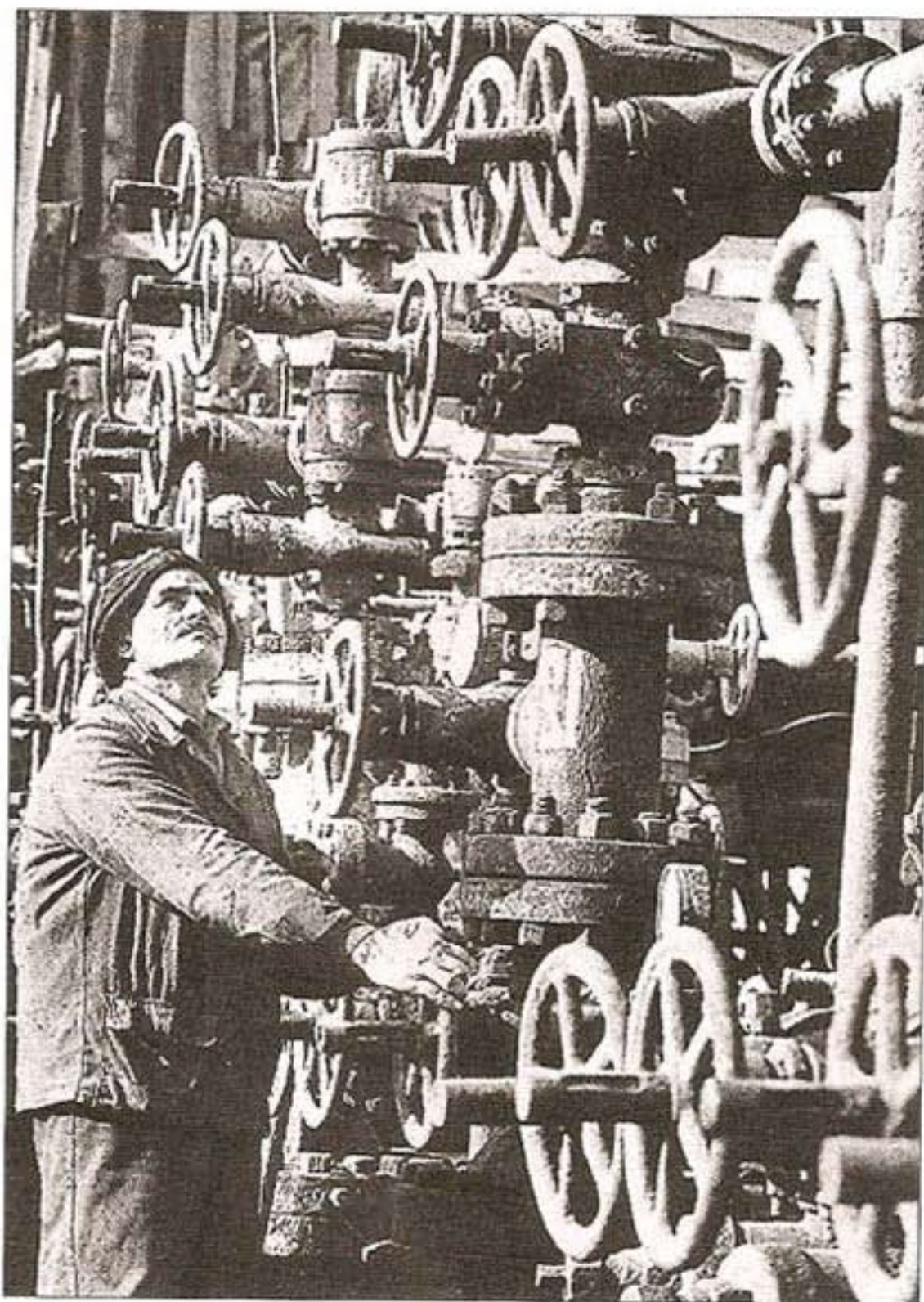
- Instalou a operação tapa-buraco.
- Recuperou ruas e avenidas na cidade.
- Investiu 900 mil reais nesta operação.
- Abriu 75 frentes de trabalho.

Ser popular é saber ouvir e atender. Por isso a Prefeitura de Olinda não é popular apenas no nome. É, principalmente, nas suas ações.



Assalariados urbanos: proletariado ou nova classe média?

Augusto César Buonicore



Será ainda necessário um grande esforço da classe operária, dirigida pelo seu partido, para afastar importantes setores assalariados não-manuais das malhas complexas da ideologia burguesa

Na segunda metade do século XX ganhou força o debate sobre quais seriam as fronteiras que separariam a classe operária das demais camadas de trabalhadores assalariados. Em outras palavras: O que é o proletariado moderno?

PARA AS organizações socialistas esta questão não é secundária, ela tem implicações políticas de vulto. Os defensores de uma conceituação mais restrita de proletariado (proletariado = operário fabril) alegam que as consequências de se aceitar todos os assalariados como membros do proletariado seriam: a diluição do papel central dos operários manuais no processo de transição revolucionária para o socialismo refletiria no conteúdo de classe e na forma do partido revolucionário de vanguarda e isto, por sua vez, teria reflexo direto no próprio projeto de construção do socialismo.

Os autores que defendem uma conceituação ampliada de proletariado (proletariado = assalariados) acreditam que uma visão restrita de proletariado conduziria o movimento socialista a um beco sem saída, visto o processo de redução da classe operária tradicional na sociedade capitalista contemporânea. Outra questão estaria ligada ao modelo de construção do socialismo: um conceito de proletariado restrito levaria à constituição de um poder socialista assentado numa minoria das classes trabalhadoras, podendo conduzir à restrição democrática do poder político, ou seja, a "ditadura do proletariado" poderia se constituir numa ditadura de uma minoria.

A proletarização da classe média

No final da década de 50 a revista internacional *Problemas da paz e do socialismo*, ligada ao PCUS, resolveu realizar um intercâmbio de opinião sobre a estrutura da classe ope-

rária nos países capitalistas. O intercâmbio culminou com um encontro de centros de estudos científicos e de revistas marxistas de vários países.

A conclusão desse evento foi de que, na dinâmica do capitalismo na sua fase monopolista, o número de operários manuais, ligados diretamente à produção de bens materiais, tenderia a se reduzir enquanto que o número de trabalhadores não diretamente produtivos a aumentar. Esta, afinal, teria sido uma previsão do próprio Marx, que afirmou: "O aumento extraordinário da forças produtivas, nas esferas da grande indústria, acompanhado como está de uma exploração cada vez mais intensa e extensa da força de trabalho de todos os demais ramos da produção, permite empregar improdutivamente a uma parte cada vez maior da classe operária." (Rumiántsev, 1963:24)

Esses autores se negaram a reduzir o conceito de proletariado ao de operário fabril, diretamente produtivo. Essa confusão teria sido introduzida pelos "sociólogos burgueses" para os quais o conjunto dos trabalhadores não-manuais comporia uma nova classe média, distinta e em contradição com os operários fabris. A despolarização da sociedade descentralizaria também o problema da luta de classe e garantiria a estabilização do capitalismo. Ficaria, assim, demonstrada a falsidade da tese de Marx sobre a proletarização das camadas médias.

O critério de definição de classe não poderia ser reduzido à relação direta (física) com os meios de produção, expressa na contraposição

entre trabalho manual e intelectual. A diferença fundamental da situação da classe do proletariado não seria a união direta com os meios de produção, e sim a sua separação dos mesmos. O fundamental, portanto, para determinação de classe seria a relação de propriedade e não-propriedade que se estabeleceria com os meios de produção e o assalariamento. Estes dois fatores determinariam outros aspectos, como nivelamento dos níveis de vencimento, instabilidade no emprego, etc.

Assim, os trabalhadores em comércio e nos bancos comporiam a classe operária moderna porque além de não proprietários, seriam assalariados. Mas existe outro fator fundamental: apesar de não produzirem mais-valia, eles criariam as condições para que os capitalistas que os exploram se apropriassem de uma parte da mais-valia, expropriada dos operários fabris. Eles, portanto, seriam fundamentais para a reprodução ampliada do capital.

Por isso – apesar de não produzirem diretamente mais-valia –, esses assalariados poderiam ser considerados produtivos. Para Marx seria produtivo, no sentido amplo, o "trabalho que produz mais-valia ou que serve ao capital de meio de produzir mais-valia e transformar-se, por conseguinte, em capital, em valor produtivo de mais-valia". A segunda parte dessa afirmação se refere justamente ao trabalho dos empregados no comércio e nos bancos. Assim, Marx não limitaria o conceito de trabalhador produtivo ao de operários fabris diretamente vinculados à produção de bens materiais.

Segundo o encontro internacional, a estrutura profissional e as condições de vida dos assalariados intelectuais (engenheiros, técnicos e profissionais de nível médio ou universitário) haviam se transformado muito no curso das décadas precedentes, “a tendência a proletarização predominou nitidamente sobre a tendência de aburguesamento, antes de tudo porque a imensa maioria dos intelectuais perdeu sua ‘posição independente’. Por isso deve se dizer que a maior parte dos trabalhadores intelectuais se fundiu com a classe operária”. (Rumiántsev, 1963:35 – grifo nosso) Esses autores, então, utilizam-se do conceito de “proletário do trabalho intelectual”, no qual seriam incluídos, inclusive, os advogados das grandes empresas capitalistas; contanto que estes fossem assalariados e não empregassem força de trabalho alheia.

Para esses autores, “o processo de nivelamento do caráter do trabalho dos distintos setores da classe operária leva objetivamente à aproximação ideológica da massa fundamental dos trabalhadores não-manuais com o núcleo do proletariado e vai inculcando neles a consciência de classe”. No entanto, reconhecem que as coisas são muito mais complexas. A “aproximação ideológica com o núcleo do proletariado” ainda seria uma promessa não realizada.

A luta desses assalariados não-manuais “não estaria isenta de inconseqüências nem os levaria sempre a abraçar a ideologia proletária. Abundam os obstáculos, sobretudo em uma esfera onde seria particularmente lenta a evolução: na esfera da consciência, que nos empregados estaria sobrecarregada de individualismo e de tradições pequeno-burguesas”. Mas seria “no fogo da luta onde os trabalhadores, individualmente ou em grupos, perceberiam plenamente

o seu pertencimento à classe operária” e ocorreria a “proletarização da consciência dos empregados”. (Rumiántsev, 1963:45/47).

Contracorrente – reafirmando a classe operária

Em contraposição às teses predominantes no movimento comunista, que defendem a proletarização da classe média e a incorporação do conjunto dos assalariados urbanos nas fileiras da classe operária, surge uma nova corrente dentro do marxismo que nega essa possibilidade. O principal expoente dessa corrente foi Nicos Poulantzas.

O debate sobre o pertencimento de classe dos “assalariados médios” fez parte da grande disputa no movimento comunista internacional entre os intelectuais pró-soviéticos e os intelectuais pró-chineses, que estavam impressionados com a crítica chinesa ao revisionismo moderno e com a experiência da “grande revolução cultural proletária”.

Os denominados comunistas anti-revisionistas condenavam as mudanças de rumo ocorridas na URSS. Segundo esses autores a tentativa soviética de eliminar a nítida divisão entre a pequena-burguesia e a classe operária teria por objetivo justificar o modelo de construção socialista russo, que manteria a divisão entre trabalho intelectual e manual, o despotismo fabril, a burocratização do Estado e da economia.

Poulantzas e a nova pequena burguesia

Poulantzas travou uma luta teórica contra as correntes que negavam a especificidade de classe desse novo conjunto de trabalhadores assalariados não-produtivos, que se desenvolveu na fase monopolista do capitalismo, incluindo-o nas fileiras da classe

operária. Discorda da tese de que estaria ocorrendo uma fusão entre os trabalhadores não-manuais/intelectuais com a classe operária.

A principal conseqüência dessa tese (fusão dos assalariados médios e dos operários numa única classe), seria que ela acabaria omitindo as divergências existentes entre esses dois grupos de trabalhadores, “pervertendo a longo prazo os interesses próprios da classe operária, única classe revolucionária até o fim” (Poulantzas, 1975:221). O reconhecimento de que esses assalariados médios (não-manuais e não-produtivos) não pertencem à classe operária, “é essencial para o estabelecimento de uma base justa de aliança popular, sob direção e hegemonia da classe operária”. (Poulantzas, 1975:221).

Para Poulantzas, esse novo conjunto de assalariados (não-manuais e não-produtivos) pertenceria a uma outra classe: a pequena-burguesia. Mais precisamente a uma fração desta: a nova pequena-burguesia. Embora a nova pequena-burguesia e a pequena-burguesia tradicional tenham posições diferentes no nível das relações de produção (relação de propriedade e de assalariamento), elas têm, no plano político e ideológico, bastante proximidade e é isso que lhes permite incluir os dois grupos sociais em uma mesma e única classe.

Assim, a determinação estrutural de classes não se referiria exclusivamente ao nível das relações econômicas, no sentido restrito, mas abrangeria outros dois níveis: o das relações ideológicas e o das políticas. Seria a articulação complexa desses três níveis que permitiria determinar o pertencimento de classe dos diversos agrupamentos sociais.

Seria justamente o rompimento com as concepções economicistas das classes sociais que permitiria

compreender o lugar desses agrupamentos de assalariados não-manuais e não-produtivos. Conforme afirmou Poulantzas, “a referência às relações políticas e ideológicas é absolutamente indispensável para circunscrever o lugar da pequena-burguesia na determinação estrutural de classe: não somente para fundamentar o pertencimento da pequena-burguesia tradicional e da nova pequena-burguesia a uma mesma classe, mas também e, sobretudo, a fim de entender esse lugar da nova pequena-burguesia em relação à classe operária”. (Poulantzas, 1975:224)

Poulantzas reconhece as diferenças importantes existentes entre esses dois agrupamentos sociais. A pequena-burguesia tradicional seria originária de um modo de produção anterior ao capitalismo e tenderia a desaparecer, a nova pequena burguesia cresceria e se fortaleceria com o desenvolvimento do capitalismo monopolista. Além disso, essa nova pequena-burguesia, ao contrário da anterior, não teria a propriedade dos meios de produção e exerceria um trabalho “remunerado sob a forma de salário”. (Poulantzas, 1975:227).

Mas, então, por que Poulantzas não a incluiu nas fileiras do proletariado?

Segundo ele, o conceito de classe operária (e de proletariado) estaria vinculado ao de trabalho produtivo estrito senso. “A classe operária é delimitada (...) pelo trabalho produtivo”, conclui o nosso autor, e trabalho produtivo não se confundiria com trabalho manual. Trabalho produtivo seria aquele que produz diretamente a mais-valia, que valoriza o capital e que é trocado pelo capital.

Os assalariados da nova pequena burguesia (comerciários, bancários, etc) não produziram mais-valia e, portanto, não pertenceriam às fileiras da classe operária. Esses trabalhadores

“contribuiriam simplesmente para repartição da massa da mais-valia entre as frações do capital, segundo a taxa média de lucro. Certamente, esses trabalhadores assalariados são também explorados, e seu salário corresponde à reprodução de sua força de trabalho. (...) são extorquidos do sobretrabalho, mas não são explorados diretamente, segundo a relação de exploração capitalista dominante, a (sic) criação de mais-valia”. (Poulantzas, 1975:230).

O autor avança na sua definição de trabalho produtivo, dando-lhe um sentido bastante restrito. A mais-valia deveria ser produzida através de um trabalho que intervém diretamente na produção material, ou seja, é preciso que haja uma relação direta/física com os meios de produção. O trabalho manual, portanto, seria uma das características essenciais na definição de classe operária. Nega assim as conceituações ampliadas de proletariado e de trabalho produtivo que incluiriam, segundo indicações do próprio Marx, o “trabalhador coletivo”.

No entanto, uma das principais distinções entre os assalariados da nova classe média e a classe operária estaria relacionada com a separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. Afirma Poulantzas: “essa divisão trabalho intelectual/trabalho manual não somente se limita a uma divisão técnica do trabalho, mas constitui de fato, em todo modo de produção dividido em classes, a expressão concentrada da correspondência das relações políticas e ideológicas (político-ideológicas nesse sentido) na sua articulação com as relações de produção”. (Poulantzas, 1975:253).

A relação, ou polarização, que se estabeleceria entre os diversos segmentos dos assalariados e o trabalho manual e intelectual seria uma condição para constatar o pertencimento de

classe de cada um desses grupos de trabalhadores. Conforme se localizem do lado do trabalho intelectual (ou não-manual) ou do trabalho manual, poderiam ser definidos como operários ou como nova pequena-burguesia.

O trabalho manual na consciência pequeno-burguesa estará sempre relacionado com “um trabalho mais penoso, um trabalho que requer, na ordem de sua valorização do trabalho intelectual, menos ‘conhecimentos’, menos ‘aptidões’, um trabalho ao qual falta o ‘não sei o quê’ que faz a ‘qualidade’ e a ‘superioridade intelectual’” (Poulantzas, 1975:281). Essa determinação estrutural ideológica, divisão trabalho intelectual/trabalho manual, seria sempre uma barreira de classe entre a nova pequena-burguesia e a classe operária.

Uma outra distinção, que se articularia com a anterior, seria a existência de uma divisão entre funções de controle/supervisão e de execução, que acabaria reproduzindo uma relação de dominação no próprio interior do processo de produção. Os engenheiros, técnicos, baixa gerência não fariam parte da classe operária justamente porque exerceriam funções de direção delegadas pelo capital cujo principal objetivo é extrair a mais-valia dos operários manuais. Eles seriam “os portadores da reprodução das relações ideológicas no próprio seio do processo de produção material” (Poulantzas, 1975.). As distinções entre trabalho intelectual e manual, entre funções de controle e de execução não seriam naturais, ditadas pela técnica moderna, elas seriam constituídas histórica e socialmente e deveriam começar a ser superadas durante a construção do socialismo.

O processo de burocratização das empresas e instituições modernas, ao

contrário do que a maioria dos teóricos marxistas afirma, não aproximaria os assalariados da pequena-burguesia dos operários. Poulantzas não aceita, pois, a tese de que a burocratização seria uma forma particular do despotismo fabril, e por isso mesmo teria sobre os assalariados pequeno-burgueses os mesmos efeitos (ideológicos) que o despotismo fabril teve sobre os operários.

A burocratização reproduziria e fortaleceria aspectos da ideologia pequeno-burguesa, por exemplo, a "tendência a exercer relações induzidas de autoridade e de segredo do saber sobre os agentes subalternos". (Poulantzas, 1975:300). O papel da carreira no processo de burocratização só faz reforçar a ideologia meritocrática da ascensão social entre a pequena-burguesia.

No despotismo fabril a burguesia dominaria e oprimiria a classe operária. Através dele buscaria aumentar o nível de exploração de mais-valia. Por outro lado, o despotismo não permitiria a criação de relações de dominação/subordinação entre os próprios operários. As condições de trabalho da classe operária, vinculadas ao processo de socialização do trabalho produtivo, anulariam, ou pelo menos minimizariam, as tentativas da burguesia de impor fragmentações assentadas na hierarquia, na polarização entre trabalho intelectual e manual. A própria condição operária seria contraditória com a hierarquização burocrática de funções.

Segundo Poulantzas, os principais traços ideológicos dessa nova pequena-burguesia seriam: o anticapitalismo, mas que se inclinaria fortemente em direção às ilusões reformistas; hostilidade à "grande riqueza", mas articulada a defesa da manutenção das hierarquias salariais. O principal moti-

vo de sua ação seria ainda o medo da proletarização, ou seja, o medo de qualquer transformação revolucionária que possa ameaçar os "privilégios" de sua condição de trabalhador não-manual. Na consciência pequeno-burguesa polarizada pelo proletariado, o limite estaria na aceitação da socialização das forças produtivas entendida apenas como estatização dos meios de produção. O estatismo, nas suas mais diversas formas, tem sido também uma das características da ideologia pequeno-burguesa no seu conjunto.

No entanto, algumas frações da nova pequena-burguesia possuem condições mais favoráveis para uma aliança com a classe operária, colocando-se, inclusive, sob a sua direção. A fração de assalariados não-produtivos mais próxima dos operários manuais é representada pelos assalariados de base do setor comercial. Estes estariam mais próximos da barreira que separa o trabalho intelectual do manual. Eles estariam nos limites da condição de classe operária, embora ainda não possam se fundir com ela. Esta fração foi também a menos afetada pelo processo de burocratização do trabalho não-produtivo. (Poulantzas, 1975:352). Este seria o único setor da nova pequena-burguesia que teria conhecido um verdadeiro processo de proletarização.

Aqui se encontra um dos limites da análise de Poulantzas. Por que a condição de produtores de mais-valia, o trabalho produtivo estrito senso, deveria ser o principal critério de definição de classe operária? Como ficariam os assalariados não-produtivos (de mais-valia) que não exercem nenhum trabalho de supervisão e que realizam um trabalho majoritariamente, ou exclusivamente, manual? Os exemplos mais típicos dessa situação são os faxineiros das grandes empresas capitalistas ligadas ao setor financeiro (ou comercial)

e os motoristas de ônibus urbanos. Não teríamos, aqui, a volta de uma concepção economicista das classes sociais tão criticada por Poulantzas?

A dificuldade de construir um conceito marxista de proletariado, entre outras coisas, se deve ao fato de que o próprio Marx jamais definiu de maneira clara, inequívoca, o que seria o proletariado moderno. Embora o conceito não seja explicitado podemos afirmar que não seria uma leitura forçada afirmar que no conjunto de sua obra existe uma tendência a encarar a classe dos proletários como o conjunto dos assalariados produtivos (produtivos para o capital), incluindo os trabalhadores não-manuais e os agentes da "produção imaterial".

Marx chegou a escrever: "Nos estabelecimentos de ensino (...) os professores, para o empresário do estabelecimento, podem ser meros assalariados; há grande número de tais fábricas de ensino na Inglaterra. Embora eles não sejam trabalhadores produtivos em relação aos alunos, assumem essa qualidade perante o empresário (...) O ator se relaciona com o público na qualidade de artista, mas perante o empresário é trabalhador produtivo". (Marx, *Teoria da Mais Valia*, vol.1, p.404).

Sobre os comerciários Marx afirmaria: "O trabalho não-pago desses empregados, embora não crie mais-valia, permite-lhe apropriar-se de mais-valia, o que para esse capital é a mesma coisa (...) É produtivo, para o capitalista, não por criar mais-valia diretamente, mas por concorrer para diminuir os custos de realização de mais-valia, efetuando trabalho em parte não-pago". (Marx, *O Capital*, Livro 3, Vol. 5, p. 345)

Embora concordemos que o conjunto desses assalariados compõe uma única e mesma classe, o prole-

tariado, não acredito que seja possível afirmar que exista uma fusão entre todos assalariados (manuais/não-manuais, produtivos/não-produtivos), que se traduziria na constituição de uma única ideologia, um único partido e um único projeto societário – modelo único de socialismo.

Utilizando livremente uma contribuição teórica do próprio Marx em suas obras histórica, podemos afirmar que a classe proletária, como a burguesia, não se compõem enquanto um bloco monolítico, sem fissuras. Ele se divide, e se subdivide, em frações e camadas distintas. Cada uma dessas frações, e camadas, são portadoras de ideologias próprias e, por conseguinte projetos societários e formas de organização políticas também diferenciados. Utilizamos aqui também uma preciosa indicação de Marx para o qual “entre o empregado do comércio e os trabalhadores diretamente empregados pelo capital industrial deveria se dar a mesma diferenciação que se dá entre o capital industrial e o capital mercantil”. (Marx, *O Capital*, Livro 3, Vol. 5, p. 345)

Analisemos o caso das frações da burguesia. Embora a burguesia comercial não extraísse diretamente a mais-valia dos operários, como ocorre com a burguesia industrial, não deixa de compor com esta uma única e mesma classe – a classe burguesa. O interesse que as unem é a manutenção do sistema capitalista. Mas, em conjunturas nas quais este interesse fundamental não está ameaçado, elas podem se confrontar em relação às políticas econômicas a serem adotadas pelos governos capitalistas, se organizar em entidades corporativas e partidos distintos. Estas desavenças não raramente desembocaram em conflitos armados (golpes de Estado,

guerra civil e revoluções).


Se no processo da revolução burguesa a sua fração industrial teve o papel de vanguarda, unificando e às vezes combatendo outras frações de sua própria classe, no processo da revolução socialista caberá à classe operária estrito senso o papel de vanguarda. Portanto, o futuro do socialismo não é indiferente em relação a qual fração de classe do proletariado estará à frente do processo revolucionário e de construção do novo Estado socialista.

Nenhuma das frações, ou camadas, do proletariado tem interesse na manutenção indefinida do modo de produção capitalista. Como assalariados não têm interesse especial pela manutenção da apropriação privada dos meios de produção. E justamente por isso podem se unificar num projeto de transição revolucionária. Mas existe uma forte tendência nos setores médios – assalariados intelectuais – em apostar nas saídas reformistas e de obstaculizarem o próprio processo de transição do socialismo ao comunismo.

A transição para ser bem sucedida, e não ficar incompleta, deve romper com a burocratização da vida social – eliminando gradualmente o Estado – e a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, ou seja, não basta a estatização dos meios de produção é preciso também que sejam revolucionarizadas as relações de produção. A ideologia (meritocrática) particular dessa fração do proletariado é avessa a essas tarefas essenciais no processo de transição. Nesse sentido podemos afirmar que grande parte da descrição que Poulantzas faz da ideologia desses “assalariados médios” é correta.

Isto, no entanto, não nos deve fazer aceitar as suas teses que incluem esses “assalariados

médios” na chamada classe dos pequeno-burgueses. As diferenças entre eles e os pequenos-proprietários e profissionais autônomos, são muito grandes. Não só em relação aos meios de produção (relação de propriedade e não-propriedade) e o assalariamento, mas também em relação à ideologia. Entre outras coisas, os assalariados não têm um apego especial a apropriação privada dos meios de produção, visto que não são proprietários e esse fato tem consequências políticas importantes na luta revolucionária.

A incorporação dessa fração do proletariado no processo revolucionário e de construção do socialismo não será fácil, pelos limites apresentados acima, mas ela é possível. Será ainda necessário um grande esforço político-prático da classe operária, dirigida pelo seu Partido de vanguarda, para afastar importantes setores dos assalariados não-manuais, impregnados por preconceitos pequeno-burgueses (anti-socialistas), das malhas complexas da ideologia burguesa. 

Augusto César Buonicore é historiador e membro da direção nacional do PCdoB.

Referências

MARX, Karl (1974) *O Capital*. Livro 3, Volume 4. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro.

_____. (1987) *O Capital*. Livro 4, Vol.1 (Teorias da Mais-Valia). Bertrand Brasil: Rio de Janeiro.

_____. (1978) *O Capital*. Livro 1, Capítulo VI (Inédito). Ciências Humanas: São Paulo.

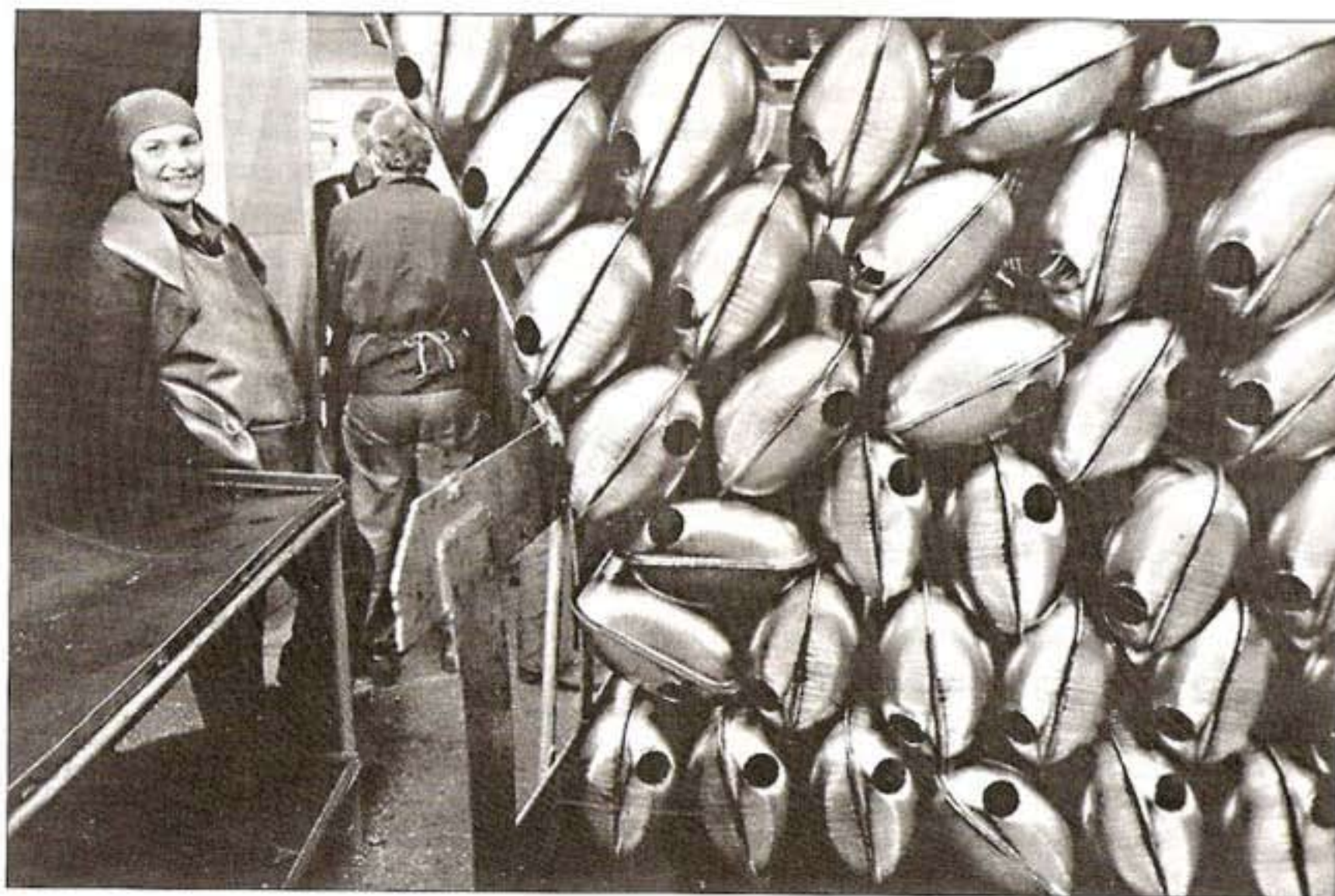
POULANTZAS, Nicos (1975). *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje*. Zahar: Rio de Janeiro.

RUMIANTSEV, Alexei (1963). *La Estructura de la Clase Obrera de los Países Capitalistas*. Paz e Socialismo: Praga.

A classe operária e seus signos: as mudanças hoje

(parte I)

Sérgio Barroso



Sebastião Salgado

Não se pode confundir classe operária – o proletariado, no sentido definido por Marx-Engels, e também Lênin – com trabalhador assalariado

Como é sabido, além do imperialismo significar uma reação em toda linha, como disse Lênin, a tendência à guerra, à pilhagem e à espoliação dos povos, a irrupção da fase monopolista do capitalismo (cuja mola propulsora foi a II Revolução Industrial) redimensiona a dinâmica do sistema, particularmente no que tange à expansão acelerada dos processos de assalariamento, à concentração da classe operária multiplicada em gigantescas empresas e uma grande complexificação e ampliação das funções do Estado capitalista. Novos desenvolvimentos da organização dos processos de trabalho passam a desempenhar papel especial nas novas formas de exploração capitalista. Neste último aspecto, o chamado taylorismo, correspondente resposta burguesa para uma “organização científica” do trabalho, tem (em essência) se metamorfoseado ao longo dos últimos cem anos. Essa engrenagem diabólica para controle dos tempos e dos movimentos do trabalho, pensada pelo engenheiro norte-americano F. Taylor, no final do século XIX, persegue as grandes mudanças técnico-científicas de maneira a reproduzir, sob as condições da produção automatizada, o operário e sua classe como apêndice da máquina, subordinando-os a técnicas e tecnologias, ao tempo, ao contrato e ao tipo de pagamento de salário.

APÓS a carnificina de duas guerras mundiais, e no seu interregno, a explosão da Grande Depressão de 1929-33, um período atípico ⁽¹⁾ do capitalismo espalhou, notadamente em inúmeros países de seu centro, várias formas de assalariamento capitalista, a partir de altas taxas de crescimento do produto, do emprego e dos salários reais. A principal razão desse movimento – comandado pelas intervenções maciças nas economias nos Estados capitalistas centrais – foi, sem sombra de dúvida, a expansão/conformação do “campo socialista” europeu aliado da URSS; a seguir a poderosa revolução chinesa, e ainda a divisão da Coreia.

Além disso, os traços materiais da economia política, das mudanças ocorridas no pós-Segunda Guerra, poderiam ser assim descritos: a) rápido e prolongado crescimento internacional da produção e da produtividade; b) liderança do setor industrial, com empuxe da produção de bens duráveis (automóveis, eletrodomésticos), nos setores de bens de capital e a química/petroquímica; c) crescente importância do subsistema de filiais dos grandes oligopólios (internacionalização produtiva); d) o comércio internacional cresce mais que a produção industrial, mas é o mercado interno que impulsiona o crescimento econômico; e) crescimento da par-

ticipação do emprego industrial e também do emprego do setor de serviços (agora sob lógica industrial) continuando a cair o emprego agrícola; e f) aceleração das mudanças das fontes energéticas – petróleo x carvão (MATTOSO, J.1995: 24).

Com a desmontagem das bases do sistema financeiro internacional (acordos de Bretton-Woods, 1944), e, com a crise capitalista dos anos 70, baixas taxas de crescimento econômico, associadas à grande onda de inovações tecnológicas, aumentam o desemprego e as relações de trabalho passam a sofrer um ataque da flexibilização e desregulamentação dos mercados de trabalho. Há também

mudanças nos contratos de trabalho e no tipo de estabilidade existente anteriormente. O que significa dizer: o crescimento da – e a – força dos sindicatos (impondo sistemas nacionais de contratação coletiva e organização nos locais de trabalho), no capitalismo avançado, retirou a exclusividade do mercado na determinação dos salários e das condições de trabalho, onde sindicatos e Estados garantiam a conversão de ganhos de produtividade em salários reais maiores.

A hipertrofia da esfera financeira, ou “financeirização” da riqueza, impulsionada pelo complexo processo da desregulamentação do sistema financeiro internacional (fim do padrão-ouro, fim da paridade de taxas de juros e relativa de câmbio, criação de novos instrumentos financeiros e de novas funções dos Bancos Centrais, etc.), fazem saltar de US\$ 5 trilhões para US\$ 35 trilhões, de 1980 a 1995, o movimento de ativos transacionáveis nos mercados de capitais, segundo o Banco de Compensações Internacionais (BIS).

No que nos interessa, do pós-guerra aos dias da globalização neoliberal, pode-se dizer que se seguiram à evolução e às mudanças na economia e nas tecnologias; alterações importantes no processo de organização do trabalho.

Ferro, Toledo e Truzzi, analisando em detalhes as mudanças para a automação em indústrias de processos contínuos – estágio mais avançado da automação industrial –, afirmam que, aí, as relações homem-produto praticamente desaparecem, passando a prevalecer as relações máquina-produto e homem-máquina. Nesses processos de produção, a natureza e o conteúdo do trabalho vêm sofrendo alterações, vez que sendo o trabalho produtivo executado essencialmente

por máquinas e equipamentos, restringir-se-iam as intervenções humanas basicamente em: a) monitoração e controle de máquinas e dispositivos; e b) manutenção dos equipamentos e algumas atividades de apoio.

Partindo dessa análise, consideram os pesquisadores citados que, a mão-de-obra mais diretamente vinculada ao processo produtivo poderia ser classificada em três tipos: 1. auxiliar de produção; 2. operários da manutenção; e 3. operadores da produção. Assim, e juntamente aos novos métodos de gestão e gerenciamento das empresas de ponta, duas vertentes de interpretação se polarizariam em: a) haveria a possibilidade de um trabalho menos rotineiro e repetitivo, sem supervisão rígida, com tarefas em grupo, sugerindo, em última instância, o fim da alienação do trabalho industrial e uma re-qualificação profissional em novas bases tecnológicas e sociais; b) há a tendência fundamental de desqualificação e degradação do trabalho, onde o processo industrial no mais elevado estágio da automação representaria a submissão total às máquinas e, portanto, um nível mais intenso de alienação do homem, acentuando-se ainda no trabalho o aumento do tédio e da monotonia. (2)

Entretanto, para Rosa Soares, a participação dos trabalhadores como prática de gestão é considerada uma estratégia de racionalização da empresa no contexto das novas tecnologias automatizadas “é representam papel fundamental na chamada “fábrica flexível”. Ao contrário da dimensão individual de trabalho (concepção taylorista), está em causa a dimensão coletiva. O grupo, e não a individualidade, é que conta (apud SOARES. In: NETO, B., 1995: 29).

Avançando um pouco mais, desta-

quemos as mudanças que vêm ocorrendo no perfil da classe operária, e demais trabalhadores assalariados, no capitalismo central e no Brasil, a partir das seguintes constatações da recente pesquisa de Márcio Pochmann. (3)

1) Em relação à composição ocupacional do capitalismo avançado, há crescimento da importância das ocupações caracterizadas como “superiores” e de postos diretivos, para os quais se requer maior exigência de qualificação e escolaridade. As profissões “inferiores”, exigentes de operações simples e manuais, ainda majoritárias na estrutura ocupacional, estariam perdendo participação relativa. No caso da Alemanha e da França, mesmo aderindo ao chamado novo paradigma técnico-produtivo, registra-se uma participação para as ocupações mais manuais e de operações simples, ainda bem maior. No Brasil, a tendência à estrutura ocupacional apresenta alta concentração de trabalhadores na chamadas ocupações inferiores, e baixa concentração nas camadas profissionais intermediárias e superiores.

2) Em relação à queda na participação relativa das ocupações industriais – um dado real –, deve-se lembrar que tal composição, ainda mais dependente do chamado setor terciário, parece continuar dependendo muito do setor industrial, mas agora de forma indireta, pois grande parte dos novos serviços encontra-se ligada às empresas manufatureiras. Na década de 90, somente Japão, Alemanha e Itália, possuíam uma participação relativa dos empregos industriais, no total das ocupações, um pouco superior àquela dos anos 20; ocorrendo o contrário com França, EUA e Inglaterra. No Brasil, a industrialização tardia bloqueou o mesmo resultado pleno do peso do

emprego industrial das economias avançadas, em relação ao total das ocupações; nos anos 70 (máximo da expansão do emprego industrial), chegou-se a aproximadamente 20% do total de empregos sob responsabilidade da Indústria de Transformação, sendo que se em 1990 o índice caíra para 13%, entre 1980 e 1990, houve 1,5 milhão de empregos no setor de manufatura. Assim, entre 1980 e 1998, a estrutura do emprego no país evoluiu de 11,8%, para 14,5% no setor agropecuário; de 55,8%, para 55,9% no setor serviço/comércio; e de 32,4% para 29,6% no setor industrial.

3) Em relação ao aumento na participação relativa das ocupações de serviços. Usando-se a tipologia de Castells & Ayoma, os serviços hoje compreenderiam: a) distribuição, responsável principalmente por comunicação, transporte e comércio; b) produção ⁽⁴⁾, segmento moderno da sociedade “pós-industrial” que envolve as ocupações de atendimento dos insumos e serviços diretos à produção industrial; c) social, para o consumo coletivo, como educação, segurança e saúde; d) pessoal, representado por aquelas áreas atinentes ao consumo individual, como lazer, alimentos e embelezamento.

O que se apresentaria relevante? Não obstante quase todos os ramos dos serviços terem aumentado a participação relativa no emprego total, exceto a redução dos serviços de distribuição na Alemanha, EUA e Japão, deve ser destacado o grande crescimento dos serviços ligados à produção (50% entre 1970 e 1990). No entanto, no Brasil esse comportamento não ocorre, devendo-se considerar primeiramente a característica de existir entre nós abundante excedente de mão de obra, vindo o êxodo rural a direcionar as alternativas de ocupação

e de renda para o chamado setor informal, agregando-se aí parcelas expressivas nas ocupações de serviços – sobretudo na distribuição.

Por outro lado, é indiscutível, contínuo no capitalismo central, o movimento de expansão do assalariamento, o que desmoraliza qualquer tentativa, por mais sofisticada que seja, de alardear a tolice do “fim do trabalho”. ⁽⁵⁾ Aliás, o que se tornou propaganda massiva de intelectuais fabricantes de “categorias” não só vulgares, como também devidamente ideologizadas, para o desarme teórico da consciência anticapitalista e revolucionária dos trabalhadores.

De imediato, surge, aqui, a necessidade de uma discussão em torno de: 1) trabalho assalariado e produção de valor, ou sob outro prisma o significado de trabalho produtivo; 2) diferenças entre classe operária e trabalhadores assalariados.

Valor e trabalho

Foram sempre freqüentes e permanecem atuais as dificuldades do entendimento sobre o valor. L. Belluzzo observou, ironicamente, que nada pode causar mais desavenças entre os economistas do que tal palavra (valor), aduzindo ter-se derretido “muita massa cinzenta” em torno da questão, mas, ainda assim, não tendo havido arrefecimento da controvérsia, apesar do “grosso calibre” dos argumentos esgrimidos. Observa ele que o processo de valorização do capital é ao mesmo tempo desvalorização do trabalho, na medida em que a desqualificação sistemática do trabalhador pelo capitalismo chega até a transformá-lo num simples supervisor de operação da maquinaria. Situando a última instância da complexidade da temática, Belluzzo afirma que Marx (Grundrisse) “chegou a vislumbrar” o

momento em que o avanço dos mecanismos capitalistas de produção tornaria o tempo de trabalho numa “base miserável” para uma imensa massa de valor que deverá funcionar como capital (BELLUZZI, 1987: 9 e 12). Eis então o problema em todo seu esplendor: a necessidade vital do processo da produção capitalista – para a valorização – ter sempre que revolucionar a sua base técnica e degradar/expelir o trabalho.

Simultaneamente, as dificuldades de interpretação quase beiram ao hilário, se se levar em conta, por exemplo, a conclusão do capítulo “Trabalho Produtivo”, do próprio Rubin – autor do principal estudo sobre a teoria marxista do valor – quando diz que deveríamos “lamentar que [Marx] tenha escolhido o termo “produtivo” para tratar as diferenças entre trabalho contratado pelo capital na fase da de produção, e o contratado na fase da circulação: “Um termo mais adequado, talvez, teria sido ‘trabalho de produção’”, diz ele (*Op. cit.*, p. 293).

Parece-nos compreensível tal observação de Rubin. Marx, no final da parte que trata de “Trabalho Produtivo e Trabalho Improdutivo”, no “Capítulo VI” (inédito) de *O Capital*, resume suas opiniões sobre o tema em duas vertentes e da seguinte maneira:

1) “O seu resultado são mercadorias, que existem separadamente do produtor, ou seja, podem circular como mercadorias no intervalo entre a produção e o consumo; por exemplo, livros, quadros, todos os produtos artísticos que existem separadamente da atividade artística do seu criador e executante. A produção capitalista só se pode aplicar aqui de maneira muito limitada. Estas pessoas, sempre que não tomem oficiais, etc., na qualidade de escultores, etc.,

em geral (salvo caso sejam independentes) trabalham para um capital comercial, como, por exemplo, editores livreiros, uma relação que constitui tão só uma forma de transição para o modo de produção formalmente capitalista. Que nestas formas de transição alcance a exploração do trabalho um grau superlativo, tal não modifica em nada a essência do problema.” 2) “O produto não é separável do ato de produção. Também aqui o modo de produção só tem lugar de maneira limitada, e só pode tê-lo, devido à natureza da coisa, em algumas esferas, (Necessito do médico e não do seu menino de recados), nas instituições de ensino, por exemplo, para o empresário da fábrica de conhecimentos os docentes podem ser meros assalariados. Casos similares não devem ser tidos em conta quando se analisa o conjunto da produção capitalista. (...) A diferença entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo é importante com respeito à acumulação, já que só a troca por trabalho produtivo constitui condição da reconversão da mais-valia em capital”. (MARX. 1975: 102-103; no original português, onde está menino de recados lê-se miúdo de recados).⁽⁶⁾

A partir dessa compreensão, podemos agora ouvir do próprio Marx o que têm se tornado, contemporaneamente, exemplos, bastante corriqueiros e controversos. Um mestre-escola – afirma ele – que ensina outras pessoas não é um trabalhador produtivo. Entretanto, aquele que é “contratado com outros para valorizar, mediante o seu trabalho, o dinheiro do empresário da instituição que trafica com o conhecimento é um trabalhador produtivo. Mesmo assim, a maior parte destes trabalhadores, do ponto de vista da forma, apenas se submete formalmente ao capital: per-

tence às formas de transição” (MARX. Idem, p. 99). Por isso, ao citar a passagem de “Teorias da Mais-valia” – onde Marx se refere aos fenômenos relacionados à produção não-material como “tão insignificantes, em comparação com o total da produção, que se pode prescindir inteiramente dos mesmos” –, Rubin considera que isto (o trabalho produtivo), independentemente do seu conteúdo, necessitaria de que: a) a produção material, como um todo, esteja organizada sobre princípios capitalistas; e b) a produção não-material esteja excluída da análise – definindo-se o trabalho produtivo como trabalho que produz riqueza material (RUBIN, idem, p. 285).

Classe operária e trabalhadores assalariados

Como foi visto, a generalização do assalariamento promovida pela fase monopolista do capitalismo não só ampliou como complexificou os serviços privados e públicos. Mas isto não autoriza a interpretação que confunde classe operária com trabalhadores assalariados, nem conceituar *ad hoc* trabalhadores assalariados produtivos em geral como “proletariado” – havendo aí infundáveis controvérsias sobre o processo de “proletarização”.⁽⁷⁾ Muito menos ainda transmutar o “proletariado” em “classe trabalhadora”, numa visão de pretensão totalizante inteiramente desprovida dos critérios científicos do materialismo histórico.⁽⁸⁾

Contra esse tipo de eclétismo teórico, é suficientemente ilustrativa a distinção rigorosa e clara que realiza o Partido Comunista Português (PCP), nos documentos de seu XVI Congresso (12/2000). Analisando as mudanças processadas em Portugal, “n’A classe operária, os trabalhadores e as suas organizações de classe”,

constatam a redução relativa do emprego industrial e aumento absoluto e relativo do emprego nos serviços; que as atividades de maior crescimento foram “os serviços coletivos, sociais e pessoais, os serviços às empresas e atividades imobiliárias, a hotelarias, restaurantes e cafés”; que as pequenas e médias empresas surgem mais associadas às grandes (fornecimento e sub-contratação), não havendo perda de importância da grande empresa (processo ligado “à aceleração da concentração do capital”), sendo diferentes a gestão do poder e seu funcionamento – os serviços às empresas ganham maior importância e tendem a “autonomizar-se”, sendo classificados “como atividades industriais” que “intelectuais e quadros técnicos”, pelo peso e crescimento rápido da “camada social que representam”, por lidarem com as grandes necessidades nacionais (“da produção da educação, e ao ensino, à saúde, à ciência, à administração da justiça e à comunicação”) configuram uma camada social heterogênea – do ponto de vista de classe e quanto às condições de trabalho, ao estatuto hierárquico e remuneratório, ao papel na revolução técnico-científica e à natureza do seu trabalho –, possuindo influência política/econômica/social/cultural, claramente superior ao seu peso relativo; que são tendências marcantes dessa camada social referida “o crescente assalariamento (mais de 70%)”, a concentração em dinâmicos pólos de atividade, o peso relativamente grande de jovens etc.⁽⁹⁾

Notável: não há aqui qualquer confusão entre trabalhadores assalariados nos setores de serviços, assalariados intelectuais e técnicos, com a classe operária ou proletariado. Também não se põe sinal de igualdade entre classe operária e trabajado-

res assalariados produtivos, na mesma medida em que o PCP (e o PCdoB, a exemplo) defendem tanto a organização sindical de todos esses trabalhadores, com a necessidade da

construção partidária entre eles!

Mas como poderíamos examinar hoje, no Brasil, a estrutura e o perfil das ocupações, desenhando uma determinada tipologia?

Estudioso do assunto há vinte anos, o economista da UNICAMP, Waldir Quadros, assim nos apresenta a questão, com rigor e de maneira mais ampla ⁽¹⁰⁾:

Proprietários empregadores - São os proprietários de algum empreendimento em qualquer ramo de atividade econômica, que empregam pelo menos um membro assalariado.

Profissionais empregadores - São profissionais de tipo liberal que empregam pelo menos um membro assalariado. Os principais componentes são: médicos, dentistas, enfermeiros diplomados; técnicos em contabilidade; outras ocupações técnicas e científicas de nível superior.

Profissionais autônomos - camada superior. Os principais são: médicos, dentistas, enfermeiros diplomados; engenheiros e arquitetos.

Profissionais autônomos - camada média. Os principais são: ocupações qualificadas no comércio; outras ocupações técnicas e científicas de nível médio.

Profissionais autônomos - camada inferior. Os principais são: professores primários; mestres e contramestres; ocupações auxiliares de saúde; ocupações auxiliares de engenharia e arquitetura.

Proprietários por conta própria (urbanos) - São os proprietários que não empregam mão de obra assalariada em seus empreendimentos urbanos, atuando sozinhos ou com ajuda de familiares (não remunerados). Concentram-se no comércio e na prestação de serviços.

Trabalhadores autônomos - camada superior. Os principais são: motoristas; ocupações de reparação de veículos; outras ocupações de metal-mecânica.

Trabalhadores autônomos - camada média. Os principais são: pedreiros; vendedores de jornais e ambulantes; alfaiates e costureiros; outras ocupações da construção civil; eletricitas e radiotécnicos; marceneiros e carpinteiros.

Trabalhadores autônomos - camada inferior. Os principais são: ocupações em serviços de higiene pessoal; trabalhadores braçais.

Trabalhadores autônomos - camada baixa. Os principais são: outras ocupações na indústria de vestuário e calçados; outras ocupações da indústria têxtil.

Operários e Assalariados Populares - camada superior. Os principais são: motoristas; eletricitas e radiotécnicos; outras ocupações de metal-mecânica; mecânicos; torneiros mecânicos.

Operários e Assalariados Populares – camada média. Os principais são: porteiros, vigias; faxineiros; garçons e cozinheiros; outras ocupações da indústria; ocupações da reparação de veículos; pedreiros; outras ocupações da construção civil; alfaiates e costureiros; outras ocupações do vestuário e calçados; marceneiros e carpinteiros; expedidores e embaladores; outras ocupações do transporte e comunicações.

Operários e Assalariados Populares – camada inferior. Os principais são: ser-ventes de pedreiro; vendedores de jornais e ambulantes.

Proprietários por conta própria (rurais). São os proprietários que não empregam mão de obra assalariada em seus empreendimentos rurais, atuando sozinhos ou com auxílio de familiares (não remunerados).

Assalariados rurais permanentes. Dispensam apresentação.

Assalariados rurais temporários. Dispensam apresentação.

Empregados Domésticos. Dispensam apresentação.

Trabalhadores não remunerados. São os membros que auxiliam seus familiares em empreendimentos por conta própria, sem remuneração regular, tanto no setor rural como urbano.

Ignorados. São aqueles que não informaram suas ocupações.

Autoconstrução – não ocupados. São os membros que se declararam não ocupados na semana de referência, mas que estiveram ocupados com construção própria ou reformas.

Autoconsumo – não ocupados. São os membros que se declararam não ocupados na semana de referência, mas que estiveram ocupados com produção para o seu próprio consumo.

Ocupados com o autoconsumo. É semelhante ao grupo N. São os membros que se declararam ocupados na semana de referência e cuja ocupação é a produção para o seu próprio consumo.

Segundo outro estudo de Quadros, utilizando a mesma tipologia ocupacional, os grupos de Operários e Assalariados Populares da camada superior, representavam, entre 1992 e 1998, 10,7% e 9,5% da população brasileira, decrescendo sua participação na renda total de


9,5% para 7,6%. Aqueles da camada média eram 12,5% e 12,7% da população, nos anos referidos, e decresceram seus rendimentos em relação à renda total, de 6,7% para 6,1%. Operários e Assalariados Populares da camada inferior eram 2,3% e 2,8% da população, e suas

rendas em relação à renda total passaram de 0,8% para 0,9%. O desemprego, no mesmo período de referência, cresceu nessas três camadas, observando-se a desocupação na participação do total de desocupados na PEA (População Economicamente Ativa), com foco na

Estrutura ocupacional familiar – desocupação nesse grupo ocupacional nas famílias. ⁽¹¹⁾ Dessa maneira, diante do que procuramos expor, podemos extrair algumas conclusões, frente à nova e inconclusa dinâmica do capitalismo:

1. Não se pode confundir classe operária (proletariado, no sentido definido por Marx-Engels, e também Lênin) com trabalhador assalariado. Claro está, entretanto, que a visível deterioração das condições de vida e trabalho – para além da chaga hoje crônica do desemprego – da ampla maioria dos diversos setores de assalariados, pode os aproximar das condições miseráveis de vida dos proletários vinculados ao trabalho de operações mais simples e manuais.

2. O fato relevante parece ser o surgimento de um novo e crescente contingente de trabalhadores assalariados, de setores de serviços ligados à produção, que poderia indicar também a conformação de um proletariado qualitativamente distinto do originário. Evidentemente, o que exigiria um outro tipo de pesquisa, análise e interpretação, à luz da teoria marxista.

3. Ao lado da grande empresa da atualidade, uma imensa rede que em geral articula empresas subcontratadas, terceirizadas, micro/pequenas/médias empresas, oficinas fornecedoras de trabalho por peças, e o trabalho domiciliar. Ou seja, ocorre uma horizontalização da extração capitalista da mais-valia, cujo componente central combina a mais-valia relativa, com a absoluta e a super-exploração baseada no trabalho precário e sem direitos. 

Sérgio Barroso é doutorando em economia pela Unicamp e membro da direção nacional do PCdoB.

Notas

- (1) Trata-se do período normalmente considerado entre 1945/73 – havendo aí controvérsias sobre o número de anos periodizados – onde o crescimento econômico (e no sentido mais amplo, o desenvolvimento do capitalismo), alastrou significativamente o processo de regulações sociais e trabalhistas, modificando bastante os níveis e padrões de consumo das massas, inclusive da classe operária mais ou menos organizada em sindicatos. Os saudosistas – e os que acentuam a excepcionalidade do período – apelidaram-no de “anos dourados”.
- (2) As referências e a discussão encontram-se em: *Automação e trabalho em indústrias de processo contínuo*, dos professores do Departamento de Engenharia de Produção, UFSCAR: São Paulo. J. Ferro, J. Toledo, e O. Truzzi.
- (3) Ver: *O emprego na globalização – a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*, todo o capítulo “O futuro das ocupações”, 2001.
- (4) Em certa literatura especializada, os serviços de produção representam a generalização da produção industrial a partir de uma rede de apoio que determina decisivamente a plena aplicação e o desenvolvimento das novas tecnologias. Isto expressaria a tendência da exigência de novas ocupações profissionais, com trabalhadores “multifuncionais” e mais qualificados, diferindo dos demais serviços (Cf. POCHMANN, 2001: 57).
- (5) Claro, o grande impacto sobre o mercado de trabalho (altíssimas taxas de desemprego, precarização, subemprego, etc.) decompôs o que havia de róseo nos propalados “anos dourados”. Juntos à tendência de polaridade social no centro do capitalismo e à difusão das novas tecnologias, aparecem o discurso sobre “o fim da sociedade salarial” ou da “sociedade do trabalho”, bem como o questionamento da centralidade do trabalho. A. Gorz, que se notabilizara com o livro *Adeus ao proletariado* (1985), depois defensor da tese do “fim da sociedade salarial”, recentemente (1995; 1997) passou a argumentar sobre a impossibilidade de um capitalismo de “pleno emprego” em função dos efeitos das novas tecnologias. Defendem posições semelhantes às de Gorz, renomados intelectuais como J. Habermas, C. Offe, e, num outro nível, G. Aznar, ou mesmo J. Rifkin em outra variante. Já R. Kurz formula uma crítica anarquista radical do capitalismo contemporâneo, propondo uma luta dos trabalhadores não contra o desemprego, mas sim contra o próprio trabalho!
- (6) Para Marx, todo sistema de produção distingue-se pela totalidade de relações de produção, determinadas pela forma social de organização de trabalho, sendo no capitalismo este trabalho organizado na forma de trabalho assalariado; a economia organizada sob a forma de empresas capitalistas, cujo capitalista comanda o trabalho assalariado criador de mercadorias e de mais-valia. Como interpreta Rubin, somente o trabalho organizado sob a forma de empresas capitalistas, que tem a forma de trabalho assalariado, empregado pelo capital com a finalidade de extrair dele uma mais-valia, é incluído no sistema de produção

capitalista: “Este trabalho é trabalho produtivo” (ver: RUBIN. Idem, p. 280).

(7) De maneira mais atual, ver especialmente os verbetes “classe”, “classe média” e “classe operária”, no *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*, Editado por W. Outwaite & T. Bottomore, 1996: 92-100. Também no *Dicionário do Pensamento Marxista* (Ed. T. Bottomore, 1983) a discussão sobre as classes aparece mais clara nos verbetes “classe”, “classe dominante”, “classe média” e “classe operária” (p. 61-67). Ver ainda o verbete “classe”, no *Dicionário de Política*, de N. Bobbio, N. Matteucci e G. Pasquino (1992: 169-175), em especial, a parte “A teoria das classes em Marx”; e o verbete “proletariado” às páginas 1015-1018.

(8) Exemplo típico desse grave equívoco encontra-se na formulação de Ricardo Antunes, em sua conceituação de “classe-que-vive-do-trabalho”. Segundo ele imagina, até a famosa consigna de Marx-Engels, “Proletários de todo o mundo, uni-vos!”, deveria ser traduzida por “Assalariados de todo o mundo, uni-vos” – um completo absurdo – que na verdade serve para fundamentar sua designação de ser o “proletariado hoje”, “a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho e que são despossuídos dos meios de produção” (ANTUNES, 1999: 196). Mas Antunes vai muito mais longe em seu conceito amorfo de “classe trabalhadora hoje”: “é preciso dizer que ela engloba também o conjunto dos trabalhadores improdutivos, novamente no sentido de Marx” [??] (p. 197; grifo nosso). Em suas justas preocupações em fazer a crítica das tergiversações teóricas do “fim do trabalho”, Antunes se confunde mais ainda ao incluir na “classe-que-vive-do-trabalho”, um “subproletariado moderno, fabril e de serviços, que é part-time, que é caracterizado pelo trabalho temporário, pelo trabalho precarizado, como são os trabalhadores dos MacDonald’s, dos setores de serviços, dos fast-foods” (p. 199). Ora, não só a classe operária propriamente dita pode, e é, contratada para o trabalho temporário, como pode viver do trabalho precário (que significa simplesmente a queda na qualidade e na remuneração do posto de trabalho), não tendo isso nada a ver com “subproletariado”; do mesmo modo que trabalhadores assalariados em serviços pessoais para consumo individual, não podem ser rotulados pelo voluntarismo e o genérico de “subproletariado”. É também teoricamente errônea – para além de gratuita – a classificação de Antunes de “novos proletários”, para assalariados do comércio/intermediação como o dos setores “bancário, turismo, supermercados, os chamados serviços em geral” (p. 203).

(9) In: “Teses preparatórias para o XVI Congresso do PCP”, 200: 48-53; todos os grifos nossos.

(10) Ver o “Apêndice metodológico” ao *O desemprego juvenil dos anos noventa*, maio de 2001.

(11) Ver: “O de cima sobe e de baixo desce”, Revista *Carta Capital*, 9/5/2001.

Referências na próxima edição.

Apontamentos sobre o proletariado brasileiro

(final)

Dilermando Toni

O Brasil é um país capitalista medianamente desenvolvido, cuja economia destaca-se entre os países dependentes, situando-se entre as 10 mais avançadas do mundo. Bem atrás de países imperialistas, como os EUA, Japão, Alemanha, França, Itália e Grã-Bretanha – e da economia da China socialista que se desenvolve a passos rápidos – mas em patamar parecido ao de Canadá, Espanha, Coreia do Sul e Índia, depois dos quais vêm duas centenas de outros países.

O CAPITALISMO industrial brasileiro desenvolveu-se tardia e muito lentamente, no contexto de um país dominado. Seu início se deu após a abolição da escravatura, no final do século XIX, mais de 100 anos depois da revolução industrial inglesa – marco de passagem no sistema capitalista mundial para a fase superior da grande indústria mecanizada. Era a ocasião em que a indústria já se desenvolvia impetuosamente nos Estados Unidos e também na Alemanha, na França e em alguns outros países, quebrando o monopólio industrial inglês que durou quase um século⁽¹⁾. Até meados do século XX, a indústria têxtil foi a mais importante do país. Chegou a adquirir certo porte funcionando com máquinas importadas e energia a vapor basicamente. Em 1921 empregava 109 mil operários, 68% dos quais estavam no eixo São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais⁽²⁾.

Há apenas pouco mais de 50 anos,

com o caminho aberto pela revolução burguesa de 1930, o desenvolvimento industrial brasileiro ganhou impulso e o país começou a conhecer de fato a fase da grande indústria mecanizada, destacadamente de meios de produção; cujos marcos são a implantação da Companhia Siderúrgica Nacional, da Petrobras e das usinas geradoras de hidroeletricidade⁽³⁾. Um processo cujos motores foram o capital privado e estatal brasileiros e o capital estrangeiro. Abriu-se assim um novo período cujas transformações econômicas estruturais levaram à transição de um país agrário para um país industrial. Um caminho cheio de deformações e de dificuldades, particularmente nas últimas duas décadas, caracterizadas por uma estagnação dolorosa, constantes e profundas crises. Basta ver que, de 1975 a 2000 o crescimento médio anual do Produto Interno Bruto foi de apenas 1,56%. São marcas do capitalismo bra-

sileiro sempre condicionado por uma dependência crescente aos países centrais; mais recentemente agravada pela aplicação do projeto neoliberal.

Mesmo assim o país conta hoje com um importante e diversificado parque industrial desde a grande indústria pesada à de transformação. Produz meios de produção em larga escala, quase toda a energia que consome, possui considerável estrutura portuária e de transporte rodoviário. Os aviões são hoje o principal produto da pauta de exportações brasileiras. O Brasil possui as maiores reservas de minério de ferro do mundo e é o 8º maior produtor de aço em escala internacional, atualmente cerca de 28 milhões de toneladas. Esse setor, fundamental para o desenvolvimento industrial como um todo, foi ao longo de décadas, quase que totalmente alavancado pelo Estado brasileiro que ao todo fez investimentos na ordem de US\$ 40 bilhões para, no iní-

cio dos anos 90, privatizá-lo por cerca de US\$ 5 bilhões, dos quais US\$ 4 bilhões em moedas podres ⁽⁴⁾.

O campo brasileiro foi palco de profundas transformações estruturais. A produção agropecuária diversificou-se, cresceu e modernizou-se no sentido capitalista. Hoje prevalecem a grande agricultura capitalista mecanizada e os complexos agro-industriais. A produção de grãos passou de 50 milhões de toneladas em 1980 para 100 milhões em 2001/2002. Há um razoável grau de utilização de maquinaria (tratores, colheitadeiras e os implementos destas máquinas) e insumos (fertilizantes, agrotóxicos, sementes, rações, vacinas). Entre 1980 e 2000 foram comprados 534 mil tratores no Brasil. Em 2001 foram vendidos 35,5 mil máquinas agrícolas entre tratores, cultivadoras, colheitadoras e retroescavadoras.

De outra parte houve um desenvolvimento relativamente grande do que tradicionalmente se chama setor de serviços, sob a égide do capital. Dessa forma pode-se dizer que esse setor está hoje cada vez mais industrializado, como se disse que a expansão do capitalismo levou à transformação da agricultura em uma indústria ⁽⁵⁾.

O IBGE divulgou em outubro de 2001 o resultado da Pesquisa Anual de Serviços (PAS) realizada entre 1998 e 1999, onde faz uma atualização dos dados do "setor terciário". O resultado mostra que as empresas prestadoras de serviços de uma maneira geral compõem 58,3% do PIB brasileiro, acima da indústria com 24,8%, da construção civil com 9,1% e da agropecuária com 7,8%. Que conclusão se pode tirar desses números assim apresentados pelo IBGE? À primeira vista, de que os serviços são o que há de mais importante na economia brasileira... E que a indústria, "setor secundário", continua sendo superada...

O IBGE divide os serviços em quatro

tipos aos quais atribui pesos percentuais de acordo com o faturamento bruto de suas respectivas empresas. Não inclui nos serviços, como de costume, a indústria da construção civil, mas não chega a classificá-la como indústria. Esta, para o IBGE, tem o sentido estritamente fabril. Por outro lado, ao separar os serviços mercantis dos não mercantis, e destes o comércio e as finanças, facilita, de certa forma, a análise do trabalho produtivo e do trabalho improdutivo nos serviços e, portanto, a localização do proletariado.

Assim é que são colocados os números:

1) serviços mercantis não financeiros, 28,4% (maior que os 24,8% da indústria). Esse setor em 1999 produziu riquezas na ordem de R\$ 178,5 bilhões. Aí estão os transportes, a geração de energia, empresas de alojamento (hotéis e pousadas), empresas de alimentação (bares, lanchonetes e restaurantes), empresas de telecomunicações e de informática, os correios, empresas de vigilância e segurança etc, num universo total de 650 mil empresas;

2) serviços não mercantis, 16,5%. Aí se situam a administração pública, as ONG's e entidades que não têm fins lucrativos; e

3) comércio, 7,3%;

4) Serviços financeiros (bancos e empresas de crédito), 6,1%.

Já a *Gazeta Mercantil* no seu Balanço Anual 2001 adota uma sistemática de classificação um pouco diferente. Inclui nos serviços, entre outros, a produção de energia elétrica, os transportes e a construção civil, pois, tal como o IBGE, considera como indústria somente o setor fabril. Por esse método estatístico levaria a concluir-se que todos os trabalhadores desses setores estão fora do proletariado industrial.

É claro que não são todos os ramos dos serviços dos quais se poderia dizer que "geram riquezas", pelo erro primário de confundir geração de riquezas

com faturamento bruto das empresas, ou com receita líquida, critérios usuais de classificação das empresas. Mesmo nas empresas classificadas de serviços mercantis não financeiros há setores não produtivos; mas o fato é que há também ramos que geram riquezas no sentido de que seus trabalhadores têm sua força de trabalho comprada com capital, e que produzem excedente que se transforma em capital.

Se forem somados os setores produtivos: o que se inclui tradicionalmente na indústria (extrativa e de transformação), mais a indústria da construção civil, mais o que se classifica de serviços mercantis não financeiros e mais a agropecuária, teremos, pelos números do IBGE, 70,1% do PIB. Já os setores improdutivos, ou seja, bancos, comércio e serviços não mercantis juntos representam 29,9% do PIB. Essa é a base para uma análise mais correta. A classificação tradicional que divide a atividade econômica em setor primário, secundário e terciário espertamente esconde a realidade do capital, a sua relação com grande parte dos trabalhadores, particularmente no setor terciário (serviços). Essa é uma forma de vulgar e superficial que apresenta os serviços como a grande novidade, o novo capitalismo, para induzir à conclusão de que a indústria e a agricultura vão perdendo peso e os "serviços" crescem... Trabalhadores em serviços não são operários... A classe operária é algo decadente, declinante...

Traços sociais do Brasil

Em um país com tal nível de desenvolvimento capitalista e ao mesmo tempo dependente, as forças fundamentais da sociedade são a burguesia e o proletariado. A primeira é composta pela burguesia internacional e sua sócia, a grande burguesia brasileira. Nas encruzilhadas com que se defronta a nação, os rumos que tomará o país

se colocam em torno dos interesses dessas duas classes. Soberania ou dependência, democracia ou falta de liberdade, direitos ou exploração feroz dos trabalhadores, e, enfim, capitalismo ou socialismo constituem os pólos do choque permanente entre essas forças. O proletariado brasileiro é o maior interessado, o núcleo central das forças que buscam na soberania a solução do problema nacional, bem como a vigência de uma vida política democrática, pois, só assim, pode avançar na direção de seus interesses estratégicos. Equivocadamente, às vezes subentende-se que ao proletariado só interessam os problemas atinentes às suas condições de vida e de trabalho.

Fruto do desenvolvimento do capitalismo, 80% dos 170 milhões de habitantes do país vivem hoje em grandes regiões metropolitanas, cidades médias importantes e outras regiões urbanas menores. A estrutura de classes dessa população é bem diferente de 50 anos atrás. Do total dos brasileiros, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD – de 1999 do IBGE, diz que 130 milhões têm mais de 10 anos de idade, dos quais, aproximadamente 80 milhões compõem a denominada População Economicamente Ativa – PEA. Desse universo, cerca de 72 milhões trabalhavam de uma ou outra forma.

A grande burguesia, classe dominante no Brasil, é constituída de uma fração internacional e outra brasileira. São os donos do capital financeiro, os grandes empresários da indústria, comércio e rurais, além dos grandes empresários dos serviços: ensino, saúde, telecomunicações, comunicações, transportes etc. Aí está incluído um número reduzido de pessoas. A Receita Federal informa que nas declarações de Imposto de Renda de 2000 somente 106 mil brasileiros (89 mil homens e 17 mil mulheres) admitiram ter patri-

mônio superior a R\$ 1 milhão, ou aproximadamente US\$ 400 mil. Com suas famílias, devem chegar a umas 400 mil pessoas, algo em torno dos 0,25% da população brasileira. O país, diga-se de passagem, tem uma das mais altas concentrações de renda do mundo.

A grande burguesia internacional se faz presente no país através de investimentos crescentes nos mais variados setores. Desde indústria ao comércio varejista e comércio exterior, bancos, agricultura, empresas de serviços (transportes etc.). Pleiteia sempre as maiores garantias e liberdades para seu capital, que é apresentado como o grande “motor do desenvolvimento”. Em boa medida essa burguesia é representada por executivos das grandes empresas, regidamente remunerados. A grande burguesia brasileira abandonou qualquer veleidade de independência ou de projeto nacional. Economicamente tende à composição com o capital estrangeiro; politicamente é subserviente ao imperialismo.

O proletariado brasileiro cresceu e se diversificou muito. Como produto mais característico do desenvolvimento da grande indústria capitalista surge um novo proletariado fabril nos últimos 50 anos aproximadamente, que é o núcleo central do movimento operário, um segmento relativamente sólido e estável, o mais esclarecido e combativo do proletariado. Realizou grandes jornadas grevistas na passagem da década de 70 para a de 80. É uma importante base de apoio político dos partidos de esquerda. Os trabalhadores na indústria de transformação, segundo a PNAD/99, somam 8,3 milhões. Na indústria da construção estão empregadas outras 4,7 milhões de pessoas ⁽⁶⁾.

Em parte importante do assim chamado setor de serviços – produção de energia elétrica, transportes, entre vários outros ramos – também se desenvolveu um proletariado numero-

so e combativo nos últimos 30 anos. Na indústria dos transportes há cerca de 3 milhões de trabalhadores, incluídos os condutores e cobradores de empresas de ônibus urbanos e interurbanos, de frotas de caminhões (urbanos e interurbanos) e de táxis, mototrabalhadore, ferroviários, metroviários, aeronautas, portuários, marítimos, estivadores de uma maneira geral, trabalhadores dos Correios. Como um todo essa categoria cresceu muito e joga papel estratégico. Tem mostrado um enorme potencial de luta nos últimos anos. O IBGE diz que todo o setor dos chamados serviços mercantis não financeiros empregava 5,5 milhões de trabalhadores no país em 1999.

Convém registrar que há em todo o país um crescimento recente e acentuado dos serviços de motofrete. Estima-se que há no Brasil 800 mil motos em serviços de entrega e mais umas 200 mil como mototáxi. A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos tem a maior frota do país, cerca de 10 mil unidades. Por causa dessa demanda é que a produção nacional de motocicletas passou de 50 mil unidades em 1993 para 550 mil em 2000. Na capital paulistana há atualmente cerca de 150 mil mototrabalhadore, dos quais, 20 mil são mulheres, que fazem 270 milhões de entregas por ano. As condições de trabalho desses novos proletários são extremamente duras: salário médio em torno dos R\$ 850,00; jornada de trabalho diária que se inicia às 6 horas da manhã e se estende até a noite; quando o trabalhador tenha rodado entre 220 a 250 km em um trânsito brutal do qual ele é a principal vítima. Houve 14.220 acidentes envolvendo motos no Estado de São Paulo em 2000 ⁽⁷⁾.

O desenvolvimento do capitalismo no campo levou a um duplo fenômeno: ao mesmo tempo em que, em relação ao conjunto da população do país diminuiu a população rural, cresceu entre

ela o proletariado. É necessário tomar cuidados para separar com algum rigor os assalariados agrícolas dentre as 17 milhões de pessoas (das quais quase 50% estão no Nordeste) que se declararam ocupadas em atividades agrícolas ao IBGE, o que foge ao alcance deste artigo. De qualquer forma, os proletários rurais somam-se ao contingente proletário urbano e constituem reforço importante às suas lutas.

O semiproletariado no Brasil é numeroso e basicamente urbano por causa do nível de desenvolvimento capitalista atingido. A rigor não pertencem à categoria dos trabalhadores produtivos nem à dos improdutivos. Aí se encontram os ambulantes, os chamados trabalhadores informais e precários, bem como os trabalhadores rurais que se empregam nas épocas das colheitas e, ainda, os perueiros e taxistas, proprietários de seus veículos, artesãos e “trabalhadores por conta própria” de uma maneira geral. Calcula-se que cerca da metade da PEA, cerca de 40 milhões de pessoas, pertença a essas categorias.

A enorme massa de trabalhadores desempregados – cerca de 6 milhões de trabalhadores, considerando-se a taxa de 7% da PEA para o desemprego aberto – e excluídos da PEA (por não terem procurado emprego em período imediatamente anterior às pesquisas regulares do nível de emprego) faz parte, em boa medida, da massa proletária. Entre os desempregados a faixa mais numerosa é de jovens.

A população improdutiva tem uma composição variada. Desde os trabalhadores domésticos, empregados administrativos, na esfera pública e na privada, de uma maneira geral, comerciários, bancários, integrantes das polícias e das forças armadas – todos esses assalariados não produtivos –, passando por aposentados e pensionistas e também juizes, boa parte dos advoga-

dos e outros “profissionais liberais”, o clero, até os rentistas e os burgueses de uma maneira geral (indústria, comércio, agricultura e bancos). No comércio e nas finanças não há valorização própria do capital. O comerciante reparte com o industrial a mais-valia extraída por ele, o banqueiro valoriza seu capital pelos juros de empréstimos a particulares (especialmente empresários) ou ao governo.

Seria um erro primário não fazer as distinções necessárias dentro da população improdutiva do ponto de vista do capital. Os setores assalariados explorados, majoritários, são aliados naturais do proletariado. É o caso dos bancários, uma combativa categoria que vem diminuindo de número com a modernização do setor, mas que mesmo assim soma hoje cerca de 350 mil trabalhadores; dos comerciários, que se situam em torno de 5 milhões de pessoas; dos trabalhadores domésticos que passam dos 5,3 milhões, dos quais 4 milhões não têm carteira assinada. É o caso também dos aposentados e pensionistas que chegam aos 13 milhões (que não estão incluídos na PEA), e da ampla maioria dos empregados nos diversos níveis da administração pública cujo total chega a 3,3 milhões segundo o IBGE.

A geografia do proletariado brasileiro mantém-se a mesma com pequenas alterações. Há uma forte concentração nas regiões Sudeste e Sul, particularmente na primeira e, nesta, no Estado de São Paulo. Nos últimos anos percebe-se um movimento de mudança da localização de importantes plantas industriais em direção ao interior de São Paulo, sul de Minas Gerais e também para certas áreas do Nordeste e Norte (caso da Zona Franca de Manaus). Isso se dá num quadro de expansão do capital que procura melhores condições de lucro, quer através de incentivos oficiais, quer através da diminuição dos salários como no caso

das empresas de São Paulo que se transferiram do ABC e da capital para o interior, nas quais os salários foram reduzidos em 20%, segundo o professor Rodolfo Prates da USP.

A indicação geral, mesmo considerando-se o tratamento ainda precário dos dados e da pesquisa é de que o conjunto do contingente proletário forma junto com o semiproletariado e com os trabalhadores assalariados explorados – sempre considerando os trabalhadores e suas famílias – a grande maioria da população do país. Em certa medida tem destaque dentro do proletariado mundial. É uma força em ascensão, numérica e politicamente, e não uma força declinante. Isso, sem dúvida, é um fator objetivo de aproximação do socialismo.

Dilermando Toni é jornalista e membro da direção nacional do PCdoB.

Notas

- (1) ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Prefácio à edição alemã de 1892. Afrontamento, 1975.
- (2) STEIN, Stanley J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil - 1850/1950*, p. 111. Campus, 1979.
- (3) LIMA, Haroldo. “A crise energética e a pusilanimidade do governo”, revista *Princípios* nº 62.
- (4) *Gazeta Mercantil*, 13/8/2001.
- (5) Marx refere-se a isso dizendo: “O capital é a força econômica da sociedade burguesa que tudo domina. Constitui necessariamente o ponto de partida e o ponto de chegada. (...) a agricultura torna-se cada vez mais um simples ramo da indústria e acha-se totalmente dominada pelo capital”, *Introdução à crítica da economia política*, p. 236. Estampa, 1971. Lênin, ao fazer a análise de classes da sociedade russa, vai na mesma direção: “O processo de especialização que separa diferentes tipos de transformação dos produtos, conduzindo à criação de um número sempre crescente de ramos industriais, manifesta-se também na agricultura. (...) transforma a própria agricultura em uma indústria.” Lênin, V. I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. Cap. I, p. 14. Abril Cultural, 1982.
- (6) Por precaução convém registrar o desencontro de dados relativos aos trabalhadores industriais. No caso da cadeia industrial têxtil, por exemplo, o IBGE informa que em 1998 havia 604.481 pessoas ocupadas no setor. Já a Associação Brasileira de Indústria Têxtil e da Confecção – Abit, informa que em 2000 havia 22 mil empresas no setor, com faturamento de US\$ 20 bilhões, exportações de US\$ 1,2 bilhão e 1,4 milhão de trabalhadores.
- (7) *Gazeta Mercantil*, 10/9/2001.

O proletariado do século XXI – roteiro para um estudo

Bernardo Joffily

A conformação atual da classe dos modernos trabalhadores assalariados exige a investigação concreta da realidade

As classes sociais são seres históricos. Possuem uma inserção determinada, e relativamente estável, no processo da produção e distribuição das riquezas, e na luta que daí deriva. Mas têm também sua trajetória, que inclui nascimento, vida e morte, avanços e retrocessos, crises, e transcorre simultaneamente nas esferas da objetividade e da subjetividade, da “classe em si” e da “classe para si”.

TOMEMOS a burguesia: o *Manifesto Comunista* descreve sua trajetória: a origem remota nos burgos medievais, as Grandes Navegações, a fase das manufaturas e sua superação pela grande indústria, o nascimento do mercado mundial. “Vemos portanto que a própria burguesia é o produto de um longo processo de

desenvolvimento, de todã uma série de revoluções nos modos de produção e de troca. Cada etapa da evolução percorrida pela burguesia era acompanhada de um progresso político correspondente.”

Temos portanto uma classe única – a burguesia – mas em incessante metamorfose. Os personagens típicos que

encamaram cada fase desse processo diferem bastante entre si: O modesto burguês da Idade Média, recém-saído da servidão, amalhando seu pecúlio à sombra do castelo senhorial, e só sonhando em ser fidalgo, como na atilada caricatura feita por Molière. O burguês mercantil do Renascimento, protagonista da epopéia das Nave-



gações – o primeiro grande passo adiante na senda da mundialização. O burguês manufatureiro pré-industrial, pioneiro da socialização do trabalho. O burguês da Revolução Industrial (1780-1840), quando o capitalismo afinal se afirma como sistema hegemônico, e a burguesia impõe sua dominação de classe, econômica e política. O grande burguês financeiro da virada para o século 20, já na época do imperialismo, à frente de seu grupo monopolista que combina bancos e indústrias, atuando em escala planetária. Ou ainda o burguês-especulador financeiro dos nossos dias, versão exacerbada do precedente, aplicando dinheiro on line pelo planeta afora, de preferência no mercado de futuros, tão completamente divorciado do mundo do trabalho que muitas vezes nem será capaz de dizer qual processo produtivo real alimenta a alucinada acumulação de seu capital.

Vista assim, a voo de pássaro, a epopéia multissecular da burguesia aparece como uma longa marcha que divorcia sempre mais a propriedade do trabalho.

A historicidade se manifesta tanto no tempo como no espaço. A mesma classe burguesa assume em cada lugar suas características próprias, seu jeito de ser nacional, ou mesmo local, ditado pelas circunstâncias que a história lhe impôs.

E, por fim, a mesma historicidade que marca a “classe em si” condiciona – e, em última instância, determina – a trajetória da classe “para si”, sua subjetividade, sua consciência, suas organizações, seu comportamento nas diversas esferas da luta de classes.

A saga histórica do proletariado

O *Manifesto* não descreve senão tangencialmente o desenvolvimento histórico do proletariado. No entanto, ele mereceu repetidamente as aten-

ções de Marx e Engels, desde *A situação da classe operária na Inglaterra* (1845). Uma reconstituição sistemática dessa saga, do século 18 ao 21, ajudaria imensamente a jogar luz sobre os problemas que nos ocupam hoje.

Ela decerto identificaria nos primeiros passos da classe, pari passu com a Revolução Industrial na Inglaterra, uma prolongada e dolorosa fase crítica que poderíamos batizar de crise original do proletariado. Os artesãos arruinados, os camponeses arrancados da terra pelos inclosures, os pobres livres de diversos tipos onde se recrutou a nova classe tardaram a dar-se conta de sua nova identidade. Perto de duas gerações transcorreram entre as primeiras fábricas, nos anos 1780, e os primeiros sindicatos, quatro décadas depois. Duas gerações de perplexidade e atonia, prostituição e alcoolismo, suicídios, infanticídios, seitas esotéricas, entidades dedicadas à temperança, à educação ou à caridade, desagregação de formas de organização multisseculares como os grêmios corporativos, desesperadas tentativas de retornar ao antigo status, como as dos luddistas que viam nos teares mecânicos os causadores das suas desgraças.

A introdução do padrão produtivo taylorista-fordista (às vezes referida como uma “Segunda Revolução Industrial”) também abriu uma fase crítica, embora de duração e profundidade menores. O gênio de Charles Chaplin retratou-a em *Tempos modernos*. O próprio Henry Ford não encontrou trabalhadores para operar suas linhas de montagem, até que decidiu dobrar o salário-hora do mercado. Quando o novo padrão se impôs, o sindicalismo acusou o golpe de um sistema que o hostilizava abertamente (“Na administração científica do trabalho – (escrevia Taylor) –

não há lugar para o sindicato ou qualquer outro organismo de mediação coletiva”). Nos EUA dos anos 1910-1920, entidades de peso como a United Mine Workers (dos mineiros) e a International Ladies Gardient Workers (dos têxteis) quase desapareceram. Em 1932, o presidente da American Economic Association, patronal, profetizava: “A influência do sindicato na América está sendo lenta mas inexoravelmente circunscrita por mudanças que destroem os próprios alicerces sobre os quais o sindicato se apóia. Não há razão para supor que este processo se inverterá na próxima década”.

Porém a vida acabou refutando esse agouro e tantos outros semelhantes. A classe dos assalariados que produzem o capital superou tanto uma como outra crise, impulsionada por processos que derivam da lógica inerente à reprodução capitalista. E quando usamos o termo crise, empregamo-lo no seu sentido original e mais abrangente, que não tem necessariamente conotação negativa, indicando os estados de acentuada instabilidade que em geral acompanham as mudanças de qualidade, sejam elas regressivas ou progressivas.

A atual crise da classe

Pois bem: nossa classe, ao fim de perto de dois séculos de existência (o que não é muito aos olhos da história), vive, mais uma vez, um desses momentos cruciais. A crise atual deriva de uma síndrome de causas, que se catalizou no último quartel do século 20 e ainda perdura.

Entre esses fatores entrelaçados, destacam-se: 1) Uma notável virada na revolução produtiva burguesa (também chamada “Terceira Revolução Industrial”), que reconfigura a base técnica-material e a orga-

nização da produção, as forças produtivas, as relações técnicas de trabalho e até aspectos das relações sociais de produção do capitalismo.

2) Uma prolongada fase – 28 anos, a contar de 1973 – de relativa estagnação da produção capitalista mundial, que coexiste e conflita, crescentemente, com o vertiginoso salto adiante da tecnologia e da produtividade; 3) Já no plano superestrutural, a derrota da experiência socialista soviética e das democracias populares leste-européias, a imposição da “nova ordem” norte-americana e a ofensiva neoliberal; 4) E, por fim mas não por último, as vicissitudes do pensamento marxista, que se encontra atrasado no exame desta realidade nova.

Do ponto de vista da classe dos modernos trabalhadores assalariados explorados pela burguesia, esta síndrome tem efeitos contraditórios. Os mais evidentes, porém, atingem duramente o proletariado:

1) Em primeiríssimo lugar, a onda mundial e estrutural de demissões e a dimensão inédita do exército de reserva dos desempregados.

2) Crescimento do trabalho terceirizado, parcial e precário, e da legião dos chamados “excluídos” (termo de duvidoso rigor teórico).

3) Mudanças de vulto no perfil da classe, nos seus diversos segmentos e nos mais diferentes aspectos, desde o gênero (feminização), a composição etária (juvenescimento), a instrução (intelectualização), a qualificação (“polivalência”), o componente étnico (presença crescente da mão-de-obra imigrante nas metrópoles capitalistas), as relações técnicas de trabalho (drásticas mudanças no ranking das categorias profissionais, com a desaparecimento de muitas e o surgimento de outras tantas).

4) Uma aparente diferenciação, fragmentação e em certos casos pul-

verização da classe, também em diferentes órbitas – espacial, profissional, de vínculo empregatício, etc.

5) A ofensiva patronal contra os direitos trabalhistas conquistados ao longo do século 20 (mais especialmente nas três décadas pós-II Guerra, fase de relativa prosperidade capitalista e ascenso das lutas dos trabalhadores): flexibilização, desregulamentação e desproteção das relações trabalhistas; degradação e pauperização (relativas e em muitos casos absolutas) das condições de existência da classe.

6) Ensurdecidora e artilosa campanha ideológica patronal – essencialmente mentirosa, mas tirando partido de elementos reais –, tendo por base o pensamento único neoliberal e por discurso a “parceria”, a “competitividade”, a “modernidade” e a “globalização”. Contestação – à direita e à “esquerda” – da centralidade do trabalho, do proletariado, de seu papel social e seu projeto histórico.

7) Refluxo, prolongado e generalizado, embora desigual, da luta de classe do trabalho contra o capital, a partir de sua manifestação mais básica e encontrada sob o capitalismo, o movimento grevista.

8) Refluxo do nível de consciência da classe.

9) Refluxo, ainda, do nível de organização da classe, em especial das suas formas basilares, o sindicato e o partido. Guinadas à direita ou fortalecimento das tendências de direita em não poucas dessas organizações. Queda das taxas de sindicalização. Ascensão de outras formas – movimentos, ong’s –, frequentemente tomadas como alternativas e até rivais.

Essas manifestações configuram a presente crise do proletariado. Seu fulcro é o oitavo dos itens elencados acima. Trata-se essencialmente de uma crise de consciência, ou, para

sermos mais precisos, uma crise de autoconsciência, de identidade. Nossa classe encontra dificuldades em reconhecer-se. É como a adolescente que se olha no espelho mas não se identifica com o que vê: a subversão hormonal é vertiginosa demais, perturbadora demais; ela não enxerga no seu reflexo a linda mulher que desabrocha, mas apenas as espinhas que lhe enfeiam a epiderme.

O próprio fato de usarmos neste debate uma designação – proletariado – de uso corrente no século 19 mas hoje aposentada no linguajar coloquial, não deixa de ser um sintoma colateral das dificuldades que defrontamos. Uma classe que não se reconhece tampouco se designa.

A crise afeta com especial virulência o operariado fabril clássico, núcleo fundador e estruturador da classe. É ele que arca com o peso principal dos sintomas listados acima. Não por acaso alguns, inclusive à esquerda, designam nossa época como “pós-industrial”. Por diversas razões, que incluem considerações sociais e políticas, o capitalismo contemporâneo caminha no sentido contrário das gigantescas unidades fabris que no passado referenciavam a existência e a luta da classe, como a Usina Putílov, com 40 mil operários, na São Petesburgo de 1917, ou a Volks-São Bernardo, com 46 mil, na Grande São Paulo de 1980. Hoje, a produção da Volkswagen do Brasil se dá em cinco unidades industriais, espalhadas inclusive fora do Estado de São Paulo; a unidade de São Bernardo opera com perto de 20 mil trabalhadores, incluindo-se os terceirizados, e o plano da empresa é reduzi-los à metade.

Ora, é fato historicamente comprovável que uma mesma classe social pode assistir a deslocamentos do seu núcleo central. A própria burguesia teve por centro dinâmico inicialmen-

te o segmento mercantil; mais tarde o industrial e em seguida o financeiro. A escravaria brasileira esteve nuclearizada sucessivamente nos canaviais nordestinos (séculos 16-17) nas lavras das Minas Gerais (século 18) e nos cafezais fluminenses e paulistas (século 19).

Este exame e este debate requerem, porém, como pressuposto, uma análise mais detida do que vem ocorrendo de fato com a classe no seu conjunto. Nossa hipótese de trabalho é que ela desmentiria não poucas “evidências” aparentes e nos brindaria com gratas surpresas.

Um proletariado expandido

Na época dos fundadores do marxismo, o proletariado praticamente se confundia com o operariado fabril. Marx e Engels, e, depois deles, Lênin, empregaram correntemente os termos “proletariado” e “classe operária” como sinônimos.

Contudo, já então essa identidade convivia com exceções. A classe incluía segmentos não fabris, como os assalariados agrícolas, mineiros, ferroviários, marítimos, portuários, trabalhadores da construção civil. E Marx, se não nos deixou uma definição de proletariado, indicou (n’*O Capital* e sobretudo nas anotações para *O Capital*, que não chegou a ver publicados) que este não se cinge às fábricas, ou à produção de bens materiais, mas sim à produção de mais-valia, à reprodução do capital.

Naqueles idos do século retrassado, e ainda hoje, o paradigma dessa relação social tinha e tem por cenário a indústria de transformação, a fábrica. Porém, o conteúdo definidor da relação capitalista e da condição de classe da dualidade burguesia-proletariado não se prende a este cenário. Daí o emprego por Marx de exemplos de trabalhadores produtivos

de mais-valia que ainda hoje horrorizam os adeptos de certa leitura tacanha do marxismo: o escritor, o professor, a cantora de ópera.

O que assistimos, cada vez mais, é a generalização do paradigma industrial, um fenômeno que bem poderia ser designado industrialização. Sob o império do mercado, industrializam-se a agricultura e toda uma imensa gama de serviços produtivos de capital (fenômeno que se reflete e se entrelaça, com conteúdo distinto, nos processos de trabalho não produtivo de mais-valia, especialmente os da esfera da circulação de mercadorias e de capital). Na órbita dessa industrialização, o assalariamento – compra de força de trabalho pelo capital – continua a se expandir na totalidade do mundo capitalista. E o mesmo conteúdo básico de classe contagia outras formas de relação capital-trabalho (como, entre tantas outras, os contratos de “prestação de serviços” decorrentes da terceirização) que constituem em essência relações de salariedade camuflado.

Este é também um processo histórico: as tendências do futuro se entrelaçam com os resquícios do passado; e a realidade dos fatos coexiste com sua percepção, sempre imperfeita, diferenciada, contraditória, na consciência social. Os médicos, para tomarmos um exemplo entre muitos, duas gerações atrás eram de fato, via de regra, profissionais liberais. Hoje, renderam-se em massa ao assalariamento, explícito ou camuflado, ainda que este seja um processo inconcluso na sua objetividade e mais ainda na imagem que a categoria projeta de si própria.

A diferenciação, fragmentação, em certos casos pulverização da classe dos assalariados produtivos de capital, é outro fenômeno que reclama exame mais profundo. Também aqui,

a tendência dominante na superfície convive com seu contrário que impera nos subterrâneos da ordem econômico-social. Na superfície dos espaços geográficos, a classe efetivamente se desconcentra – e isso de fato acarreta não poucos desafios para sua ação social e política imediata. Porém, o que ocorre nas profundezas das relações de propriedade e de trabalho? O capital se concentra, e se rearranja em uma rígida hierarquia de subordinações intracapitalistas. A força de trabalho que ele contrata pode estar espalhada por incontáveis estabelecimentos, empresas, cidades e países, submetida a relações contratuais muito distintas, mas nem por isso deixa de formar, no fundo, uma classe única e crescentemente coesionada no conteúdo de sua condição de antípoda da burguesia. Nesta esfera, nem sempre evidente, mas em última instância, decisiva, a tendência à polarização crescente da sociedade burguesa, apontada no *Manifesto Comunista*, mantém integral atualidade.

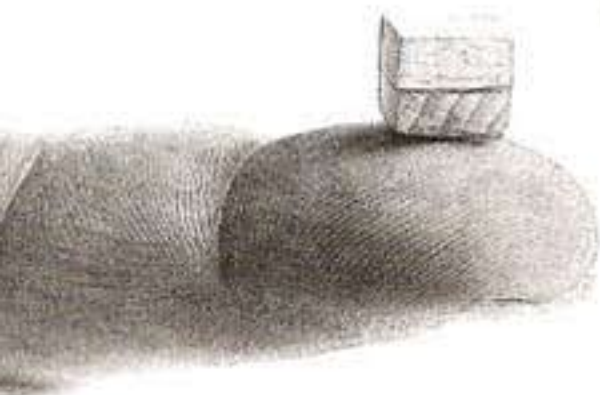
Vistas as coisas assim – no seu conteúdo e na sua tendência – podemos distinguir, em meio às vicissitudes deste começo de século, uma espécie de proletariado expandido. Seus contornos ainda não estão inteiramente dados. A própria velocidade da expansão, assim como as vitórias da burguesia no apagar das luzes do século passado, contribuem para retardar o amadurecimento da sua identidade de classe. No entanto, se o ser social determina a consciência social, mais dia menos dia esta identidade mais há de emergir da prática social contemporânea. E neste particular decisivo – nunca é demais sublinhar – o protagonismo cabe à subjetividade, à ação consciente da classe, de seus líderes e pensadores, de suas organizações e partidos. ■

Bernardo Joffily é jornalista.

Malhas da liberdade

Entrevista com Cildo Meireles

Por Priscila Arantes



Cildo Meireles tem desempenhado um papel chave dentro da produção artística nacional e internacional. Situando-se na transição da arte brasileira entre a produção

neoconcretista do início dos anos 60 e a de sua própria geração, já influenciada pelas propostas da arte conceitual, instalações e performances, as obras de Cildo Meireles dialogam não só com as questões poéticas e sociais específicas do Brasil, mas também com os problemas gerais da estética e do objeto artístico.

Durante os anos 70 e 80 Cildo Meireles arquitetou uma série de trabalhos que faziam uma severa crítica à ditadura militar. Obras como *Tiradentes: totem monumento ao preso político* ou *Introdução a uma nova crítica*, que consiste em uma tenda sob a qual se encontra uma cadeira comum forrada com pontas de prego, são alguns trabalhos de cunho político do artista. Neles a questão política sempre vem acompanhada da investigação da linguagem. *Inserções em circuito ideológico: Projeto Coca Cola*, por exemplo, consistiu em escrever, sobre uma garrafa de Coca Cola, um dos símbolos mais eminentes do imperialismo norte-americano, a frase *Yankees go home*, para, posteriormente, devolvê-la à circulação. Além da questão política o projeto faz referência a toda problematização desenvolvida pelos movimentos de vanguarda e por Marcel Duchamp no início do século; uma espécie de *ready made* às avessas.

POR OUTRO lado Cildo examina a falibilidade da percepção humana, os processos de comunicação, as condições do espectador, a relação da obra de arte com o mercado. Em *Malhas da liberdade*, um de seus trabalhos mais importantes, investiga o espaço. Dialoga com a física e a matemática contemporânea, questiona as premissas da visão euclidiana e newtoniana do espaço, construindo um espaço ambíguo e paradoxal – inserindo, dessa forma, seus trabalhos dentro das questões mais instigantes da arte contemporânea.

Seus trabalhos não têm uma forma específica. Podem variar de uma grande instalação como *Desvio para o vermelho*, a um minúsculo cubo de madeira como *Cruzeiro do sul* ou até mesmo a uma série de desenhos em papel. Podem incorporar objetos da vida cotidiana, cores, espaços, esculturas, notas de dinheiro, garrafas, jornais, cordões.

Arte conceitual, instalações, arte física, desenhos neo-expressionistas, arte política, são alguns dos nomes que poderíamos nos utilizar para fazer referência aos trabalhos deste artista carioca. Mas não seria suficiente. Compreender os trabalhos de Cildo Meireles é mergulhar dentro de um espaço ambíguo que procura oferecer sempre um outro caminho, sempre um outro sentido, diverso daquele que nos parece ser o mais usual. O fio condutor de sua obra é a manifestação de uma tensão constante – a arte parece ser um instrumento, um meio para despertar a nossa consciência. Seja enfocando a questão política, social, econômica ou estética, seus trabalhos sempre procuram evidenciar a falibilidade e o limite de nossa compreensão.

Princípios – Seus primeiros trabalhos, na década de 60, têm um duplo aspecto. Por um lado você desenvolve uma série de desenhos figurativos ligados à crítica social e política. Por outro, trabalhos mais experimentais, onde você parecia estar preocupado em problematizar a visão tradicional e euclidiana do espaço. Fale um pouco de seus primeiros trabalhos e de como você articula os de cunho mais político com os experimentais.

Cildo Meireles – Tem uma parte da minha produção que é explicitamente política, mas uma coisa que sempre faço questão de ressaltar é que, mesmo quando estava fazendo estes trabalhos, não estava fazendo panfletarismo. Por outro lado sempre procurei desenvolver a questão da linguagem mesmo (...). No começo dos anos 60 comecei a trabalhar com desenhos que se referiam muito às questões sócio-políticas. É difícil determinar o que me fez seguir por este caminho, mas há uma história de infância que gosto de contar porque, de certa

forma, é uma metáfora da condição do artista. Quando eu tinha uns sete anos fui passar uns dias na casa da minha avó materna numa cidadezinha da periferia de Goiânia. Era um lugar ermo, uma espécie de sítio. Um dia vimos um andarilho, maltrapilho, um homem pobre, andando no meio do mato cerrado, perto de nossa casa, a uns 400 metros de nós. No dia seguinte, logo ao levantar, voltei ao local. Percebi que o andarilho tinha passado a noite lá. No lugar, tinha deixado uma casinha feita de gravetos, de madeira, uma casa lindíssima, uma espécie de maquete de uma casa, com tudo funcionando, com portas e janelas. Eu nem formulava desta forma, mas era como se eu tivesse ganhado, de alguém cujo nome nem sabia, um presente...

Esse fato marcou minha vida artística (...). Por outro lado, meus desenhos figurativos derivavam de um impacto de uma exposição em Brasília, em 1963, do acervo de máscara e esculturas africanas da Universidade de Dakar. Outra de minhas influências, ainda nos anos 60, foi o cinema de animação, principalmente os cinemas tcheco e polonês: ali tinha uma certa ação e energia que eu queria incorporar ao desenho. Entre 64 e 68 desenvolvi uma quantidade enorme de desenhos expressionistas. Mas chegou um momento que eu tinha necessidade de partir para um outro campo. Quando voltei para o Rio de Janeiro, em 67, experimentei uma sensação de catalepsia; a mesma que tinha me ocorrido quando era criança e estava na casa da minha avó. Na época tive a impressão de ver uma mulher saindo de um canto de uma parede: era uma senhora já com rugas. Sorrindo, ela caminhava em minha direção. Até que houve um momento que ela parou e assim, como tinha vindo, começou a voltar lentamente, até desaparecer no canto. (...) Esta mesma sensação em 67 me fez pensar na situação do canto (...).

Princípios – Você está fazendo referência a seus trabalhos como Espaços virtuais: Cantos onde você parece questionar as premissas de uma visão tradicional do espaço a partir da construção de espaços muitas vezes ambíguos e paradoxais que transgridem a lógica da percepção normal?

Cildo Meireles – Sim, toda a série de trabalhos baseados nos princípios euclidianos do espaço, que inclui *Espaço Virtuais: Cantos*, começou a partir daquele momento. Esses trabalhos utilizavam três planos para definir uma figura no espaço: o plano vertical, o de perfil e o horizontal. Toda a série é baseada nesse princípio. *Os espaços virtuais: cantos* evoluíram

assim: primeiro com uma série de desenhos, uns projetos que procuravam problematizar a questão do canto e dos cruzamentos. Depois eles evoluíram para espécies de maquetes e ambientes que se parecem com cantos de salas (...). Na verdade, o canto é o lado interno de uma esquina. Toda esquina... Todo prédio tem a esquina do lado de fora, mas do lado de dentro é o canto. É esse aspecto paradoxal do dentro e fora, da esquina que é canto, que me interessava nesses trabalhos.

Princípios – *Com o neoconcretismo, movimento iniciado no Brasil na década de 60, se efetiva a ruptura definitiva com o espaço da representação, o que conduzirá à necessidade da obra posicionar-se no espaço real, vivenciado pelo espectador. Este é o caminho adotado por Lygia Clark e Hélio Oiticica, quando rompem com o quadro, construindo diretamente no espaço. Como você situa esta série de trabalhos com as preocupações dos neoconcretos?*

Cildo Meireles – O canto é uma espécie de *start* para outros interesses. É claro que podemos fazer uma associação com os movimentos da história da arte, com os construtivistas. De certo modo até passaria por Mondrian (...) e de uma certa maneira pelo neoconcretismo. Mas o meu objetivo na época era não tornar minha preocupação em um objeto muito árido, excessivamente intelectual e abstrato. Queria traduzir minhas idéias em formas objetivas. Queria trazer aquela discussão para um sistema referencial identificável. O exemplo mais facilmente identificável da questão do canto é o canto interno de uma construção, o que, por outro lado, gerou uma série de equívocos, de associações do canto à problemática da arte pop. Ali não era a questão pop que me interessava, mas o espaço mesmo e a possibilidade da interação do espectador com a obra. Ou seja, apesar de estar trabalhando ainda no campo estritamente visual já havia aqui a introdução de um outro elemento que não era mais visual: o deslocamento do observador.

Princípios – *Na década de 70 Robert Rauschenberg com sua obra já icônica Spiral Jetz manifestou sua concepção de land art e o sentido de imensidão e falta*

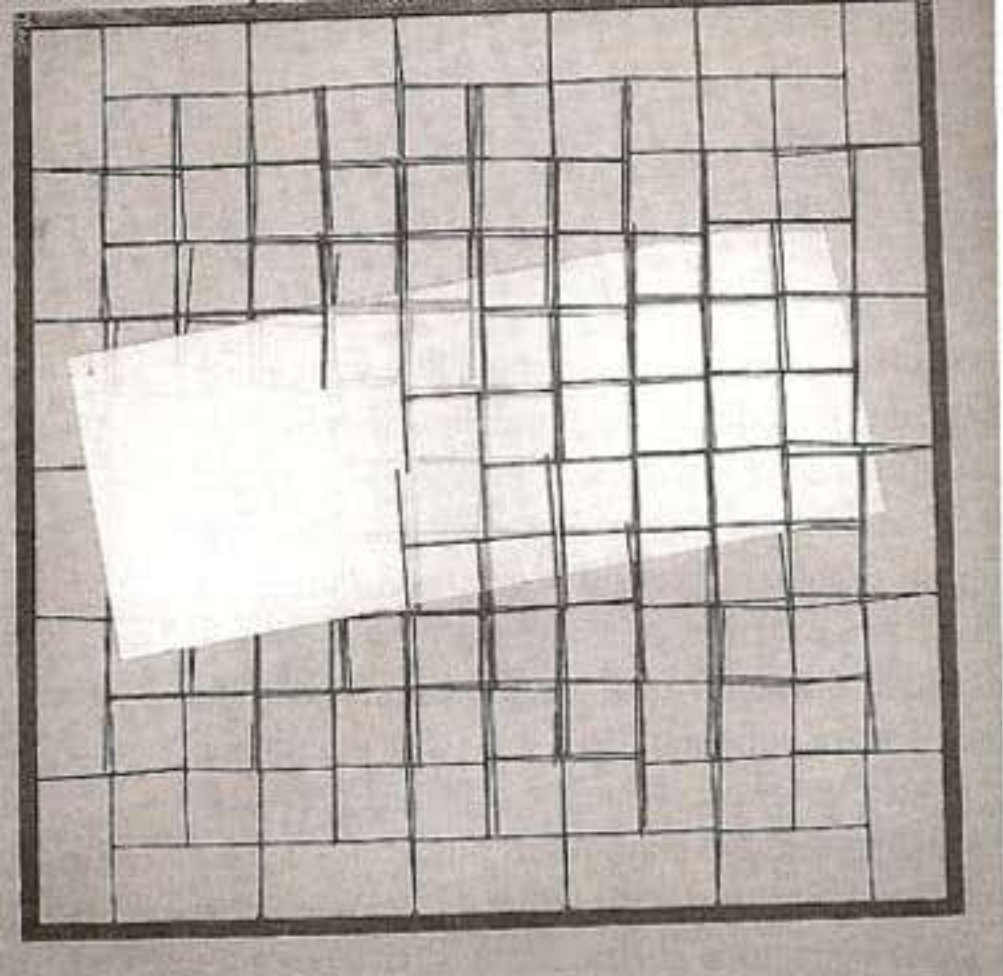


Montagem da obra

de limites característicos dos espaços naturais. A questão que se colocou para os integrantes deste movimento não dizia respeito necessariamente ao tamanho da obra, mas de criar uma escala que colocasse em debate a percepção humana. Muitas das exposições de land art são fotos e/ou materiais como pedras, terra etc tirados de espaços naturais e colocados dentro do espaço da galeria. Esta preocupação também parece estar presente em alguns trabalhos como Mutações geográficas: fronteira SP/RJ (1969) que consiste na reprodução, em uma maleta de couro, do padrão topográfico entre o Rio de Janeiro e São Paulo. Como você situa o seu trabalho em relação às propostas da land art?

Cildo Meireles – *Mutações Geográficas* faz parte de uma série de trabalhos que dei o título genérico de arte física. Mas meus trabalhos de arte física começaram por volta do final dos anos 60 quando eu trabalhava especialmente com cordões. O objetivo desses projetos era demarcar, com os cordões, um espaço de uma escala e dimensão grandes, como, por exemplo, a linha ao longo da costa do estado do Rio de Janeiro ou da cidade de Parati, ou a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas (...). Os trabalhos consistiam nos cordões que foram utilizados para demarcar o local e mapas e/ou fotos das regiões demarcadas.

Um desses trabalhos de arte física foi *Caixas de Brasília/Clareira* (1969) que era um trabalho com três caixas, que desenvolvi em Brasília na região do Lago Norte. Fui a um determinado espaço, abri uma clareira e fiz um buraco. Em uma caixa coloquei terra, parte da terra do buraco que eu fiz. Na outra, cinzas, porque quando estava lá queimei alguns gravetos. Enterrei, então, no mesmo lugar essas duas caixas, com terra e cinza. O trabalho é exatamente a caixa que sobrou e a



Malhas da Liberdade.

documentação fotográfica do evento. Aliás, *Caixas de Brasília* tem relação com alguns trabalhos que eu desenvolvi nos anos 70 que fizeram parte de uma série de inserções que eu fiz em jornais (...). Um dos primeiros trabalhos que fiz nesta linha foi em janeiro de 70, na área dos classificados do *Jornal do Brasil*. A idéia era criar, naquela quantidade de classificados e informações, uma clareira. Comprei um espaço, que eu chamei de área n1, assinei e datei. Depois fiz um outro que tinha o título de *Vendendo a Amazônia* que era também nos classificados, e cujo texto não tinha verbo (...).

Princípios – *Entre os anos 70 e 80, você desenvolveu uma série de trabalhos de cunho político que fizeram uma alusão direta à violência e à tortura. Em Cruzeiro do Sul (1969/70) você parece problematizar os assassinatos de uma comunidade indígena.*

Cildo Meireles – Esse trabalho faz referência a uma região chamada Bico do Papagaio que é uma pontinha do estado de Goiás, que agora é Tocantins, Maranhão e Pará e que, de certa forma, minha história pessoal passa por lá. Um dia meu pai recebeu um telegrama de um pastor denunciando um massacre na região. Meu pai foi enviado para lá para fazer um relatório administrativo. Quando chegou, acabou se envolvendo na causa, o que acabou até afetando sua carreira. Ele descobriu que o massacre era o segundo contra um mesmo grupo de índios. O primeiro tinha acontecido uns 15 anos antes, por um grupo de fazendeiros liderados por Raimundo Soares. Esse grupo de fazendeiros estava interessado nas terras indígenas (como sempre este é um problema fundamental no mundo, no Brasil e fora do Brasil). Eles se reuniram, alugaram um avião para sobrevoar a região da aldeia jogando roupa infectada: guerra bacteriológica. Em 15 dias a população foi

reduzida de 4 mil para 400 habitantes. Dos que sobraram, metade enlouqueceu, saiu andando, ou, se tornou alcoólatra. Meu pai descobriu que tinha havido este primeiro crime, e o segundo... Quando ele levantou essa história, transformou o inquérito administrativo em policial, levando o responsável ao Tribunal. O cara foi julgado, condenado, e, pela primeira vez no Brasil, alguém foi condenado por matar índio. *Cruzeiro do Sul*, que faz parte dos meus trabalhos em arte física, tinha como objetivo falar disso.

Princípios – *Um de seus trabalhos mais conhecidos é Desvio para o vermelho, uma instalação monocromática que foi exposta, entre outros lugares, na XXIV Bienal de São Paulo (1998), dedicada ao tema da antropofagia e do canibalismo cultural. Qual era a sua preocupação com Desvio? É um trabalho que, como levantam alguns críticos, faz alusão à época da ditadura militar?*

Cildo Meireles – O *Desvio para Vermelho* se iniciou da seguinte forma: na época eu estava envolvido com os desenhos e as maquetes dos cantos que problematizavam a questão do módulo euclidiano do espaço quando apareceram para mim dois projetos que não tinham relação direta com essa preocupação. Um deles deu origem ao *Desvio para o Vermelho*, mais especificamente à primeira sala que compõe o trabalho. Imaginei uma coisa difícil de acontecer, mas não impossível: de alguém que, por alguma razão, tivesse acumulado uma série de objetos nas mais diferentes tonalidades de vermelho. Ou seja, a primeira sala é o encontro de uma série de objetos em tonalidades vermelhas, desta coisa implausível, mas possível de acontecer. Essa idéia ficou como projeto na minha cabeça durante algum tempo quando, no final de 1981, fui convidado, por uma diretora de museu dos EUA, para participar de uma exposição. Ela me solicitou uma peça em grande escala. Resolvi então colocar esse projeto em prática, agregando essa idéia da sala vermelha com mais outras duas. Uma era a de uma pia inclinada com água vermelha corrente caindo continuamente. A outra, a de uma garrafinha da qual saía, de dentro dela, um líquido desproporcional. Resolvi colocar, então, na exposição esses três projetos que formaram um só. Essas três idéias, a princípio autônomas, colocavam uma situação que me interessava que era um encadeamento de falsas lógicas: ou seja, uma coisa parecia explicar a anterior, mas introduzia um outro elemento que, na verdade, não explicava nada e era a coisa principal. Esse elemento parecia ser explicado na outra

fase, mas não era explicado. Por exemplo: você tem uma garrafa de onde sai uma quantidade enorme de líquido vermelho, que parece ser a explicação para a sala pintada de vermelho, mas o que ela introduz é a noção de horizonte perfeito que é a superfície de qualquer líquido sem movimento. E na terceira fase tem um líquido em movimento saindo de uma torneira. A pia está inclinada, o que contradiz a relação da queda d'água, mas o líquido é vermelho, o que nos conduz à primeira sala. (...) Enfim a idéia era criar uma circularidade onde uma coisa fosse jogando para outra, uma fase jogasse para outra, mas não explicasse nada.

Quando recebi o convite para colocar esse projeto na Bienal vi que o Paulo Herkenhoff tinha feito uma leitura do trabalho o associando a uma experiência minha de infância. De fato essa história existe. Eu devia ter 4 ou 5 anos. Estava em Goiânia quando meu pai chegou. Deviam ser umas seis ou sete horas da noite. Ele estava emocionado... Tomou-me pela mão e me levou para a Av. Anhanguera. Lá havia uma manifestação em frente a um prédio onde funcionava um jornal. Um dos jornalistas, que lá trabalhava, tinha escrito contra Pedro Ludovico ou Juca Ludovico, filho do governador na época, e tinha sido assassinado. Seus colegas jornalistas com o seu sangue escreveram assim: "aqui morreu um jovem defendendo a liberdade de imprensa". Quando recebi o release da Bienal vi que o Paulo tinha feito a relação do *Desvio* com esse evento político (...). Pode ser até que ele tenha razão, ele conseguiu perceber no meu trabalho algo que eu nem mesmo tinha percebido (...). Mas, para mim, o *Desvio para o Vermelho* é muito mais um trabalho sobre a questão cromática do que a política. Eu poderia ter escolhido outras cores, mas escolhi o vermelho porque, além de ser uma cor carregada de simbolismo, cria uma ambigüidade que interessava a esse trabalho (...).

Princípios – E Malhas da liberdade?

Cildo Meireles – Se isso não tiver sido feito antes por alguém é o meu trabalho mais importante (...). Geralmente quando as pessoas estão conversando, entediadas, pegam um lápis e ficam rabiscando uma determinada coisa que sempre se repete... Se eu pegar meus cadernos do final de ginásio, primário, vou encontrar esses rabiscos que parecem ter sempre um mesmo motivo: um segmento de linha que corta dois outros segmentos pela metade e que é cortado ao meio por um terceiro e assim por diante (...). Essa estrutura, aparentemente lógica criava um espaço ilógico, ambíguo e inex-

plicável. A idéia consistia em um módulo e uma lei de formação: como o módulo intersecciona o módulo anterior, determina, então, como ele é interseccionado por um terceiro e assim por diante. A composição cria uma grade que se espalha sobre um plano, mas começa a crescer também no espaço, cria volumes (...). A primeira versão dessa idéia foi realizada com uma rede de pescadores. Estava no Maranhão e solicitei a um senhor que fizesse uma rede desta maneira: sempre cada pedaço cortando dois ao meio amarrado a dois e ele mesmo cortado ao meio por um outro. Quer dizer, uma rede que não pesca nada, toda aberta. *Malhas da liberdade*, feito em 76, desenvolve a mesma idéia só que o suporte utilizado é o metal. Ou seja, formava uma espécie de falsa grade que tinha passagem em todos os momentos da estrutura. Ela é uma grade que aparentemente estabelece dois espaços, mas que, na verdade, é contínua. Daí o nome do trabalho: *Malhas da liberdade*. É uma brincadeira porque, na verdade, é uma malha que não vai prender nada.

Depois de fazer esse trabalho, queria encontrar informações e uma bibliografia mínima, especificamente na área da matemática, sobre o assunto. Na época pedi auxílio a um professor da Universidade de Brasília, mas ele não pôde me ajudar. Foi quando entrei em contato com a teoria do Feigenbaum, um matemático e físico norte-americano que publicou a teoria matemática da rede (...). Ele começou a fazer experiências com o chamado relógio biológico. Um dia de 22 horas, um de 20 horas, e foi adaptando o relógio para várias experiências (...). Daí ele tirou uma conclusão: não importava que tipo de equação ele formulasse; por exemplo, se ele quisesse transcrever os estados de turbulência ou as equações de transformação do estado sólido para o líquido, ele chegaria sempre a um mesmo número. Esse número é hoje conhecido como coeficiente universal, é igual ao pi. Ele é uma constante matemática, e está presente em toda a natureza (...). O conceito de Feigenbaum era exatamente o conceito de cachoeira de bifurcações, ou seja, bifurcações de bifurcações, de bifurcações (...). Acho que *Malhas da liberdade* tem relação com essa idéia, com a idéia de bifurcações, do desvio, que, de certa maneira, é o mesmo sistema; como, por exemplo, a rede. Na verdade é como se você criasse um espaço dentro do espaço, dentro do espaço, com possibilidades infinitas...

Priscila Arantes é doutoranda em Comunicação e Semiótica na PUC/SP e professora de estética e história da arte da Universidade Anhembi Morumbi.



Livro do 10º Congresso do PCdoB: imprescindível para quem quer mudar o Brasil

Um novo rumo para o Brasil – documentos e resoluções do 10º Congresso do Partido Comunista do Brasil, São Paulo, Editora Anita Garibaldi, 2002, 360 páginas (15,5 x 23) Preço: R\$ 25,00.

Um novo rumo para o Brasil é o título do livro que reúne os documentos e resoluções do 10º Congresso do Partido Comunista do Brasil, o maior da história do Partido – realizado de 9 a 12 de dezembro de 2001 no Rio de Janeiro. O Congresso teve em sua plenária final 821 delegados (representando mais de 200 mil filiados e 35 mil comunistas reunidos em todo o país), além dos convidados, e 32 delegações estrangeiras.

Concluiu, assim, um intenso processo de mais de seis meses de debates em que as propostas de teses apresentadas pelo Comitê Central foram discutidas em todas as instâncias partidárias e em todos os estados, indicando que o Partido está presente em mais de mil municípios, equivalendo a 75% da população brasileira. No decorrer do Congresso foram realizadas milhares de reuniões; e publicadas quatro edições da *Tribuna de Debates*, concluindo um processo democrático que apresentou mais de 500 emendas às teses; a maioria acatada. No centro dos debates da plenária final esteve a preocupação com as diversas questões que envolvem a construção de um novo rumo para o Brasil. Nas intervenções dos representantes das delegações estrangeiras foi defendida a luta pela paz, contra a guerra imperialista.

Ao abrir o 10º Congresso do PCdoB, João Amazonas – seu então presidente e atual presidente de honra – afirmou que o Partido vive um momento de grande florescimento e ocupa papel de destaque no cenário político nacional, dedicando-se à luta pela derrota do neoliberalismo e em defesa do Brasil, da democracia, dos direitos dos trabalhadores e do socialismo.

O livro *Um novo rumo para o Brasil* apresenta as resoluções e os principais documentos aprovados: o “Informe político”; a “Resolução política”; o “Estatuto do PCdoB”; 13 intervenções especiais; as intervenções finais de João Amazonas e Renato Rabelo – o novo presidente eleito do Partido –; as saudações das delegações internacionais e as mensagens enviadas por partidos comunistas de outros países. O livro apresenta ainda dados do Congresso, o novo

Comitê Central eleito e algumas imagens dos trabalhos.

O livro demonstra, através de seus textos, que o 10º Congresso do Partido Comunista do Brasil expressou avanços na compreensão mais profunda da linha política a ser desenvolvida pelos comunistas brasileiros e no maior domínio das particularidades e diversidades de nosso país. Delineou um projeto mais nítido, estabelecendo objetivos e procurando compreender a natureza da crise que atravessa o capitalismo brasileiro e os rumos para sua solução. Ressaltou que o programa de reconstrução nacional é o eixo correto da proposta do Partido para a atualidade – a reconstrução de nosso país é o grande desafio que nos é colocado e para empreendê-lo é fundamental unificar amplas forças políticas e sociais.

Para o presidente Renato Rabelo “ (...) o projeto político une o Partido em todas as frentes de atuação. É defendido no parlamento, no movimento sindical, estudantil, na luta pela moradia, contra as discriminações de cor e de gênero. As lutas variam de forma, segundo as circunstâncias políticas. Neste momento, as batalhas eleitorais ganham dimensão especial. Mas, não podemos ignorar que a força política motriz das transformações sociais é o proletariado, em aliança com os demais trabalhadores e o povo brasileiro. Nesta fase da luta política devemos abrir caminho para batalhas mais importantes, dando passos significativos no embate pela derrota das elites dominantes. O quadro sucessório presidencial ainda não está definido. As elites governistas buscam um candidato único para impedir a derrota do modelo neoliberal. Na oposição, várias candidaturas se apresentam, mas nem todas chegarão ao final da disputa. A manutenção de quatro pré-candidaturas pode tornar-se insustentável. Por isso, o esforço pela unificação das oposições, desenvolvido pelo PCdoB, tem um papel decisivo nas articulações políticas atuais. A batalha eleitoral de 2002 pode se tornar fundamental, pois a derrota da política neoliberal no Brasil terá grande repercussão em toda a América Latina.”

O livro *Um novo rumo para o Brasil* traz, em suas páginas, análises fundamentadas, debates e propostas para subsidiar a luta do povo brasileiro por soberania, democracia e direitos sociais, sendo um instrumento imprescindível aos militantes comunistas, progressistas, da esquerda, aos democratas e patriotas da atualidade – especialmente neste ano de 2002 em que ocorre a grande batalha das eleições, que podem mudar o nosso país.

Comissão Editorial

Pedidos para Editora Anita Garibaldi
R. Monsenhor Passalacqua, 158 – Bela Vista
CEP 01323-010 – São Paulo/SP – Telefax: (11) 3266-4312
Endereço eletrônico: anita.garibaldi@uol.com.br
Página: www.anitagaribaldi.com.br

A vida de Elza Monnerat

Coração vermelho – A vida de Elza Monnerat, Verônica Bercht, São Paulo, Editora Anita Garibaldi, 2002.

Desde início uma pergunta se coloca: Por que Elza? Não foi a principal, ou uma das principais dirigentes, nem foi a grande liderança popular do Partido Comunista no Brasil. Não exerceu cargos no parlamento e nem se caracterizou como grande oradora. Tímida, não gostava de falar nem mesmo em reuniões partidárias. Em situações normais o nome desta mulher extraordinária não constaria da lista de ícones da esquerda revolucionária brasileira. Então, repito, por que Elza?

O livro de Verônica Bercht é uma resposta esclarecedora a esta questão. Porque são pessoas como ela que constituem os alicerces de sustentação de todas organizações revolucionárias e da própria construção do socialismo renovado. Por isso mesmo são imprescindíveis e devem ser melhor conhecidas.

Elza, aos 88 anos, é um exemplo de militante comunista. Entrou para o Partido em 1945 e nele, por vários anos se dedicou às tarefas cotidianas de todo ativista de base. Alguns anos depois passou a ter uma função de maior responsabilidade partidária atuando junto à comissão de finanças do comitê regional do Distrito Federal. Naquela época a jovem Elza já demonstrava a sua ousadia ao escalar o Morro Dois Irmãos, no Rio de Janeiro, para pichar o nome de Stálin. Inscrição que coube ao tempo apagar.

Elza é uma mulher de princípios. No final da década de 1950, se opôs aos desvios reformistas da direção nacional do PCB. Quando foram encaminhados ao Tribunal Superior Eleitoral um novo programa e estatuto, com os quais criava-se, na verdade, um novo partido, ela foi uma das pessoas que se rebelaram e assinaram a *Carta dos 100*. Em seguida, rompeu com a direção liquidacionista do PCB e participou da Conferência Extraordinária que reorganizou o PC do Brasil, em 1962, passando a compor, pela primeira vez, a direção nacional do Partido. Na direção ajudou, como revisora, no processo de elaboração do jornal *A Classe Operária*.

Após o golpe militar de 1964 passou a ser a responsável pela montagem dos aparelhos nos quais se reuniam os membros do Comitê Central. Era ela que buscava e levava os dirigentes para as reuniões clandestinas. A partir de 1967 ela se dedica à montagem da guerrilha na região do Araguaia. Dona Maria, como era conhecida ali, caminhava por quilômetros à fio ao

lado de outras guerrilheiras mais jovens.

Elza é, acima de tudo, uma mulher de coragem. Sua primeira e única prisão se deu em dezembro de 1976, quando já estava com 63 anos, durante a queda da Lapa. Foi presa cumprindo mais uma vez a tarefa de conduzir os membros do Comitê Central para longe do aparelho partidário. Não deu sossego aos seus captores: ainda quando era conduzida ao DOI-Codi, encapuzada e cercada de policiais, gritava "Abaixo a ditadura". Os policiais tiveram dificuldade para fazê-la calar-se. Ela queria que as pessoas que estivessem passando soubessem que ali estava uma militante revolucionária que não se rendia.

Durante o tempo em que permaneceu aprisionada foi torturada e se comportou de maneira exemplar. Anos depois de sua prisão continuou a dar trabalho à ditadura, participando de uma greve de fome patrocinada pelos presos políticos brasileiros. Ela só seria libertada em 31 de agosto de 1979, após a anistia. A imagem que ficou de sua libertação era de uma senhora magra, de cabelos brancos, utilizando uma calça jeans e trazendo um indisfarçável sorriso nos lábios, o sorriso de uma pessoa vitoriosa.

Durante todos estes anos, Elza nunca esteve no centro do palco, mas estava lá, participando das principais cenas. Ela esteve presente em todos os momentos decisivos da vida do PCdoB. João Amazonas afirmou sobre Elza: "É ela impregnada desse sentimento (de amor e dedicação ao partido e ao povo) realizou tarefas que foram importantíssimas para a sobrevivência do Partido". Diante da questão "por que Elza?", responderia: "Porque ela é o exemplo de uma revolucionária".

Numa época marcada pela ofensiva política e ideológica do neoliberalismo, na qual predominam valores anti-sociais como o individualismo, o egoísmo – a lógica do cada um por si – a biografia de Elza é uma demonstração inequívoca de que uma nova humanidade é possível e que os poderosos de plantão, apesar das aparências, não são invencíveis. O exemplo de vida de Elza e seu sorriso de criança são poderosos aríetes contra os muros já apodrecidos dessa ordem injusta do capital.

Por tudo isso, este livro de Verônica Bercht é essencial não só para quem deseja conhecer a vida dessa mulher extraordinária, mas também para aqueles que desejam conhecer melhor a história de luta do povo brasileiro.

Augusto César Buonicore

Pedidos para a Editora Anita Garibaldi:

Fonefax (11) 3266-4312

Endereço eletrônico: livraria@anitagaribaldi.com.br

A desilusão do aristocrata

A Ilusão Americana, Eduardo Prado, Alfa-Ômega, São Paulo, 2001.

Quando Eduardo Prado escreveu o livro *A Ilusão Americana*, em 1893, os Estados Unidos ainda representavam um modelo de nação livre e independente para muitos patriotas brasileiros. A Revolução Americana, de 1776, que separou as Treze Colônias da Inglaterra e implantou a República na América, talhava-se como o figurino de regime político modernizador que esteve presente em quase todos, se não em todos, os movimentos anticolonialistas, ou de viés republicano, eclodidos no Brasil desde o século XVIII. Tiradentes andava com um exemplar da Declaração da Independência. O conspirador José Joaquim da Maia fez contatos com Thomas Jefferson na França, em 1786. Os líderes da Revolução Pernambucana de 1817 mandaram um emissário pleitear ajuda financeira e bélica em Boston para a república que instituíram no Nordeste. Foi para os Estados Unidos, que fugiu José Inácio de Abreu e Lima (filho do padre Roma, cujo fuzilamento em Salvador fora obrigado a presenciar) e, de lá, integrou-se ao exército libertador de Simon Bolívar, no qual chegou a general reconhecido como herói da Venezuela. ⁽¹⁾

José Bonifácio de Andrada e Silva negociou com o embaixador norte-americano a adesão prévia dos Estados Unidos à Independência. Norte-americanos participaram da Confederação do Equador (em 1825, junto com Frei Caneca, o comerciante James H. Rodgers foi fuzilado sob a acusação de ser um dos líderes do movimento) e de outras rebeliões populares (forneceram pólvora para a Cabanagem). Era cidadão norte-americano um dos heróis farroupilha, John Griggs, comandante do Seival, um dos barcos da pequena esquadra da República Riograndense organizada por Garibaldi. ⁽²⁾ Em 1853, o jornalista Antonio Borges da Fonseca, participante da Revolução Praieira, editor de um endiabrado jornal chamado *O Republico*, pediu armas e munições ao cônsul norte-americano no Recife. “Os Estados Unidos consideravam o Império uma anomalia na América. O Império via nos Estados Unidos um foco de subversão”, resumiu o historiador Moniz Bandeira. ⁽³⁾

A República coroou esse papel transformador. Pode-se afirmar que, grosso modo, a causa republicana, e seu pro-

jeto de desenvolvimento capitalista do Brasil, identificava-se com os Estados Unidos, enquanto os saudosos da Monarquia e sua veia agrário-exportadora preferiam a Inglaterra. No campo das relações econômicas, era deste dilema que se tratava: as duas superpotências da época, seguidas de perto pela Alemanha, lançavam o sistema capitalista numa etapa de concentração do capital e da produção que geraria monopólios e submeteria as nações menos desenvolvidas.

A Inglaterra simbolizava o colonialismo monárquico. Era dos Estados Unidos que, segundo Frederick Engels, nascera, “moderno e burguês”, sem passar pelo feudalismo, que se irradiava pela América Latina, o ideário republicano baseado na independência e no desenvolvimento nacional. O Brasil compartilhava com os Estados Unidos a situação de nações jovens, cheias de projetos e esperanças que, enfim, podiam realizar depois de livrarem-se da condição de colônias européias. Proclamada a República aqui, 113 anos depois de lá, o modelo se impôs naturalmente, no nome (Estados Unidos do Brasil) e até na bandeira, que a princípio copiou a norte-americana, com a diferença de que as listas, em vez de brancas e vermelhas, eram verdes e amarelas. A Constituição, escrita principalmente por Rui Barbosa, copiou a dos Estados Unidos, consagrando as instituições da Federação, dos três poderes, do presidencialismo, do parlamento bicameral.

Prado não compreendeu o efeito transformador da Revolução Americana na América Latina. Muito menos aceitou a implantação da República no Brasil, combinada com a Abolição da Escravatura, como uma ruptura profunda com a estrutura colonial, baseada no trabalho escravo, no latifúndio, na política oligárquica. O obsoleto escravismo feudal era substituído pelo modernizador modo de produção capitalista. O País começava a industrializar-se, não por acaso, numa época em que o mundo ingressava na fase do capitalismo industrial e do capitalismo financeiro, no qual os bancos passariam a ter um papel diretivo na condução dos negócios e na configuração das sociedades.

Fazendeiro do café, monarquista ressentido, fidalgo deslocado num mundo que se aburguesava, Prado achava que a República era apenas uma cópia artificial “da fórmula norte-americana”. Como se o Brasil não tivesse opção senão oscilar entre dois ímãs tutelares; preferia a Inglaterra. “O Brasil era pobre quando iniciou a sua existência, era despovoado, tinha às portas inimigos ameaçadores, tinha problemas internos gravíssimos – e

a Inglaterra teve confiança no Brasil, a Inglaterra nos confiou os seus capitais, mesmo em época críticas. E o povo inglês é tão superior...” são manifestações de um anglófilo apaixonado. A ingenuidade do aristocrata chegava a ponto de ele afirmar que as monarquias européias tratariam melhor o proletariado que qualquer regime republicano, porque enfrentavam o desgaste do poder vitalício.

Foi assim, esgrimindo com habilidade o estilo e os traços de aristocrata e monarquista que Prado investiu contra a República. Como um cavaleiro medieval, buscava antes a glória do combate do que o triunfo que sabia incerto e remoto. Ao monarquista causava repulsa o ocaso da linhagem, da etiqueta, dos títulos nobiliárquicos, e a ascensão de personagens mundanos, dos quais, aos seus olhos, o caboclo Floriano era uma síntese maldita.

Quando o livro saiu, a República estava sendo consolidada a ferro e a fogo pelos jacobinos liderados pelo Marechal Floriano Peixoto. Duas grandes revoltas, a Revolução Federalista, no Rio Grande do Sul, insurgindo-se contra o poder concentrador da União, e outra claramente monarquista, a da Armada, cujos oficiais oriundos da elite pegaram em armas contra o novo regime político, marcaram o período de Consolidação da República. Oficiais de prestígio, como Custódio de Melo e Saldanha de Gama, apossaram-se de navios e ameaçavam bombardear o Distrito Federal. Em dezembro de 1893, quando *A Ilusão Americana* chegou à primeira livraria em São Paulo, a revolta da Marinha crescia no Rio e as duas rebeliões fundiam-se em Santa Catarina.

Na Europa, a luta social do Brasil despertava a articulação febril dos restauradores junto à família real desterrada em Paris. Editoriais da imprensa londrina pregavam abertamente a organização de uma força intervencionista para devolver o trono à Casa de Orleans e Bragança. Em Lisboa, Eça de Queiroz vaticinava a iminente divisão do país em várias repúblicas.

“A oligarquia, aliada aos interesses do capital inglês, estimulava a sedição”, relata Moniz Bandeira. Floriano buscou a ajuda natural. Dois anos antes, o representante em Washington, Salvador de Mendonça, arrancara do governo norte-americano o compromisso de que se Dom Pedro voltasse ao trono, os Estados Unidos não reconheceriam o restabelecimento do Império. Quando os revoltosos cometeram o grave erro militar de impedir que navios estrangeiros descarregassem mercadorias no porto do Rio, Floriano conseguiu que uma

esquadra dos Estados Unidos rompesse o bloqueio e quebrasse a força da rebelião. Até então, a resistência militar esperava por uma frota de improvisados navios de guerra adquirida nos Estados Unidos – os revoltosos desdenhavam, chamando-a de “esquadra de papelão”. Cento e setenta marujos – recrutados na escória dos portos norte-americanos – vestiram o uniforme da República e ajudaram a liquidar de vez com a Revolta da Armada.

A participação norte-americana causou polêmica. Jornais como *O País* e *O Tempo* agradeceram a ajuda. O Senado providenciou a cunhagem limitadíssima de duas moedas, uma com a cara de Floriano, outra com a efígie do presidente Grover Cleveland, para marcar a cooperação dos Estados Unidos. Mas houve reações. O prestigiado abolicionista Joaquim Nabuco, ainda monarquista, denunciava Floriano por “apelar para o estrangeiro”. Era apenas uma parte da história. No fragor da revolta, o Marechal de Ferro recusara a intromissão da força naval que ingleses, portugueses e alemães mantinham no Rio. Quando o representante da Alemanha procurou o para sondar como receberia o posicionamento das “forças reunidas” para defender as propriedades dos estrangeiros ameaçadas pela guerra civil, Floriano respondeu: “A (sic) bala”.⁽⁴⁾

Nesse ambiente de tensão e disputa, os intelectuais engajavam-se em lutas francas. Floriano e a República eram defendidos por Raul Pompéia, Arthur Azevedo e Coelho Neto. O poeta Olavo Bilac, o ativista José do Patrocínio e mesmo o romancista Lima Barreto, que mais tarde tentaria ridicularizar a República no romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, atacavam a dureza de Floriano na repressão aos rebeldes. “A exaltação política da época está integralmente retratada na imprensa”, atesta o historiador Nelson Werneck Sodré.⁽⁵⁾ Num ambiente conturbado, o jornalista Pardal Mallet escrevia em *O Combate* diatribes contra o Marechal de Ferro: “Caminha, deixando após ti montões de cadáveres... mas ouve bem o cortejo de lamentos, de imprecações que, depois de tua passagem funesta, levantam os sobreviventes do teu crime nefando...”⁽⁶⁾ Quando o estado de guerra acirrou-se, Mallet, Patrocínio e Bilac foram presos. Rui Barbosa, que defendia os revoltosos no Supremo Tribunal, exilou-se na Inglaterra. Jornais propagandistas da restauração da Monarquia, como *O Brasil*, foram depredados – e muitas dessas ações partiam da classe média radicalizada que idolatrava Floriano e sustentava a República.

A crônica de Artur Azevedo, citada por Suely Robles

Reis de Queiroz, captaria no dizer da historiadora o sentimento popular da época: “O pequenito esfarrapado de hoje pode ser mais tarde o chefe supremo escolhido pelo povo. Os humildes têm agora o direito de aspirar também ao mais alto cargo da República. Já não há príncipes, já não há direitos de nascença. Venham os meninos esfarrapados, venham as criancinhas humildes ver passar o enterro de Floriano Peixoto, filho do povo, filho de si mesmo”.⁽⁷⁾

Foi nesse quadro institucional polarizado que o governador paulista Bernardino de Campos, um republicano histórico, mandou apreender *A Ilusão Americana*. Era um libelo por demais inconveniente a um governo que tinha os Estados Unidos como aliados – e não apenas comercial e diplomático, mas militar. Em 4 de dezembro de 1893, os exemplares postos à venda foram confiscados pela polícia e o resto da edição recolhido na gráfica por uma carroça puxada a burro. *A Platéia*, jornal de oposição, registrou que o jornalista Gomes Cardim teve o livro arrancado das mãos quando o lia em um bonde. Temendo a prisão, o escritor viajou a cavalo para a Bahia, de onde embarcou para Londres e lá relançou o livro em 1894. Só nos anos 50 sairia a segunda edição brasileira, lançada pela Editora Brasiliense, pertencente à família Prado.

Os Prado constituem uma linhagem de feição outrora aristocrática que muito fez pelo Brasil. Em três exemplos sumários, Paulo Prado financiou a *Semana de 22*, Caio Prado Jr. foi um dos primeiros historiadores marxistas e Caio Graco Prado, à frente da *Brasiliense*, tornou-se um dos mais fecundos editores brasileiros. No começo do século, a família controlava a maior casa exportadora de café do porto de Santos. O bacharel Eduardo Paulo da Silva Prado não tinha proeminência política até lançar *A Ilusão Americana*. Membro-fundador da Academia Brasileira de Letras (Euclides da Cunha elogiou-lhe o “esplêndido humorismo”) escreveu poucos livros, mas teve intensa vida literária. Na Europa, fez-se amigo de escritores como Eça de Queirós e Ramalho Ortigão, com quem conviveu em Londres ao ser adido da legação brasileira. Diz-se que Eça de Queirós nele inspirou-se para compor o personagem Jacinto – do romance *A Cidade e as Serras* –, ainda hoje considerado como um elogio nostálgico do mundo pré-capitalista.

Proclamada a República, Eduardo Prado combateu-a com artigos na *Revista de Portugal*, dirigida por Eça de Queirós, depois reunidos no livro *Fatos da Ditadura Militar no Brasil* (1890), e voltou ao País para engajar-

se na luta pela restauração do Império. Recolhido em sua fazenda de café em Santa Cruz das Palmeiras, escreveu *A Ilusão Americana*. Espadachim de luvas brancas, Prado morreu novo – em 1901, aos 41 anos – tomando partido passional na complexidade das sangrentas lutas políticas que dividiam o Brasil na virada do século. Mas teve a argúcia de entender que, naquele momento, os Estados Unidos já se constituíam em potência imperialista, disputando a hegemonia do planeta com a Grã-Bretanha.⁽⁸⁾ Era pesquisar para comprovar a onda expansionista. Três presidentes, em três épocas, com três frases-síntese, desdobraram a ideologia dessa expansão. “A Europa tem um conjunto de interesses elementares sem muita relação com os nossos ou senão muito remotamente”, disse o primeiro deles, George Washington. “A América tem um hemisfério para si mesma”, disse Thomas Jefferson. “A América para os americanos”, disse James Monroe, formulando, em 1823, a doutrina de que este hemisfério era zona de influência exclusiva dos Estados Unidos.

A Ilusão Americana foi escrito para combater a doutrina Monroe, defendida por um dos principais ideólogos da República, Benjamin Constant, como uma formulação de política externa que convinha à ruptura brasileira com o colonialismo europeu. Era flagrante o que se chamou já na época de americanização do Brasil. O movimento republicano continuava a ver os Estados Unidos como um exemplo na remoção do entulho imperial, na industrialização e na democracia política. Os negócios cresciam. Desde 1870 os norte-americanos já compravam metade do café e eram o principal importador do cacau. Em troca de matérias-primas e produtos agrícolas, segundo o modelo inglês, ainda hoje dominante em nossa balança comercial, vendiam-nos produtos manufaturados, entre eles roupas, ferro e carvão de pedra. O novo regime aumentou esse intercâmbio. As importações brasileiras de produtos norte-americanos subiram de 9 milhões de dólares em 1889 para 14 milhões em 1891 – um aumento superior a 50% em menos de três anos de República. O Brasil vendia mais do que comprava (as exportações somaram 83 milhões de dólares em 1891).⁽⁹⁾

Os ingleses ainda controlavam a economia brasileira, inclusive por causa da dívida, de 31 milhões de libras, feita pelo Império em 17 empréstimos que se renovavam para o pagamento dos juros.⁽¹⁰⁾ Mas nessa época estabeleceu-se aqui uma enxurrada de empresas norte-americanas.⁽¹¹⁾ Em 1891 foi firmado um polêmico tratado de comércio, instituindo tarifas privilegiadas para o café

brasileiro e as máquinas e o trigo norte-americanos. O patriarca dos Prado, o conselheiro Antônio da Silva Prado, ex-ministro do Império, foi um dos primeiros a criticar o acordo, defendido ardorosamente pelo ministro Rui Barbosa como um caminho para colocação do açúcar brasileiro no mercado dos Estados Unidos. Mas logo os norte-americanos deram preferência às colônias da Espanha nas Antilhas e sobre-taxaram o produto brasileiro em 40%.

É com esse tipo de exemplo, tão contemporâneo quanto o protecionismo que hoje onera nossas exportações de aço, calçado e suco de laranja, que Eduardo Prado justifica a palavra ilusão em seu livro. Mostra que as relações do Brasil com os Estados Unidos deveriam dar-se no palco de nações independentes, cada qual defendendo seus interesses, e, no caso brasileiro, sem concessões ou submissões que nos revertessem à condição de colônia. “Copiemos, copiemos, pensaram os insensatos, copiemos e seremos grandes! Deveríamos antes dizer: Sejamos nós mesmos, e só assim seremos alguma coisa” receitava o panfletário. Foi esta receita de soberania, aliás, que um grande admirador de Prado, Rui Barbosa, defenderia na II Conferência de Haia, em 1907. Sabendo distinguir cooperação de servilismo, Rui opôs-se à subserviência de Joaquim Nabuco, primeiro embaixador em Washington, que julgava “um bem ser o Brasil dirigido pelos Estados Unidos”.

Nesse jogo em que os homens movem-se pelas grandes linhas da história, a obra de Eduardo Prado acumulou um mérito respeitável. Ainda que escrito com as linhas enviesadas da anglofilia, seu panfleto alertou para o caráter imperialista que os Estados Unidos assumiam progressivamente. Ao iniciarem sua escalada pela hegemonia político-econômica do planeta, a partir da segunda metade do século XIX, os norte-americanos anexaram o Havaí e metade do território do México. Em guerra com a Espanha, impuseram a independência de Cuba para transformá-la numa grande lavoura de açúcar e, de quebra, tomaram Porto Rico dos espanhóis e se apossaram das Filipinas. As empresas norte-americanas organizaram-se como grandes corporações, associadas a bancos, para iniciar uma etapa de domínio mundial que chegaria ao ápice na II Guerra.

A principal conclusão de Eduardo Prado foi a de “que a história da política internacional dos Estados Unidos não demonstra, por parte daquele país, benevolência alguma para conosco ou para com qualquer república

latino-americana”. Nesse sentido, *A Ilusão Americana* foi um livro não só profético como também a ata inaugural de uma longa e ainda corrente história de espoliação do Brasil pelos irmãos do Norte, que Prado, com veemência certa, chamou de “mais egoístas e prepotentes em suas práticas do que as monarquias européias”. Republicado um século depois da primeira edição confiscada, *A Ilusão Americana* cumpre um ciclo de atualização da crítica à exploração do Brasil por potências estrangeiras. Refaz sobre os norte-americanos a advertência que o Padre Vieira fizera dois séculos antes sobre os portugueses colonialistas: “Não vêm cá buscar nosso bem, vêm cá buscar nossos bens”.

Aldo Rebelo

Notas

- 1 Vamireh Chacon. *Abreu e Lima General de Bolívar*, São Paulo, Paz e Terra 1983.
- 2 Alexandre Dumas. *Memórias de Garibaldi*, Porto Alegre, L & PM, 1998.
- 3 Moniz Bandeira. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, Rio, Civilização Brasileira, 1973.
- 4 Joel Rufino dos Santos e outros. *História Nova do Brasil, Volume IV*, São Paulo, Brasiliense, 1964.
- 5 Nelson Werneck Sodré. *A História da Imprensa no Brasil*, Rio, Civilização Brasileira, 1966.
- 6 Citado por Nelson Werneck Sodré em *História Militar do Brasil*, Rio, Civilização Brasileira, 2ª edição, 1968.
- 7 Suelly Robles Reis de Queiroz. *Os Radicais da República*, São Paulo, Brasiliense, 1986.
- 8 “No período 1896/1900, o primeiro lugar já era ocupado, pelos Estados Unidos com 30,1% [da produção industrial], estando o Reino Unido em segundo, com 19,5%, a Alemanha em terceiro com 16,6% e a França em quarto com 7,1%”. Paul Singer, *O Brasil no Contexto do Capitalismo Internacional 1889-1930*, em *História Geral da Civilização Brasileira*, volume *O Brasil Republicano*, São Paulo, Difel, 1975.
- 9 Dados de Moniz Bandeira. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*.
- 10 Paul Singer. *O Brasil no Contexto do Capitalismo Internacional*.
- 11 Moniz Bandeira. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, Rio, Civilização Brasileira, 1973.

Sem meias palavras

O livro *Sem meias palavras* é um repositório de informações e de idéias valiosas do notável deputado federal da Bahia, Haroldo Lima – nota 10 na sua atuação em prol de uma vida mais decente para o povo brasileiro e de todo o mundo. O subtítulo *Bahia, Nordeste, Brasil e Mundo, no Parlamento*, sinaliza como autor faz desfilar problemas dessas dimensões e a maneira como foram abordados no Congresso. Questões conjunturais, políticas e econômicas, lá estão. Mas não só.

Sintetizando 450 anos da cidade de Salvador, o autor considera a revolução dos Alfaiates, de 1798, como mais profunda, sob o ângulo social e político, que a Inconfidência Mineira; a Revolução dos Malês, de 1835, como o mais sério levante de escravos urbanos das Américas; e o 2 de Julho da Bahia, de 1823, como a luta que garantiu o 7 de Setembro. Arrola personalidades notáveis da história baiana, como Rui Barbosa, Anísio Teixeira, João Mangabeira, Carlos Marighela, Milton Santos, Gregório de Matos, Jorge Amado, Glauber Rocha, Dorival Cayme, Caetano Veloso, Irmã Dulce e vários outros. Atribui a Rômulo Almeida o crescimento da base produtiva da Bahia, com a programação do Estado e o fomento do desenvolvimento. Canudos é tratado como tentativa de vida comunitária liderada por Antônio Conselheiro, após a libertação dos escravos, onde a incompreensão e a perversidade de Prudente de Moraes levou ao genocídio de 30 mil brasileiros pobres. Haroldo exalta o talento de Pageú, comandante das operações bélicas, homenageando-o, ao lado de mais dois grandes heróis negros, Zumbi dos Palmares, o maior de todos, e Osvaldão, comandante militar da Guerrilha do Araguaia.

Anísio Teixeira o “estadista da educação”, como o chamou Hermes Lima; Pedro Calmon, historiador e político; Barbosa Lima Sobrinho, o legendário nacionalista que se notabilizou como o anticandidato à vice-presidente nas batalhas contra a ditadura militar; Tancredo Neves, que foi ao Colégio Eleitoral e o liquidou; “Betinho”, Herbet José de Souza, companheiro de militância de Haroldo na antiga Ação Popular, que ambos, com outros, fundaram em 1962; todos são homenageados, inclusive com importantes revelações, como a do entendimento havido por

João Amazonas com Tancredo Neves, considerado por este, em conversa com Miguel Arraes, importante para convencê-lo a ausentar-se do Governo de Minas e assumir a candidatura à Presidência da República.

O rio São Francisco é objeto de minuciosa apreciação, no contexto da enérgica defesa que o autor faz da não privatização da Chesf, que levaria, segundo Haroldo, à privatização do próprio rio. Grande projeto é defendido para o Nordeste: interligar a bacia do Tocantins com o São Francisco. O autor ressalta e assume posição bem crítica em episódios baianos, como a entrega do banco estatal, o Baneb, e da Companhia de Eletricidade da Bahia. Faz uma análise da vinda da Ford para a Bahia e destaca a participação do movimento popular baiano na derrocada em curso de ACM no estado.

Chama a atenção em *Sem meias palavras* o vigoroso pronunciamento feito por Haroldo em defesa da Petrobras, denunciando com muitos dados as manobras para a queda do monopólio estatal contidas no Relatório capcioso do dep. Procópio Lima Neto. É lembrada a tramóia para a privatização da Telebras, envolvendo Mendonça de Barros, Lara Resende, Pêrsio Arida e outros. Haroldo mostra como em determinado momento vinte e uma estatais que valiam 22 bilhões de dólares foram vendidas por seis bilhões, dos quais o governo só recebeu um bilhão.

Na parte internacional há um importante depoimento feito pelo autor na Escola Superior de Guerra. Nele, Haroldo apresenta um quadro da situação estratégica do mundo de hoje, examinando a situação que se seguiu após o fim da Guerra Fria e o cenário criado depois dos atentados terroristas aos EUA. É forte a crítica que Haroldo faz ao hegemonismo e à política de força dos EUA. O autor já tem um livro publicado sobre a China e sobre este país também disserta em *Sem meias palavras*. Mostra o florescimento da nação que hoje mais reduz a pobreza no mundo. E, exulta Haroldo, tudo sob a bandeira do socialismo.

Por último, Haroldo Lima homenageia a bancada de seu Partido cassada sob o reacionarismo de Dutra, realçando a figura de Maurício Grabois, Líder da bancada comunista cassada, no momento em que assumia ele próprio, Haroldo, 37 anos depois, as funções de Líder da nova bancada comunista. (Pedidos: 61 318-5456)

Aristeu Barreto de Almeida

Assine

Princípios

Assinatura bianual (8 edições)

Assinatura anual (4 edições)

Assinatura especial (9 edições: 5 passadas e 4 próximas)

R\$ 55,00

R\$ 30,00

R\$ 45,00

Qual utopia?

“(...) A sociedade política e econômica encontra-se muitas vezes como se fosse órfã de utopia. A utopia como ainda sonho de gerações mais idosas que contemplam na retrospectiva existencial possibilidades que ainda possam ser restauradas na linha da consciência histórica, bem como, alentar na juventude visões que transcendam a mediocridade das propostas que os sistemas sociais, mormente a educação, apresentam aos jovens. Aqui é mais do que fundamental e necessária uma utopia em si, e como utopia crítica da vida e da condição humana do presente, e que nos lancemos em direção aos maiores desafios. Isto concebido, numa perspectiva realmente válida como um projeto calcado na realidade, na viabilidade social e não algo muito romântico e ilusório, com um caráter extremamente alienador, deve-se conceber projetos altamente democráticos que visam as possibilidades da identidade do indivíduo como sujeito e como protagonista de sua história dentro da identidade cultural. Compreende-se, aqui, a necessidade da dimensão histórica da utopia que possibilite delinear projetos viáveis para que o ser humano possa encontrar plenamente a felicidade e a prudência em sua vida social. Devem ser propostas alternativas de políticas que promovam além da justiça social em sua parte de concretude do materialismo histórico, também a recuperação da dignidade da vida e do próprio imaginário social de cada cidadão. (...)”

Antonio Sidekun
Bremen/Alemanha

Alugar o Brasil

“(...) Para quê essa urgência em dilapidar o patrimônio nacional? Ah! há que se capitalizar a economia nacional, dirão alguns. Precisamos de tecnologia de ponta, a TV digital vem aí!, dirão outros. Essa é a sanha e a senha da estúpida globalização: o homem a serviço do capital. Será que é mesmo necessário vendermos nossas empresas? O empresariado nacional não tem condições ou competência de desenvolver suas empresas e produtos? Não devemos nos preocupar em preservar nosso mercado da sanha globalitária? Faz-se necessário que reflitamos sobre essas questões. Ou, como diria o velho e bom Raul Seixas, ídolo autêntico daquela geração que deu seu sangue e suor por um Brasil melhor nos idos de 70: ‘A solução pro nosso povo eu vou dar / Negócio bom assim ninguém nunca viu/ tá tudo pronto é só vim pegar/ a solução é alugar o Brasil! Nós não vamos pagar nada. Dá lugar pros gringo entrar/ esse imóvel tá pra alugar. A Amazônia é o jardim do quintal e o dólar deles paga o nosso mingau. Uau!’. Negócio bom assim ninguém nunca viu...”

Lula Miranda
São Paulo/SP

Princípios

Revista Teórica, Política e de Informação

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas

Editores: Olival Freire Jr., Pedro de Oliveira e José Carlos Ruy

Comissão Editorial: Olival Freire Jr., Pedro de Oliveira, José Carlos Ruy, Edvar Luiz Bonotto, Sara Romera, Luciano Martorano, Roniwalter Jatobá, Priscilla Arantes e Luiz Marcos Gomes

Conselho Editorial: Aldo Arantes, Bernardo Joffily, Fernando Pupo, Haroldo Lima, Helena de Freitas, Jô Moraes, José Carlos Ruy, José Reinaldo de Carvalho, Luís Fernandes, Luís Paulino, Luiz Manfredini, Madalena Guasco, Olival Freire Jr., Pedro de Oliveira, Rogério Lustosa (1943-1992), Umberto Martins e Walter Sorrentino

Colaboradores: Agenor Silva, Altamiro Borges, Ana Maria Rocha, Ary Normanha, Carlos Pompe, Clóvis Moura, Guiomar Prates, Luciana de Souza Bento, Luiz Marcos Gomes, Loreta Valadares e Olívia Rangel

Secretários de Redação: Edvar Luiz Bonotto e Priscilla Arantes - e-mail: princip@ruralsp.com.br

Projeto Gráfico: Gilberto Maringoni

Diretor de Produção e Comercial: Divo Guisoni

Administração: Zandra de Fátima Baptista

Departamento de Circulação: Claudia de Medeiros

Editoração Eletrônica: Marília Rodeia de Oliveira

Fotolitos: Digitexto

PRINCIPIOS é uma publicação da
Editora Anita Garibaldi

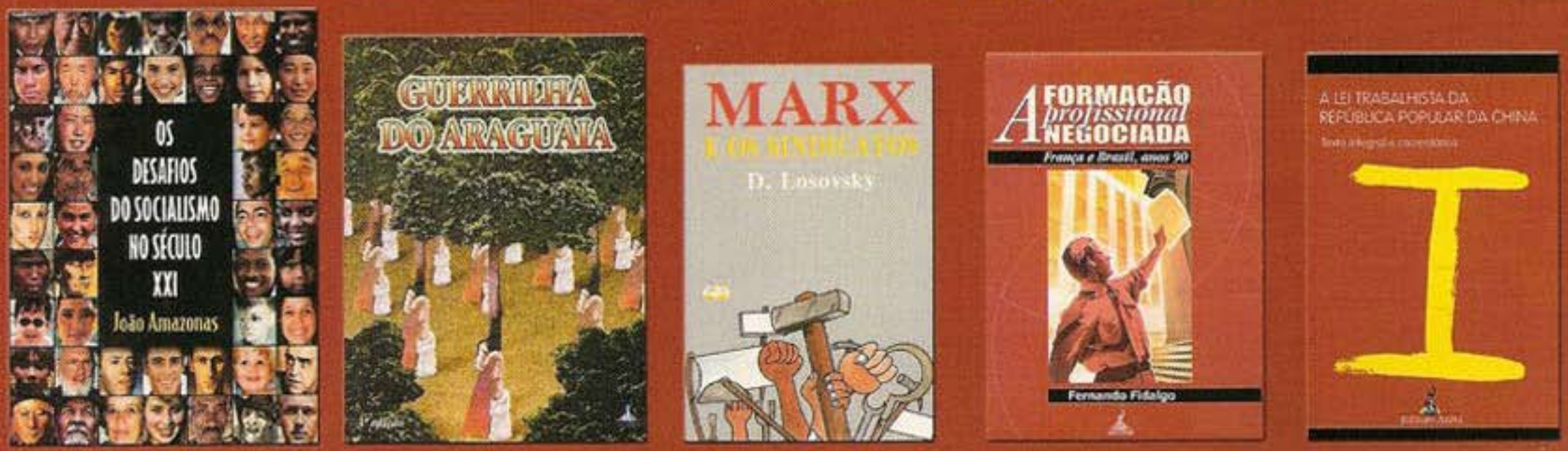
R. Mons. Passalacqua, 158 - 01323-010
São Paulo - SP - Tel.: (011) 289-1331 e
3266-4312

E-mail: anita.garibaldi@uol.com.br

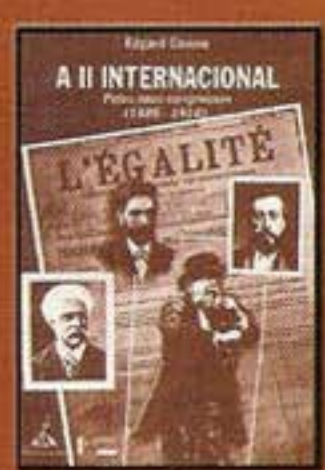
A revista PRINCÍPIOS aceita colaborações que lhe forem enviadas, reservando-se o direito, a critério de seu Conselho Editorial, de publicá-las ou não. A publicação de um artigo não implica um compromisso da revista com o seu conteúdo. As opiniões emitidas são de responsabilidade exclusiva dos autores. Os artigos enviados não devem exceder 15 laudas (1 lauda = 1400 caracteres). Artigos maiores dependerão de um aceite prévio da Comissão Editorial. Os artigos devem ser enviados em três vias e em disquete (Word for Windows). Os originais não serão devolvidos. Citações devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Pontos de Venda: SÃO PAULO: PUC - Livraria Azteca - R. Barira, 351 - fones: 262-3397 e 864-1496; Banca Estadão - Viaduto 9 de julho, 185 - fone: 231-3458; CPV - fone: 285-6268; USP - Livraria da Edusp - fone: 813-8837; Banca dos Artistas - Av. Paulista, 2518 - esq. R. da Consolação, Rua Manoel Gais, 442 - Vila Mazzei (em frente a Madeirense); ARACAJU: Banca S. Francisco - Pça. Olímpio Campos; Banca Ponte do Imperador - Pça. Fausto Cardoso, Centro, fone 224-9516; Livraria Escariz - Shopping Jardins I, 81/83; Livraria Universitária - Didática I (UFS); Livraria Minuano - Didática II (UFS); CAMPOS-RJ: R. Manoel Barbosa da Silva, 27 - fone: (0247) 33-1226; FLORIANÓPOLIS: Banca Pça. 15 de Novembro - centro; RIO DE JANEIRO: Livraria CHE-R Gastão Penha, 173 - Andaraí - fone: (021) 570-1181; GOIANIA: Banca do Marão - R. 8 c/ Av. Anhanguera; NATAL: Cigarreira Tio Patinhas - Av. Rio Branco, 682-A - fone: 222-0780; Cigarreira O Revistão - Rodoviária - fone: 231-2765; Cigarreira Caçador - Centro; Cooperativa Cultural da UFRN, Centro de Convivência - Campus Universitário; VITÓRIA DA CONQUISTA: Saber Distribuidora - Pça. da Bandeira, 92 - 2º and. - sala 17 - fone: (077) 424-2311; RECIFE: Livromagazine - Av. Conde da Boa Vista, 688, fone 231-0036; Livraria Modelo - Shopping Center Recife, fonofax 465-5919, Shopping Tacaruna, fonofax 421-6460 e Shopping Guararapes, fonofax 468-4426; Livraria Imperatriz - Shopping Tacaruna, fone 421-6667 e Shopping Guararapes, fone 464-2424; Livraria Síntese - Fl. do Riachuelo, 202, fone 221-4044; Livraria Potylivros - Av. Conde da Boa Vista, 1413, fone 423-1100; Livraria Sodier - Aeroporto dos Guararapes, fone 326-0883; Bazaar 494 - Fl. da Hora, 456, fone 241-9842; Livraria 1001 Livros - R. do Príncipe, 410, fone 221-2270; Banca Globo I - Av. Guararapes, fonofax 224-0317; Banca Destaque - Av. Conde da Boa Vista, 814, fone 222-0799; Box Viva Ler - Shopping Boa Vista, quiosque 132; Senhor Martins - Pátio de São Pedro, 25, fone 424-1366. Portugal: Distribuição Editorial Caminho, Alameda Santo Antonio dos Capuchos, 6 - b, 1100 - Lisboa/Portugal.

A Editora Anita Garibaldi tem as publicações que vão fazer sua cabeça.



Comuna de Paris - O proletariado Toma o Céu de Assalto (192 págs.)	R\$ 18,00
Revolução e Contra-Revolução na França (296 págs.).....	R\$ 28,00
Em Defesa dos Trabalhadores e do Povo Brasileiro (536 págs.).....	R\$ 35,00
O Trabalho no Século XXI (204 págs.).....	R\$ 25,00
Os Desafios do Socialismo no Século XXI (256 págs).....	R\$ 22,00
Guerrilha do Araguaia (104 págs.)	R\$ 12,00
Marx e os Sindicatos (212 págs.)	R\$ 17,00
A Formação Profissional Negociada (230 págs.)	R\$ 25,00
A Lei Trabalhista da República Popular da China (168 págs.)	R\$ 20,00
Dialética Radical do Brasil Negro (250 págs.)	R\$ 20,00
Racismo à Brasileira (272 págs.)	R\$ 20,00
Sociedade dos Socialistas Vivos (128 págs.)	R\$ 12,00
China - 50 anos de República Popular (128 págs.)	R\$ 15,00
A Mãe (318 págs.)	R\$ 10,00
Um Olhar que Persiste (288 págs.)	R\$ 20,00
A II Internacional (128 págs.)	R\$ 12,00
Concepções e Formação do Estado Brasileiro (128 págs.)	R\$ 15,00
Revista Principios.....	R\$ 8,00



.....PEDIDOS.....

Anita Garibaldi

Telefax: (0xx11) 289-1331

E-mail: anita.garibaldi@uol.com.br

30 anos Guerrilha do Araguaia

PCdoB



Lutando pela liberdade e pela democracia, a Guerrilha do Araguaia sustentou por três anos uma heróica resistência armada à ditadura militar, imposta ao país com o golpe de 1964, num momento em que as demais formas de enfrentamento se encontravam aniquiladas pelas forças obscurantistas • A Guerrilha teve papel decisivo para o fim do regime militar e para a conquista da redemocratização do país • Por ocasião dos 30 anos do início do conflito, no dia 2 de abril de 1972, o Partido Comunista do Brasil homenageia todos os militantes que tombaram nessa gloriosa jornada, inserida para sempre nas páginas da história da luta do povo brasileiro.